

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
– MESTRADO PROFISSIONAL –

MARCO AURÉLIO MOURA DE REZENDE

**CURSO SUPERIOR EM SEGURANÇA PÚBLICA E CIÊNCIAS
POLICIAIS: UMA PROPOSTA A PARTIR DA MATRIZ CURRICULAR
NACIONAL**

Curitiba

2021

MARCO AURÉLIO MOURA DE REZENDE

**CURSO SUPERIOR EM SEGURANÇA PÚBLICA E CIÊNCIAS
POLICIAIS: UMA PROPOSTA A PARTIR DA MATRIZ CURRICULAR
NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Justiça, Segurança Pública e Cidadania de Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Elflay Miranda

Curitiba

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

R467c

Rezende, Marco Aurelio Moura de

Curso superior em Segurança Pública e Ciências Policiais : uma proposta a partir da matriz curricular nacional / Marco Aurelio Moura de Rezende. -- Maringá, PR, 2023.
178 f.: il., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Elflay Miranda.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Mestrado Profissional, 2023.

1. Ciências policiais - Currículo. 2. Curso Superior de Polícia. 3. Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná (ESPC). 4. Polícia Civil do Paraná. I. Miranda, Elflay, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Mestrado Profissional. III. Título.

CDD 23.ed. 363.2

MARCO AURÉLIO MOURA DE REZENDE

**Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Polícias: uma proposta a partir da
matriz curricular nacional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elflay Miranda
Presidente/Orientador
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. Kerla Mattiello
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. Gustavo Noronha de Ávila
Centro Universitário de Maringá – UniCesumar

Aprovada em 25 de maio de 2022

Banca realizada por videoconferência conforme Resolução nº 008/2020 – PPP

Dedicatória

À Deus.

Ao meu amor, Cíntia, pela paciência e compreensão durante todo esse percurso.

Às minhas filhas, Ana Leticia e Cecília, pelo amor verdadeiro.

Aos meus pais, Elza e Péricles, por todo apoio ao longo dos anos.

Ao meu irmão, por sua perseverança, por lutar por sua vida, e sua família.

A todos os que disseram que era perda de tempo, obrigado...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por minha vida. Pois eu pedi e me foi dado, eu busquei e encontrei, eu bati e a porta foi aberta.

A minha esposa, Cíntia, que suportou todo o período e tempo que me dediquei a este trabalho, mas no ranger da noite, me apoiava incondicionalmente, não deixando que desistisse, e apesar dos obstáculos, esteve sempre comigo.

As minhas filhas, Ana Letícia e Cecília, por serem a luz na escuridão, e por entenderem que o medo é o caminho para o lado negro. O medo leva a raiva, a raiva leva ao ódio, e o ódio leva ao sofrimento.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram em todos os momentos.

Ao professor Dr. Elflay Miranda, por ter sido meu orientador, e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade. Seu incentivo e dedicação ao meu projeto de pesquisa, além de suas correções e ensinamentos, me permitiram apresentar um melhor de mim.

Aos Membros da Banca, Professor Dr. Gustavo Noranha de Avilla e Professora Dra. Kerla Matiello, meu muito obrigado pelas palavras.

Aos amigos de Viagem, Curitiba-Maringá-Curitiba, pela amizade e pelo apoio demonstrado ao longo desse Período.

Em especial ao meu irmão, que morreu...

Por vinte e cinco minutos permaneceu morto...

Porém ele ainda não estava pronto para entrar em Valhalla, e Deus o trouxe de volta, de volta para sua mulher e filhos, e para sua família. Quando eu o deixei, ele era só um aprendiz; agora ele é o mestre. Vida longa, irmão!

EPÍGRAFE

“A diferença entre uma pessoa de sucesso e outras não é a falta de força, não é a falta de conhecimento, mas sim a falta de vontade.”

Vince Lombardi

**CURSO SUPERIOR EM SEGURANÇA PÚBLICA E CIÊNCIAS
POLICIAIS: UMA PROPOSTA A PARTIR DA MATRIZ CURRICULAR
NACIONAL**

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade propor para a Escola Superior de Polícia Civil, um novo currículo de formação, com elementos suficientes, para elevar os Policiais da Polícia Judiciária do Estado do Paraná, ao status internacional de resolução de crimes, ou seja, formar um Profissional de Segurança Pública nos melhores moldes internacionais de resolução de crimes, quanto no policiamento comunitário. Para a análise dos dados, foi realizado uma correlação bibliográfica de autores acerca do tema, bem como os próprios documentos, projetos, da Escola Superior de Polícia Civil. O Projeto sugerido, busca propiciar as competências básicas necessárias para o operador de polícia judiciária, pois é sabido que a formação policial é hoje um dos temas fundamentais abordados nos discursos no campo da segurança pública, visto que representa um dos pilares de um processo de mudança paradigmática no ofício de polícia e no papel que as polícias têm e exercem nas sociedades democráticas e atuais. Concluiu-se que o presente estudo é capaz de gerar uma contribuição para a Administração Pública do Paraná, por meio de um projeto que possa ser aplicado na Escola Superior de Polícia Civil do Paraná e posteriormente a criação de uma legislação estadual, levando em conta a problemática do cenário atual da violência.

Palavras chave: Currículo. Polícia Civil. Polícia Civil do Paraná – PCPR. ESPC, Escola Superior de Polícia Civil. Curso Superior de Polícia. Ciências Policiais.

**HIGHER EDUCATION IN PUBLIC SECURITY AND POLICE
SCIENCES: A PROPOSAL BASED ON THE NATIONAL CURRICULUM
MATRIX**

ABSTRACT

The present work aims to propose for the Escola Superior de Policia Civil, a new training curriculum, with enough elements, to elevate the Police Officers of the Judiciary Police of the State of Paraná, to the international status of solving crimes, I mean, train a Professional of Public Security in the best international molds of solving crimes, as in community policing. For data analysis, a bibliographic correlation of authors on the subject was carried out, as well as the documents and projects of the Escola Superior de Polícia Civil. The suggested Project seeks to provide the necessary basic skills for the judicial police operator, because the police training is one of the fundamental themes in the speeches in the field of public security, since it represents one of the pillars of a process of change in the police profession and in the role that the police have and exercise in democratic and current societies. Concluded that the present study is able to generate a contribution to the Public Administration of Paraná, through a project that can be applied at the Escola Superior de Polícia Civil do Paraná and later the creation of a state legislation, taking into account the problematic of the current scenario of violence.

Palavras chave: Resume. Civil Police. Civil Police of Paraná – PCPR. ESPC, Higher School of Civil Police. Higher Police Course. Police Science.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM	Bombeiro Militar
CAPE	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
COPE	Centro de Operações Policiais Especiais
DFR	Delegacia de Furtos e Roubos
DM	Delegacia da Mulher
ESCP	Escola Superior de Polícia Civil
GCP	Guarda Civil do Paraná
IES	Instituto de Ensino Superior
MCN	Matriz Curricular Nacional
MJ	Ministério da Justiça
PC	Polícia Civil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCPR	Polícia Civil do Paraná
PM	Polícia Militar
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
QPPC	Quadro Próprio da Polícia Civil
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SDE	Subdivisão de Ensino
SDP	Setor de Planejamento
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TIGRE	Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de Projetos e carga horária dos Cursos de Formação da ESPC.....	35
Tabela 2 - Quantidade de Alunos que Frequentaram os Cursos de Formação da ESPC.....	36
Tabela 3 - Projetos dos cursos de Escrivães.....	38
Tabela 4 - Projeto dos cursos de Delegados.....	38
Tabela 5 - Projetos dos cursos de Investigadores.....	39
Tabela 6 - Informações dos cursos de Papiloscopistas.....	40
Tabela 7 - Hora Projetada versus Hora Realizada.....	42
Tabela 8 - Áreas Temáticas.....	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Integração entre os saberes presentes na construção da competência e da inteligência profissional.....	15
Figura 2 - Eixos articuladores.....	16
Figura 3 - Organograma da ESPC.....	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Competências dos profissionais de segurança pública e suas respectivas características.....	18
Quadro 2 - Malha curricular para as ações formativas da polícia civil (Núcleo Comum).....	20
Quadro 3 - O Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC.....	24
Quadro 4 - Classificação dos Projetos.....	41
Quadro 5 - Áreas Temáticas da MCN.....	52
Quadro 6 - Quantidade de Mulheres Formadas pela ESPC.....	65
Quadro 7 - Módulos do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais.....	82
Quadro 8 - Módulo 1 - Organização Policial.....	82
Quadro 9 - Módulo 2 - Operação Policial.....	84
Quadro 10 - Módulo 3 - Sistemas de Informação.....	85
Quadro 11 - Módulo 4 - Qualidade de Vida.....	85
Quadro 12 - Módulo 5 - Investigação Policial.....	86
Quadro 13 - Módulo 6 - Metodologia do Ensino Superior.....	87
Quadro 14 - Módulo 7 - Específico para o cargo de Escrivão.....	87
Quadro 15 - Módulo 7 - Específico para o cargo de Delegado.....	88
Quadro 16 - Módulo 7 - Específico para o cargo de Investigador.....	88
Quadro 17 - Módulo 7 - Específico para o cargo de Papiloscopista.....	88
Quadro 18 - Módulo 8 - Segurança Pública.....	89
Quadro 19 - Módulo 9 - Segurança Pública.....	89
Quadro 20 - Módulo 10 - Direitos Humanos.....	89
Quadro 21 - Módulo 11 - Análise Criminal.....	89
Quadro 22 - Períodos e Turnos.....	90
Quadro 23 - Material usado para o dia a dia.....	105
Quadro 24 - Uniforme tático usado para as aulas práticas pelos alunos da ESPC.....	106
Quadro 25 - Uniforme para as aulas de Educação Física.....	109
Quadro 26 - Kit de segurança para as aulas de Tiro.....	110
Quadro 27 - Kit de Material Escolar.....	111
Quadro 27 - Conjunto para abertura e encerramento do curso.....	111
Quadro 29 - Disciplinas e Áreas Temáticas.....	113
Quadro 30 - Ementas das Disciplinas do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais.....	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de Turmas Formadas.....	37
Gráfico 2 - Carga Horária Projetada para Escrivães.....	44
Gráfico 3 - Carga Horária Realizada para Escrivães.....	45
Gráfico 4 - Diferenças na Carga Horária para Escrivães.....	45
Gráfico 5 - Carga Horária Projetada para Delegados.....	46
Gráfico 6 - Carga Horária Realizada para Delegados.....	47
Gráfico 7 - Diferenças na Carga Horária para Delegados.....	47
Gráfico 8 - Carga Horária Projetada para Investigadores.....	48
Gráfico 9 - Carga Horária Realizada para Investigadores.....	48
Gráfico 10 - Diferenças na Carga Horária para Investigadores.....	49
Gráfico 11 - Carga Horária Projetada para Papiloscopistas.....	50
Gráfico 12 - Carga Horária Realizada para Papiloscopistas.....	50
Gráfico 13 - Diferenças na Carga Horária para Papiloscopistas.....	51
Gráfico 14 - Áreas Temáticas para o curso de Escrivães.....	53
Gráfico 16 - Área Temática II - Curso de Escrivães.....	53
Gráfico 15 - Área Temática I - Curso de Escrivães.....	53
Gráfico 24 - Área Temática X - Curso de Escrivães.....	54
Gráfico 23 - Área Temática IX - Curso de Escrivães.....	54
Gráfico 22 - Área Temática VII - Curso de Escrivães.....	54
Gráfico 19 - Área Temática V - Curso de Escrivães.....	54
Gráfico 21 - Área Temática VII - Curso de Escrivães.....	54
Gráfico 20 - Área Temática VI - Curso de Escrivães.....	54
Gráfico 18 - Área Temática IV - Curso de Escrivães.....	54
Gráfico 17 - Área Temática III - Curso de Escrivães.....	54
Gráfico 25 - Áreas Temáticas para o curso de Delegados.....	55
Gráfico 27 - Área Temática II – Curso de Delegado.....	56
Gráfico 26 – Área Temática I – Curso de Delegado.....	56
Gráfico 28 - Área Temática III – Curso de Delegado.....	56
Gráfico 29 - Área Temática IV– Curso de Delegado.....	56
Gráfico 33 - Área Temática VIII – Curso de Delegado.....	56
Gráfico 32 - Área Temática VII – Curso de Delegado.....	56
Gráfico 31 - Área Temática VI – Curso de Delegado.....	56
Gráfico 30 - Área Temática V – Curso de Delegado.....	56
Gráfico 34 – Área Temática IX– Curso de Delegado.....	57
Gráfico 35 - Área Temática X– Curso de Delegado.....	57
Gráfico 36 - Áreas Temáticas para o curso de Investigadores.....	58
Gráfico 37 – Área Temática I – Curso de Investigador.....	58
Gráfico 38 - Área Temática II - Curso de Investigador.....	58
Gráfico 46 - Área Temática X - Curso de Investigador.....	59
Gráfico 45 - Área Temática IX - Curso de Investigador.....	59
Gráfico 44 - Área Temática VIII- Curso de Investigador.....	59
Gráfico 43 - Área Temática VII- Curso de Investigador.....	59
Gráfico 42 - Área Temática VI - Curso de Investigador.....	59
Gráfico 41 - Área Temática V - Curso de Investigador.....	59
Gráfico 40 - Área Temática IV- Curso de Investigador.....	59
Gráfico 39 - Área Temática III- Curso de Investigador.....	59
Gráfico 47 - Áreas Temáticas para o curso de Papiloscopistas.....	60
Gráfico 48 - Área Temática I - Curso de Papiloscopista.....	60
Gráfico 49 - Área Temática II - Curso de Papiloscopista.....	60

Gráfico 50 - Área Temática III - Curso de Papiloscopista.....	61
Gráfico 56 - Área Temática IX - Curso de Papiloscopista.....	61
Gráfico 57 - Área Temática X - Curso de Papiloscopista.....	61
Gráfico 55 - Área Temática VII - Curso de Papiloscopista.....	61
Gráfico 54 - Área Temática VII - Curso de Papiloscopista.....	61
Gráfico 51 - Área Temática IV - Curso de Papiloscopista.....	61
Gráfico 53 - Área Temática VI - Curso de Papiloscopista.....	61
Gráfico 52 - Área Temática V - Curso de Papiloscopista.....	61
Gráfico 58 - Disciplinas Comparadas.....	64
Gráfico 59 - Quantidade de Mulheres formadas pela ESPC.....	67

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE QUADROS.....	13
LISTA DE GRÁFICOS.....	14
SUMÁRIO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. MATRIZ CURRICULAR.....	12
1.1.1. EIXOS ARTICULADORES E ÁREAS TEMÁTICAS.....	14
1.1.2. PRINCÍPIOS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL.....	16
1.1.3. OBJETIVOS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL.....	17
1.1.4. COMPETÊNCIAS.....	18
1.1.5. CURRÍCULO.....	19
1.2. INSTITUIÇÃO POLICIAL.....	21
1.2.1. FORMAÇÃO POLICIAL.....	22
1.2.2. POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ – PCPR.....	23
1.2.3. ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL.....	25
2. JUSTIFICATIVA.....	30
3. OBJETIVOS.....	32
3.1. OBJETIVO GERAL.....	32
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	33
4. ESTUDO DE CASO.....	33
5. METODOLOGIA.....	34
5.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	34
5.2. COLETA DE DADOS.....	35
5.2.1. ESCRIVÃES DE POLÍCIA.....	38
5.2.2. DELEGADOS DE POLÍCIA.....	38
5.2.3. INVESTIGADORES DE POLÍCIA.....	39
5.2.4. PAPILOSCOPISTAS.....	39
5.3. ANÁLISE DOS PROJETOS.....	40
5.4. CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS.....	41
5.5. CARGA HORÁRIA PROJETADA VERSUS REALIZADA.....	42
5.5.1. HORAS PROJETADA VERSUS HORAS REALIZADA PARA ESCRIVÃES.....	43

5.5.2. HORAS PROJETADA VERSUS HORAS REALIZADA PARA DELEGADOS	46
5.5.3. HORAS PROJETADA VERSUS HORAS REALIZADA PARA INVESTIGADORES.....	48
5.5.4. HORAS PROJETADA VERSUS HORAS REALIZADA PARA PAPILOSCOPISTAS.....	49
5.6. CARGA HORÁRIA DE ACORDO COM A ÁREA TEMÁTICA.....	51
5.6.1. ÁREAS TEMÁTICAS.....	52
5.6.2. ÁREAS TEMÁTICAS – ESCRIVÃES.....	53
5.6.3. ÁREAS TEMÁTICAS – DELEGADOS.....	55
5.6.4. ÁREAS TEMÁTICAS – INVESTIGADORES.....	57
5.6.5. ÁREAS TEMÁTICAS – PAPILOSCOPISTAS.....	60
5.7. ANÁLISE DE ÁREAS TEMÁTICAS ESPECÍFICAS.....	62
5.8. MULHERES NO CURSO DE FORMAÇÃO.....	65
5.9. EMENTAS DAS DISCIPLINAS.....	67
5.10. PÓS-GRADUAÇÃO COMO CURSO DE FORMAÇÃO.....	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
7. APRESENTAÇÃO DO PROJETO.....	72
7.1. APRESENTAÇÃO.....	73
7.2. JUSTIFICATIVA.....	74
7.3. OBJETIVOS DO CURSO.....	76
7.3.1. OBJETIVO GERAL.....	76
7.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	76
7.4. PÚBLICO ALVO.....	79
7.5. FORMAS DE ACESSO.....	79
7.6. PERFIL DO EGRESSO.....	80
7.7. CURSO SUPERIOR EM SEGURANÇA PÚBLICA E CIÊNCIAS POLICIAIS.....	80
7.7.1. INFRAESTRUTURA DO CURSO.....	81
7.7.2. CARGA HORÁRIA DO CURSO.....	81
7.7.2. PERÍODOS E TURNOS.....	90
7.7.3. FREQUÊNCIA.....	91
7.7.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	92
7.8. EMENTAS.....	93
7.9. CORPO DOCENTE.....	93
7.10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	93
7.10.1. CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	94
7.11. INSTRUMENTOS AVALIATIVOS.....	95

7.12. APROVAÇÃO.....	96
7.13. CERTIFICAÇÃO.....	97
7.14. DIPLOMA.....	98
7.15. CLASSIFICAÇÃO.....	98
7.16. DESLIGAMENTO DO CURSO.....	99
7.17. REPROVAÇÃO.....	99
7.18. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.....	100
7.18.1. TEMAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	100
7.18.2. CONSELHO DE ÉTICA DA ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL.....	101
7.18.3. ORIENTADORES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	101
7.18.4. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	101
7.18.5. APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	102
7.18.6. PUBLICAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	102
7.19. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	102
7.20. PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS.....	103
7.21. ENXOVAL.....	103
7.22. COORDENAÇÃO DO CURSO.....	112
7.23. DISCIPLINAS DO CURSO DE FORMAÇÃO.....	113
7.24. EMENTAS DO CURSO DE FORMAÇÃO.....	117
8. BIBLIOGRAFIA.....	156

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo, propor um novo modelo de projeto de curso de formação, Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, baseado na Matriz Curricular Nacional (MCN), para os cursos de formação de escrivães, delegados, investigadores e papiloscopistas, ministrados pela Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná (ESPC).

Um dos temas atuais mais latentes na sociedade brasileira é a segurança pública, especialmente com o crescente aumento da violência e da criminalidade nas grandes cidades, e é neste cenário, que a formação profissional do policial civil, com constantes treinamentos e aperfeiçoamentos, deve atender aos anseios da sociedade (SPANIOL, RODRIGUES, 2018, p.5).

Qualificar profissionais de Segurança Pública, em especial os policiais civis, é uma questão social de fundamental importância, porém implementar mudanças nas estruturas de policiamento, nos procedimentos e rotinas policiais são, via de regra, mal recebidas pelas instituições e vistas como ameaças a um equilíbrio que se pretende manter, e somado a essa resistência, as instituições policiais, ainda tendem a ver a aproximação com as universidades como uma desvalorização das competências e saberes profissionais de seus membros (ROLIM, 2007, p.39).

A formação dos policiais civis brasileiros, necessitam de ajustes e adaptações para que sejam profissionais especializados e capazes de empreender essa atividade necessária de maneira mais eficaz, respondendo, a altura, ao anseio social por maior segurança pública (SPANIOL, RODRIGUES, 2018, p.5).

Ressalta-se ainda, que somada às inúmeras deficiências no preparo dos cursos de formação profissional dos policiais civis, ainda existem dois modelos de curso de formação dentro da polícia civil, um para a formação dos Delegados de Polícia, e outro, totalmente diferente, para os cargos de escrivães, investigadores e papiloscopistas. Também podemos observar a falta de regularidade para a realização de cursos de aprimoramento profissional ao longo da carreira para ambos os cargos da Polícia Civil.

As unidades de Ensino Policial, possuem uma série de rotinas que visam reproduzir seus esquemas de classificação (MIRANDA, 2008, p.67-78), e segundo Araújo Filho (2004) e Sá (2002) citados por Miranda (2008), tradicionalmente no Brasil, o ensino policial básico tem funcionado, como um modo de transmissão de ritos que devem ser imitados dos mais velhos aos mais novos.

Essa transmissão de conhecimentos ocorre de modo formalizado em aulas, instruções, treinos, porém, há vários conteúdos que são reproduzidos em rotinas cotidianas, segundo o qual cada um deve saber o seu lugar, e o objetivo deste modelo, é negar as diferenças, de modo que a igualdade só possa existir entre os semelhantes (MIRANDA, 2008, p. 76).

De modo geral, os policiais tendem a desvalorizar o conhecimento produzido pelas instituições de ensino, afirmando que a rua é o local onde se aprende a profissão. Contrário as polícias americanas ou francesas, que veem as academias de polícia como um lugar que possibilita ao profissional adquirir a base de seu trabalho. Assim, nestas sociedades a rua seria o local onde se conquistaria a experiência, mas não o conhecimento. (PAGON et al., 1996 apud MIRANDA, 2008, p.67).

Salienta-se que não existem modelos policiais puros ou unidimensionais, como também não existem práticas policiais genuínas que envolvam uma só dimensão (PONCIONI, 2005, p.589), o que torna fundamental que sejam analisadas, no cenário nacional, as novas configurações da educação e formação dos policiais, pois poderemos achar o formato adequado aos futuros integrantes destas instituições responsáveis pela segurança pública e preservação da ordem, conforme previsão constitucional (SPANIOL, RODRIGUES, 2018, p.6).

A formação policial se diferencia do treinamento policial pela competência, duração e frequência. A formação policial é centralizada em uma determinada unidade de ensino, que dura meses ou anos, e o policial é submetido a ela quando inicia sua carreira, ou em alguns casos, relacionados quando este vai ser promovido. Já o treinamento policial, é descentralizado e geralmente tem carga horária reduzida e pode ser oferecido em uma frequência muito maior, ao longo da carreira (PINC, 2001, p.20).

Durante o processo de formação, o que se efetua é uma verdadeira conversão identitária, que consiste em mudar a si mesmo a partir da incorporação de novas ideias sobre a natureza do trabalho a ser realizado, e da aquisição de competências específicas que possibilitem o seu desempenho em termos de uma carreira profissional (CUNHA, 2004, p.201).

Para Rabaglio (2001 apud SOARES, ANDRADE, 2010, p.485), competência é um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que permite ao indivíduo desempenhar com eficácia, determinadas tarefas. Para ela, ser competente e ter competência são coisas diferentes. Portanto, é de total importância a formação profissional básica realizada nas academias de polícia civil dada a dimensão da experiência de formação do membro na aquisição formal dos valores e normas próprias da profissão e das competências e das

habilidades para o campo de trabalho, e de cultura comum sobre o que é ser policial em um determinado modelo de polícia profissional (PONCIONI, 2005, p.588).

Um policial com uma boa formação profissional é muito mais hábil em resolver problemas, pensar de forma criativa e evitar a letalidade, o que leva a escolha da temática, dada a importância dessa formação profissional na realização do trabalho da polícia judiciária, pois segundo Soares e Andrade (2010, p.489), desenvolver as competências da organização e das pessoas é um caminho para se vencer os desafios e adequar as organizações aos novos paradigmas mundiais.

Pesquisadores como O'Neill et al. (2018), sugerem que a polícia tem como função precípua, apreender e deter indivíduos envolvidos em atividades criminosas, que muitas vezes, envolvem uma variedade de métodos para que a prisão ocorra, e incidentes nesses procedimentos, resultaram em iniciativas que pedem mudanças no treinamento e na educação desses policiais, ou seja, a Polícia é a instituição que tem a legitimidade de agir, que tem por atribuição, impor limitações à liberdade na exata medida necessária à salvaguarda e manutenção da Ordem Pública (SOUSA, MORAIS, 2011).

Tais mudanças e adaptações na educação/formação profissional na área de segurança pública mostraram-se mais necessárias com o advento da Constituição Federal de 1988 que privilegiou os direitos e garantias fundamentais, permitindo a troca de conhecimentos que propiciou um perfil mais próximo da sociedade por parte desses profissionais (SPANIOL, RODRIGUES, 2018, p.8). Neste sentido, Spaniol e Rodrigues (2018, p.8), ratificam a posição de Miguel ao referir estes avanços:

A Segurança Pública é um dos temas que vêm sendo discutido em âmbito acadêmico, em diversos espaços públicos, ou não, e em Congressos Internacionais, resultando em propostas de medidas para o controle do crime, o qual está cada vez mais globalizado. Nesse sentido, discutem-se várias teorias, procurando a melhor a ser aplicada nesse universo de realidades, focando a aproximação dos responsáveis profissionalmente pela Segurança Pública, os policiais, ou os encarregados de aplicar a lei, cada vez mais próximos do cidadão para a resolução de problemas da comunidade, buscando-se a almejada sensação de segurança e qualidade de vida.

Dessa forma, a formação policial passa a ser objeto de políticas públicas, com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, por meio do Decreto 2.315 (BRASIL, 1997) de 4 de setembro de 1997, que visava criar um cenário favorável ao desenvolvimento de um policiamento eficiente no combate à criminalidade e no respeito aos direitos humanos.

Segundo Poncioni (2007, p.38), foi só a partir dos anos 2000 que se organiza no Estado Brasileiro uma representação sistemática e substantiva sobre o assunto, resultando no primeiro Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP, seguido de dois outros planos – o Plano de Segurança Pública para o Brasil (2003) e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (2007).

1.1. MATRIZ CURRICULAR

Os anos 2000 foram marcados por uma extrema necessidade de se criar políticas de combate ao crime organizado, e durante esse período, ganharam força e destaque, às políticas de formação dos profissionais de Segurança Pública, sendo que o crescente índice de criminalidade, trouxe uma sensação de medo e de insegurança vividos pela população, pois grande parte dos crimes, ficavam inconclusos, e ainda ficam, porém uma das hipóteses sugeridas naquela época, e que a não resolução dos crimes, além da própria política de segurança dos Estados, era causada pela péssima formação dos policiais civis nas escolas de formação.

Segundo Souza (2005, p. 137 apud SCARDUELI, 2012, p.250), “*a identidade profissional não se forja só no orgulho, nos cursos de formação e no desejo de pertencer à organização policial*”, mas também em um compromisso maior que inclui a reaprendizagem constante e a renovação crítica, que exigem reflexões sobre os processos formativos.

Nesse sentido, instituída pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça (MJ), e sob a consultoria da professora Valdemarina, foi elaborado um documento que criava condições para que fossem discutidos e implementados mecanismos que garantissem aos profissionais da área de segurança pública o acesso às oportunidades de uma permanente formação, privilegiando a relação teórico-prática e a articulação entre os diferentes saberes (GIMENSES, CORDEIRO, 2014, p.32), onde segundo o dicionário online, saberes significa, conjunto de conhecimentos sobre algo ou alguém (DICIO, 2022).

Este documento se transformaria em um modelo ideal da nova formação profissional, sendo, ele próprio, o resultado de grande parte das discussões realizadas nas últimas décadas a respeito da segurança pública no país e expressão significativa da criação de um campo, construído a partir de uma gramática específica (SENTO-SÉ, 2011, p. 506 apud BEM, SANTOS, 2016 p.482).

O documento ainda deveria substituir as “Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão”, porém essa matriz (doravante Matriz Curricular Nacional) precisava ser inovadora, além de contemplar as diferentes realidades existentes em nosso país. Buscou-se então a concepção de currículo descrita nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, que rompia com a ideia de um arranjo linear de disciplinas, para relacioná-la a um projeto educativo tradutor das intenções pedagógicas das ações formativas que contemplasse a interdisciplinaridade. (GIMENSES, CORDEIRO, 2014, p.33).

O termo “matriz” suscita a possibilidade de um arranjo não-linear de elementos que podem representar a combinação de diferentes variáveis, o que significa que a Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem “combinados” na elaboração dos currículos específicos, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir “pontos comuns” que caracterizem a formação em segurança pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 17).

Partindo do pressuposto apresentado por Japiassu (1976 apud THIESEN, 2008, p.548), de que a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa, exige-se que as disciplinas, em seu processo constante e desejável de interpenetração, se fecundem cada vez mais reciprocamente. Para tanto, é imprescindível a complementaridade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas práticas pedagógicas das disciplinas científicas.

Japiassu (1976) destaca ainda:

[...] do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade requer equilíbrio entre amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação. A profundidade assegura o requisito disciplinar e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada. A síntese assegura o processo integrador. (p. 65-66 apud Thiesen, 2008, p.548)

A Matriz Curricular Nacional - MCN, foi apresentada em 2003, em um seminário nacional sobre segurança pública, tendo como objetivo divulgar e estimular ações formativas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), sendo resultado de um trabalho de criação coletiva, sofrendo sua primeira revisão em 2005, quando foram agregados as Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da área de segurança pública, que contemplam um conjunto de orientações para o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações formativas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.12).

Com a finalidade de propor mudanças no processo de ensino-aprendizagem, e visando à construção de novos saberes e novos métodos de abordagem, a MCN tem provocado mudanças significativas nas polícias, especialmente a partir da introdução nas grades curriculares dos cursos de formação, de temas como: direitos humanos e experiências de policiamento comunitário, entre outros (SANTOS, BEM, 2016, p.483). Sendo que, para a SENASP:

[...] as instituições de Segurança Pública, responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das Ações Formativas para os Profissionais da Segurança Pública e demais instituições que colaboram nesses processos compartilham o mesmo pensamento: o investimento e o desenvolvimento de ações formativas são necessários e fundamentais para a qualificação e o aprimoramento dos resultados das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública frente aos desafios e às demandas da sociedade (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009, p. 6).

Segundo Gimenes e Cordeiro (2014, pg. 32), a MCN trouxe dois componentes estruturantes: os eixos articuladores e as áreas temáticas, possibilitando a sua sofisticação e o consequente atendimento às demandas sociais de setores específicos da sociedade (SANTOS, BEM, 2016, p.484).

1.1.1. EIXOS ARTICULADORES E ÁREAS TEMÁTICAS

De acordo com as orientações trazidas pela MCN, os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos a partir da relevância da relação com as práticas temáticas, conteúdos alinhados ao conjunto de conhecimentos (SANTOS, BEM, 2016, p.484). O esquema proposto por Valdemarina para a construção da competência e da inteligência profissional

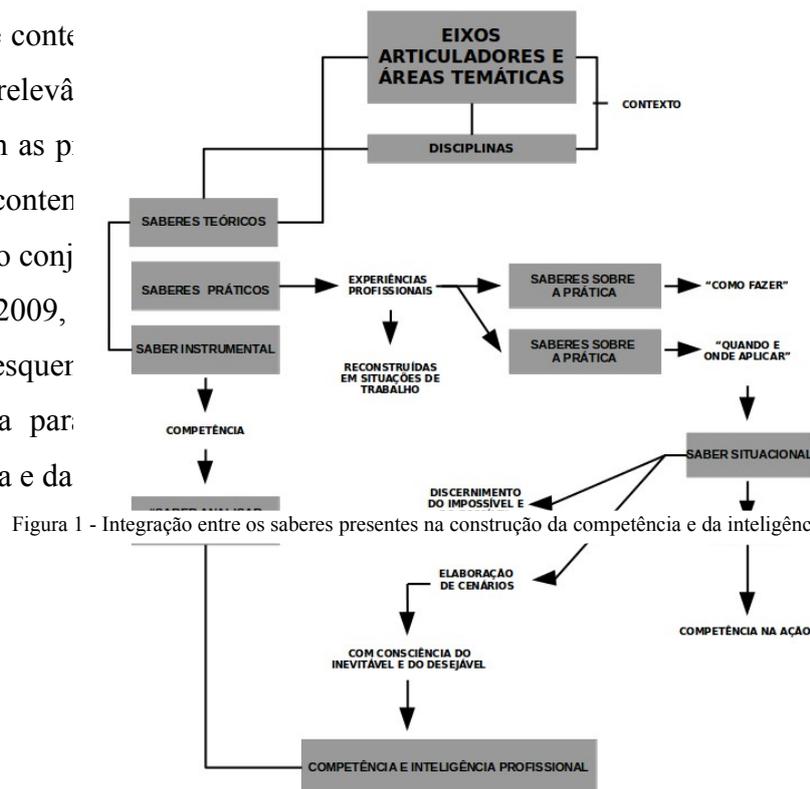


Figura 1 - Integração entre os saberes presentes na construção da competência e da inteligência profissional

O Esquema elaborado pela professora Valdemarina, permitem que as áreas temáticas e os eixos articuladores sejam trabalhados de forma sistêmica, ou seja, a partir da interrelação dos campos de conhecimentos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.39). São essas interações que proporcionam a visualização tanto de conteúdos que contribuam para a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de Segurança Pública como de conteúdo que atendam as peculiaridades regionais (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.41).

Os eixos articuladores que foram selecionados para compor a MCN de forma a orientar os currículos das Ações Formativas pela amplitude e possibilidades que apresentam para estruturação dos diversos processos pedagógicos, são quatro. São eles:

- O sujeito e as interações no contexto da Segurança Pública;
- Sociedade, Poder, Estado e espaço Público e Segurança Pública;
- Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública;
- Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.



Figura 2 - Eixos articuladores

Fonte: Ministério da Justiça (2014, p.42).

Os eixos articuladores da Matriz devem permear as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como as orientações didático-pedagógicas. São chamados de eixos articuladores na medida em que conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de segurança pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.41).

1.1.2. PRINCÍPIOS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Ainda conforme a MCN, os preceitos que fundamentam a concepção das ações formativas que envolvem os profissionais de segurança pública, foram classificados como princípios, e divididos em três grupos: ético, educacional e didático-pedagógico. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009, p.12)

Os princípios do grupo ético, orientam as ações dos agentes de segurança pública, enfatizando as relações entre as ações formativas e a transversalidade dos direitos humanos. Os princípios educacionais, têm como o objetivo, fornecer linhas gerais para a fundamentação das ações formativas (SOUZA, ARAUJO, 2020, p.15).

Por fim, os princípios didático-pedagógicos, tratam dos processos de ensino-aprendizagem relacionados às ações formativas, orientando as atividades de planejamento, execução e avaliação dos cursos formativos dos agentes de segurança pública (SENA, ABRANCHES, 2015, p.7559).

Esse tipo de abordagem permitiu que as áreas temáticas e os eixos articuladores fossem trabalhados de forma sistêmica, ou seja, a partir da interrelação dos campos de conhecimentos, ressaltando os Direitos Humanos como base no referencial da Matriz, a partir das abordagens interdisciplinar e transversal. Ou seja, os temas relacionados aos Direitos Humanos, principalmente os vinculados à diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem e de geração, devem perpassar todas as disciplinas, trazendo à tona valores humanos e questões que estabelecem uma relação dialógica entre os campos de conhecimentos trabalhados nas Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009, p.14).

1.1.3. OBJETIVOS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Conforme consta no texto da MCN (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009, p.40), seus objetivos são:

Objetivo Geral:

As Ações Formativas de Segurança Pública, planejadas com base na Matriz, têm como objetivo geral favorecer a compreensão do exercício da atividade de Segurança Pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância.

Objetivos Específicos:

As ações formativas de segurança pública deverão criar condições para que os profissionais em formação possam:

- Posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como importante instrumento para mediar conflitos e tomar decisões;*
- Perceber-se como agente transformador da realidade social e histórica do país, identificando as características estruturais e conjunturais da realidade social e as interações entre elas, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da vida social, institucional e individual;*
- Conhecer e valorizar a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, classe social, crença, gênero, orientação sexual, etnia e outras características individuais e sociais;*
- Conhecer e dominar diversas técnicas e procedimentos, inclusive os relativos ao uso da força, e aos equipamentos e às armas de menor potencial ofensivo para o desempenho da atividade de segurança pública, utilizando-os de acordo com os preceitos legais;*
- Utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade*

em situações que requerem a atuação das instituições e dos profissionais de segurança pública.

Já os objetivos propostos nos projetos de curso de formação da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná (ESPC), são o de desenvolver nos alunos policiais, competências profissionais inerentes ao seu cargo, pela garantia de oferta de conhecimentos, exercício de habilidades e fortalecimento de atitudes exigidas para cumprimento da missão institucional em respeito aos padrões da cidadania, ética, legalidade, moralidade e transparência, para que sejam atendidas de maneira eficaz, eficiente e efetiva as demandas da sociedade (ESPC, 2009).

1.1.4. COMPETÊNCIAS

A MCN utilizou-se de um Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública elaborado pela SENASP (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007, p.11), para privilegiar alguns conjuntos de competências, que se apresentam como altamente relevantes: primeiro, “o desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e afetivas”; segundo, a “autonomia intelectual”; terceiro, a “reflexão antes, durante e após as ações” por parte dos policiais a serem formados a partir da nova perspectiva (SANTOS, BEM, 2016, p.843).

À construção/reconstrução do conhecimento, trazidos pela MCN, envolvem as seguintes competências de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 1 - Competências dos profissionais de segurança pública e suas respectivas características.

COMPETÊNCIAS	CARACTERÍSTICAS
COGNITIVAS	Competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da pesquisa e da organização do conhecimento e que habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, a posicionar-se, a comunicar-se e a estar consciente de suas ações.
ATITUDINAIS	Competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais - conscientização de si próprio - e da interação com o grupo e a convivência em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.
OPERATIVAS	Competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da MCN.

1.1.5. CURRÍCULO

A MCN estabelece padrões mínimos para a formação policial em todo país, de tal forma que a implementação da MCN foi elaborada visando a atender às necessidades das atividades policiais (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.11).

Os currículos e programas das atividades formativas devem ser compostos por um núcleo comum (básico) e uma parte específica (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.72).

O Núcleo Comum, recomendado pelo Ministério da Justiça, por intermédio da SENASP, de acordo com o documento da MCN, é composto por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais) e atitudinais, cujo objetivo é a garantia de unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.67).

Já o Núcleo Específico (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.68), deverá ser composto por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais) e atitudinais, relacionados diretamente com a especialidade que desempenharão, com as necessidades e peculiaridades regionais e com a complementaridade do núcleo comum, ou seja, cada Estado deve providenciar as matérias da parte específica, conforme texto abaixo:

A parte específica deverá ser elaborada pela equipe de supervisão integrada de cada Estado em conjunto com as instituições envolvidas, observados os perfis profissiográficos existentes nas instituições e as competências existentes na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (<http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp>), elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.68).

Alinhada às competências selecionadas do perfil profissiográfico, o currículo para os Policiais Civis (Quadro 02), proposto pelos grupos de trabalhos e ainda sob análise, se constituem de um núcleo comum de disciplinas, agrupadas por áreas temáticas, que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais relacionados à formação dos profissionais da área de Segurança Pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.35 e GIMENES, CORDEIRO, 2014, p.42).

ÁREA TEMÁTICA I		
SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA	Estado, Sociedade e Segurança Pública	12h
	Sistema de Segurança Pública	12h
	Fundamentos da Gestão Pública	12h
	Gestão Integrada e Comunitária	12h
TOTAL DE HORAS		60h
ÁREA TEMÁTICA II		
VIOLÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL	Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade	30
	Criminologia Aplicada à Segurança Pública	24
TOTAL DE HORAS		54h
ÁREA TEMÁTICA III		
CONHECIMENTOS JURÍDICOS	Direitos Humanos	18h
	Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	54h
TOTAL DE HORAS		72h
ÁREA TEMÁTICA IV		
MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	18h
	Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	12h
	Análise de Cenários e Riscos	12h
	Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	18h
TOTAL DE HORAS		60h
ÁREA TEMÁTICA V		
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	Relações Interpessoais	24h
	Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho	12h
	Educação Física 1	120h
TOTAL DE HORAS		156h
ÁREA TEMÁTICA VI		
COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	Língua e Comunicação	26h
	Documentação Técnica	12h
	Telecomunicações	20h
	Tecnologias e Sistemas Informatizados	20h
	Gestão da Informação	20h
	Inteligência de Segurança Pública	16h
	Estatística Aplicada à Segurança Pública	20h
	Introdução à Análise Criminal	24h
TOTAL DE HORAS		158h
ÁREA TEMÁTICA VII		
CULTURA, COTIDIANO E PRÁTICA REFLEXIVA	Ética e Cidadania	12h
	Diversidade Étnico-sociocultural	14h
	Identidade e Cultura da Organização Policial	20h
	Ordem Unida	20h
TOTAL DE HORAS		66h
ÁREA TEMÁTICA VIII		
FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	Abordagem	60h
	Preservação e Valorização da Prova	12h
	Atendimento Pré-Hospitalar	24h
	Uso Diferenciado da Força I	20h
	Defesa Pessoal Policial	40h
	Armamento, Munição e Tiro	110h
	Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas	16h
TOTAL DE HORAS		282h

Fonte: Ministério da Justiça, 2014, p.67.

Elaborar um currículo não é montar um quebra-cabeça, contudo, a efetivação de uma proposta curricular exigirá “a congruência entre as intencionalidades contextuais expressas nos fatos do cotidiano (dimensão contextual); os aportes legais e conceituais (dimensão política) e as condições adequadas para a sua operacionalização no dia a dia (dimensão técnico-metodológica)” (MCN, 2012 apud GIMENES, CORDEIRO, 2014, p.42).

De acordo com Perrenoud et al. (2001), o termo “currículo” não significa simplesmente o conjunto das disciplinas de um curso, ou o conjunto de conteúdos programáticos, e é nes-

se sentido que a Matriz Curricular Nacional fornece, no mapeamento das competências, nos significados dos eixos articuladores e das áreas temáticas, no desenho da malha curricular, nas diretrizes pedagógicas e na proposta metodológica, subsídios e instrumentos que possibilitam às instituições de ensino de segurança pública a planejarem as ações formativas (inicial e continuada) para que os profissionais da área de segurança pública possam, de maneira autônoma e responsável, refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.18).

1.2. INSTITUIÇÃO POLICIAL

O conceito da instituição Polícia, indica sua própria função, e esse vem se moldando no decorrer da história, conforme o contexto sócio-econômico-cultural vigente. Pode-se dizer que Polícia é a instituição que tem a legitimidade de agir, quando alguma coisa que não deveria acontecer, caso aconteça, algo tem que ser feito (MORAIS, SOUSA, 2009).

Para Bretas e Rosemberg (2013, p.162-173), os primeiros organismos públicos a carregarem em seu nome a concepção de Polícia, surgem com a criação tanto da Intendência Geral de Polícia – IGP em 1808, como da Guarda Real de Polícia - GRP em 1809. Por outro lado, Faoro (apud MORAIS, SOUSA, 2009), coloca como o surgimento da Polícia Brasileira o ano de 1530 - conforme documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, quando da chegada de Martin Afonso de Souza enviado ao Brasil.

No ano de 1842, através da Lei 261/1841 (BRASIL, 1841), regulamentada pelo decreto 120/1842 (BRASIL, 1842), que modificou o Código de Processo Criminal, a Polícia Civil começa a se estruturar. Com esta modificação, extinguiu-se a IGP e surge o Chefe de Polícia, Delegados e Subdelegados.

As atividades de Polícia Judiciária, foram subtraídas das responsabilidades dos Juizes de Paz, passando para as Autoridades Policiais, definindo as funções de Polícia Administrativa e Judiciária, tendo como chefe máximo, agora, o Ministro da Justiça (SIMÕES, 2017).

Zaverucha (2003) define a denominação “polícia civil” como um pleonasma, demonstrando que o caráter civil da instituição já está definido no tipo de serviço realizado (prevenção e investigação de ocorrências criminais) e que o termo “polícia militar” reúne figuras de linguagem opostas e contraditórias, ou seja, é uma oxímoro.

Atualmente, a atividade de Polícia está inserida na Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, porém o termo segurança “pública” parece ter sido usado pela primeira vez na CF de 1937. É interessante constatar que, na CF de 1937, cabia exclusivamente à União, a competência de regular a matéria e garantir “o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança públicas, quando o exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme” (LIMA, 2016, p.55).

A CF de 1988, em seu artigo 144, definirá tão somente quais são as instituições públicas encarregadas de prover segurança “pública” (LIMA, 2011). Em suma, nossa atual CF não define o que vem a ser segurança pública, apenas delimita quais organizações pertencem a esse campo (LIMA, 2016, p.56).

Diz o artigo 144 parágrafos único e §4º da CF (BRASIL, 2019):

144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

IV - Polícias civis;

[...]

§ 4º - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. (Constituição federal da Republica, 1988)

Ainda de acordo com o artigo 144 da CF (BRASIL, 2019), a atividade Policial no Brasil, herdada de períodos anteriores, possui um modelo bipartido de organização policial, ou seja, um civil e outro militar, e foi dividida em Polícia Administrativa e Polícia Judiciária.

1.2.1. FORMAÇÃO POLICIAL

Segundo Santos (2014, p.18-19), a formação dos policiais nas escolas de Polícia Civil, é orientada pelo direito positivo e formalista, restando pouco espaço para disciplinas propriamente referentes ao exercício do ofício de polícia, tais como investigação criminal, mediação de conflitos, gestão do desempenho policial, análise de informações criminais entre outras.

As mudanças que ocorrem nas forças policiais, sempre foram impulsionadas, quer pelo bem, quer pelo mal, pelas crises na área da segurança pública, e a redemocratização

ocorrida em 1988 com a Carga Magna, não significou a democratização das forças policiais (BRASIL, LOPES e MIRANDA, 2011, p. 112).

É justamente essa não democratização das polícias, que faz com que a repressão por meio da aplicação da lei se apresenta como a solução para a criminalidade. O paradigma penalista é observado, sobretudo, na grande carga horária destinada ao estudo de disciplinas jurídicas na formação dos policiais. Poucas horas são dedicadas à investigação criminal ou à construção, ao monitoramento e à análise de sistemas de informação (SANTOS, 2014, p. 18 e 19).

A formação policial no Brasil está baseada em modelos de “polícia comunitária”, “paramilitar”, “burocrático-militar”, modelo de “aplicação da lei”, e modelo de “serviço”. Salienta-se ainda que não há modelos policiais puros, unidimensionais, como também não há práticas policiais genuínas e que envolvam uma só dimensão (PONCIONI, 2005, p.589). Para Rolim (2007), a cultura policial se marca, por um conservadorismo intelectual que, sob a capa do pragmatismo, privilegia o olhar rasteiro, onde tudo que se apresenta sob a forma de inovação, de experimentação ou de pesquisa, suscita reações de rejeição imediata (ROLIM, 2007, p.34).

1.2.2. POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ – PCPR

No Paraná, à instituição tem seu tem seus primeiros passos, no dia 28 de setembro de 1853, através de um Decreto Imperial assinado por Dom Pedro II, nº. 1237, com a criação do cargo de chefe de polícia, da Província do Paraná (PARANÁ, 2021), porém em 17 de junho de 1911, através do Decreto N°262, que cria a Guarda Civil do Paraná (GCP), órgão civil, incumbido de auxiliar na manutenção da ordem e segurança públicas, é que a Polícia Civil começa realmente a tomar forma (CURITIBA, 2022).

Já no ano de 1922, pela Lei nº3052 é criada a Polícia de carreira, e somente através da Emenda Constitucional nº03 de 1971, e que a Polícia Civil se organiza em carreiras funcionais, criando o Conselho da Polícia Civil e determinou o provimento da carreira de Delegado de Polícia por Bacharel em Direito, aprovado em concurso público (POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ, 2019).

No ano de 1938, através do Decreto nº 6.438, a Polícia Civil foi subordinada à Secretaria Estadual de Segurança Pública. Já no ano de 1948, a Chefatura de Polícia é

restabelecida no Estado através da Lei 47, publicado no Diário Oficial nº. 293 de 19 de fevereiro (PARANÁ, 2022).

Em 1962 é extinta a Chefatura de Polícia através da Lei 4.615, e criada a Secretaria de Segurança Pública para dirigir todos os serviços na área de segurança pública no Estado. A partir desta data, a Polícia Civil e Militar, ficaram subordinadas diretamente ao Secretário de Segurança (ROLIM, 2007, p. 155). Em 1971 a Polícia Civil é estruturada em decorrência da Emenda Constitucional nº 03, com previsão das carreiras policiais e do concurso público (PARANÁ, 2022).

O Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná foi sancionado em 1974, sendo sua denominação alterada em 1982 para Departamento da Polícia Civil, dirigido pelo Delegado Geral, cargo para o qual deveria ser nomeado, preferencialmente, um Delegado de Polícia. Em 1999, uma nova divisão da estrutura do Departamento foi criada no nível de execução, abrangendo as unidades de polícia judiciária (PARANÁ, 2022).

Com o passar dos anos, a Polícia Civil criou diversas unidades policiais em toda a região do Paraná. Inicialmente vieram os distritos policiais por todo Estado. Logo após foram criadas 22 Subdivisões Policiais (SDP) no interior do Estado. A Polícia Civil ainda conta com delegacias especializadas, como o Centro de Operações Policiais Especiais (COPE), Delegacia da Mulher, Delegacias de Furtos e Roubos entre outras, que investigam crimes mais complexos. O Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (TIGRE), grupo de elite da Polícia Civil, especialista na recuperação de reféns e nas ações de resgate (PARANÁ, 2022).

O Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná, Lei Complementar nº 14, de 1982, em seu artigo 13, dispõe sobre o Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC, sendo composto pelas carreiras de Delegado, Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia, Papioscopista, Agente em Operações Policiais e Comissário de Polícia (em extinção).

Quadro 3 - O Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC.

DELEGADO DE POLÍCIA	INVESTIGADOR DE POLÍCIA	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	PAPIOSCOPISTA DE POLÍCIA	AGENTE DE POLÍCIA
1º Classe	1º Classe	1º Classe	1º Classe	1º Classe
2º Classe	2º Classe	2º Classe	2º Classe	2º Classe
3º Classe	3º Classe	3º Classe	3º Classe	3º Classe
4º Classe	4º Classe	4º Classe	4º Classe	4º Classe
	5º Classe			

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados da Polícia Civil do Paraná

Por sua vez, a Polícia Civil do Estado do Paraná é estruturada, em quatro níveis: nível de direção, nível de assessoramento, nível instrumental e nível de execução (POLÍCIA CIVIL PARANÁ, 2022).

Ainda segundo o Estatuto da Polícia Civil, em seu artigo 22, os empossados serão matriculados, compulsória e obrigatoriamente, no Curso de Formação Técnico Profissional específico, a ser ministrado pela Escola da Polícia Civil (PARANÁ, 1982).

1.2.3. ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL.

A história da Escola de Polícia se perde no tempo e abandono, as fontes primárias não mais existem, pois os documentos foram destruídos ou deteriorados com o tempo. Não há registros físicos na Biblioteca da ESPC sobre a história de sua criação, sendo apenas o livro do professor Ernani Costa Straube, Polícia Civil - 150 anos, como praticamente única referência, ou seja, o que seria uma fonte secundária, acabou se tornando uma fonte primária.

Não que não haja algumas informações no site da ESPC, mas são poucas folhas de uma grande árvore que desapareceu no tempo e no esquecimento, pois inexistiu uma política de tombamento para tais documentos, e parafraseando CARL SAGAN, *“a história está repleta de pessoas que... destruíram conhecimentos de imensurável valor que em verdade pertenciam a todos nós.”*

A insigne história da Escola de Polícia começa no ano de 1912, e segundo Monteiro (2019, p.93), entre os dias 07 ao dia 12 de abril, foi realizado o Primeiro Convênio Policial Brasileiro em São Paulo, promovido pela Secretaria da Justiça e da Segurança Pública com a participação de quase todos os estados da União, os quais delegaram representantes que tomassem parte nesses trabalhos, além de delegados de polícia da capital e do interior dos Estados.

Nesse Convênio Policial, quatro foram os eixos que nortearam o encontro: estabelecer um sistema de permuta de fichas de identidade de criminosos sob base do sistema datiloscópico desenvolvido na Argentina por Juan Vucetich; criar um código telegráfico policial; adotar medidas para identificar e capturar criminosos foragidos nos diferentes estados brasileiros e estabelecer as bases de um Congresso Policial Sul-Americano (OLIVEIRA, 2018, p.11).

A instalação do convênio foi feita no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e estavam presentes o chefe de Estado de São Paulo, Albuquerque Lins,

acompanhado do Sr. Washington Luis, Secretário da Justiça e da Segurança Pública (MONTERIRO, 2019, p.93). Já o Paraná, foi representado pelo então Delegado Auxiliar, Dr. Mário de Castro Nascimento, e pelo Diretor do Gabinete de Identificação, Dr. Miguel Severo Santiago (ESPC, 2021).

Os representantes do Paraná, apresentaram uma proposta de criação de Escolas policiais em todos os Estados, o que foi aprovado por unanimidade. A proposta visava:

“O estabelecimento de Escola de Polícia, sob bases científicas, onde os agentes possam aprender os misteres de sua árdua e meritória profissão, tornando-se aptos para darem luta à criminalidade, atualmente prenhe de artimanhas”(ESPC, 2021).

Straube (2005) desconhece que a proposta tenha sido efetivada no Paraná, embora outros Estados, como Rio de Janeiro e Pará, tenham criado Unidades de Ensino Policial Civil. Porém a título de experiência, foi criado na Repartição Central da Polícia Paranaense, uma Escola *"para ministrar os necessários conhecimentos profissionais aos encarregados da manutenção da ordem pública"*.

Comandado pelos Doutores, João de Paula Brito e Mário de Castro Nascimento, o Curso Profissional de Guardas Civis, em atendimento ao que foi aprovado no encontro de São Paulo, foi instituído em julho de 1912, pelo então Desembargador Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho, Chefe de Polícia. (ESPC, 2021).

Consoante o Chefe de Polícia daquela época:

“Ninguém contesta a existência de delinquentes intruidos e armados de artimanha habilísimas, para reprimenda dos quais faz-se mister uma Polícia conhecedora dos métodos de investigação científica. Assim, não se pode negar a vantagem de ser criada, por meio de Decreto Legislativo, a Escola de Polícia. Julgo desnecessário alongar-me sobre o assunto, pois este acha-se perfeitamente explanado na memória apresentada ao 1.º Convênio Policial Brasileiro, pelo representante do Paraná”. (STRAUBE, 2005)

A criação da Escola de Polícia Civil do Paraná, se dá oficialmente através do Decreto nº1968 de 1º de setembro de 1934, o qual foi assinado/criado pelo Interventor Federal no Estado, Manoel Ribas e aprovando no mesmo ato, o respectivo regulamento (ESPC, 2021). O Decreto foi publicado do Diário do Estado do Paraná, que se segue:

“O interventor federal do estado do Paraná usando de suas atribuições, e tendo em vista a necessidade reformar o

aparelhamento policial do estado, tendo em vista sujeitá-lo aos aperfeiçoamentos técnicos, já consagrados em todos os meios adiantados e considerando que uma reorganização dessa natureza, ao lado das aquisições materiais impõe, sobretudo, o preparo metódico, intelectual e moral do pessoal, bem como a instituição da carreira policial, baseada na especialização, resolve: Criar a Escola de Polícia do Paraná e o Regulamento que com este baixa, assinado pelo Secretário do Estado de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 1º de setembro de 1934". Manoel Ribas (DIÁRIO OFICIAL, 999, ANO IV)

A justificativa para a criação da Escola foi a necessidade de reformar o aparelho policial do Estado, no sentido de sujeitá-lo aos aperfeiçoamentos técnicos em todos os meios adiantados, considerando que uma reorganização dessa natureza, ao lado das aquisições materiais impõe, sobretudo o preparo metódico, intelectual e moral da pessoa, bem como a instituição da carreira policial, baseada na especialização (STRAUBE, 2005).

Em 20 de Abril de 1963 o Governador do Estado, Ney Braga assinou o Decreto Estadual de N° 11.470, que incluía a Escola, além de estabelecer a estrutura, na pasta da Secretária de Segurança Pública, que na época era chefiada pelo Coronel Ítalo Conti. Já seu regulamento foi aprovado pelo Decreto 14.039 de 4 de fevereiro de 1964, que estabelecia a Escola como órgão educacional, com autonomia pedagógica e subordinação administrativa ao Secretário da Segurança Pública (ESPC, 2021).

Por fim a Escola foi integrada como órgão da Polícia Civil, através da aprovação da Lei Complementar 03 de 14 de maio de 1974, 1º Estatuto da Polícia Civil, onde em seu artigo 5º, inciso IV, recebeu a denominação de Escola de Polícia Civil, sendo na mesma década, na gestão do General Mário Carneiro Portes, como Secretário de Segurança Pública, foi iniciada a construção de uma sede própria, em terreno do governo do Estado, localizado na Rua Tamoiós, 1.200 no Bairro Vila Izabel, onde permanece até hoje (ESPC, 2021).

Através do Decreto Estadual nº 3756, de 12/11/08, A ESPC foi credenciada para oferta de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e de Extensão, na área de Segurança Pública, com embasamento no Parecer CEE nº 681/08 (ESPC, 2021).

Em 12 de agosto de 2014, o Conselho Estadual de Educação emite o PARECER CEE/CES N°37/2014, favorável ao credenciamento da Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná, para a oferta de Cursos de Especialização, exclusivamente na área de Segurança Pública, em nível de Pós-Graduação Lato Sensu e de Extensão, em regime presencial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 12/11/13 até 12/11/18, sendo homologado pelo Decreto nº 12.640/14 (ESPC, 2021).

Com a publicação do Decreto nº 1411, de 15 de maio de 2019, a Escola Superior de Polícia Civil - ESPC, mantida pelo Estado do Paraná, para a oferta de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, exclusivamente na área de Segurança Pública, foi recredenciada, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 12 de novembro de 2018 até 11 de novembro de 2023, com base no o Parecer CEE/CES nº 10/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

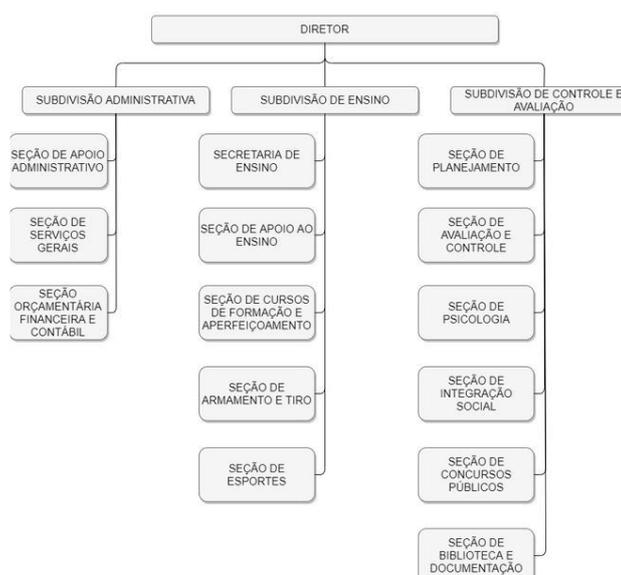
E assim, ano a ano, as atividades didáticas da Escola vem se desenvolvendo, dentro dos princípios de Ensinar, Servir e Proteger (STRAUBE, 2005).

Segundo a ESPC, cabe a ela à formação de policiais para as atividades da Polícia Civil do Paraná - PCPR; ao aperfeiçoamento, à especialização, à atualização e a capacitação dos Policiais da PCPR.

Ainda segundo o disposto no artigo 41, inciso III, do Estatuto da Polícia Civil, Lei Complementar 14/1982 (PARANÁ, 2021), cabe à Escola garantir o domínio de habilidades específicas e técnicas policiais para servir e proteger a população contra todas as formas de opressão, diferenciação ou discriminação, porém a PCPR se profissionaliza de forma lenta e gradual.

De acordo com o organograma da ESPC, ele se divide em:

Figura 3 - Organograma da ESPC.
ORGANOGRAMA
ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ



Fonte: Escola Superior de Poli-

cia Civil do Paraná (ESPC, 2022).

Os novos policiais são empossados sem passar por uma escola de formação, e essa formação, que em muitas vezes se dá anos depois de se tomar posse - sem contar a ineficácia

do próprio projeto do curso de formação - se torna apenas uma etapa necessária para a conclusão do Estágio Probatório, conforme preconiza o artigo 37 da Lei Complementar 14/82 (PARANA, 2021):

Art. 37. Estágio probatório é o período de três anos de efetivo exercício no cargo, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação ou não do servidor policial no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

I - Aprovação em curso de formação técnico - profissional específico ministrado pela Escola Superior de Polícia Civil;

[...]

A MCN proposta para as Polícias Civis têm um total de 908 horas, divididas em 08 áreas temáticas, para as matérias do núcleo comum, sendo que fica a cargo das Unidades Federativas e instituições de Segurança Pública, seguindo a estrutura das áreas temáticas, deverão implementar as disciplinas que devem compor a parte específica do currículo e que contribuirão para a formação desses profissionais nos diferentes níveis, porém a MCN só foi implementada na ESPC em 2010 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Nos anos de 2018 os cursos de formação passam a ter o status de Pós-Graduação, com exigência de professores capacitados, Mestres e Doutores, acabando com a velha prática, privilégios de poucos, de ministrarem aulas, de forma tão despreparada, que estas eram mais uma autopromoção que aulas propriamente dita.

Mesmo com um enorme esforço de alguns servidores para melhorar a capacitação desses novos profissionais, os cursos de formação não possuem uma diretriz unificada, ou um estudo para melhorar a cada projeto de curso de formação.

Isso se torna notório quando avaliamos projetos para o mesmo cargo, onde encontramos cursos com carga horária de mais de 900 horas e com carga horária que se quer chegam a 300 horas, sem contar o fato que os alunos não são preparados para o dia a dia de suas funções.

Algumas das disciplinas desses projetos, cito o caso de duas disciplinas, a matéria de português, que em determinado projeto, não fez referência as normas usadas em redações oficiais, mas trazia como separar sílabas e acentuação gráfica, em vez de preparar os policiais para fazer informações, relatórios e etc. Já outra disciplina, ensinava os alunos a comerem banana com faca.

A referida melhora no sistema educacional da ESPC, se torna mais que necessária, ela é urgente, pois além de criar condições para que os servidores cumpram seus papéis, é preciso

melhorar a qualificação desses profissionais frente as atuais necessidades da população Paranaense.

Assim como todo o currículo do curso de formação, que urge de uma revisão, onde se possa incorporar mais disciplinas, tanto de cunho técnico, como as que promovam uma cultura mais humana e mais respeitosa nas relações com a população. O apego excessivo ao currículo formal, é tentar permanecer na década passada, recusando o aperfeiçoamento contidas no currículo da MCN.

2. JUSTIFICATIVA

A formação policial é hoje um dos temas fundamentais abordados nos discursos no campo da segurança pública, visto que representa um dos pilares de um processo de mudança paradigmática no ofício de polícia e no papel que as polícias têm e exercem nas sociedades democráticas e atuais.

Segundo Santos (2014, p.12) a formação policial tornou-se tema recorrente, pela ineficácia e ineficiência frente ao crescimento dos fenômenos de violência difusa, violência política, violência social, violência simbólica, violência de gênero entre outras. Santos (2014) ainda traz que essas crises representam as dificuldades do ofício de polícia, frequentemente reduzido à sua dimensão de controle social repressivo, com o apelo sistemático ao uso da violência ilegal e ilegítima, e produzindo graves violações de direitos humanos.

As dimensões deste problema são múltiplas, podendo citar como exemplo a dualidade das carreiras na seleção e na formação do profissional policial, que no caso da PC é dupla, uma carreira para a base, escrivães, investigadores e papiloscopistas, outra para delegados (SANTOS, 2014, p.17).

É extremamente frágil a qualificação dos policiais civis pela ESPC, ainda moldada no que Poncioni (2005, p.597) chama de modelo exclusivamente legalista, sugerindo que as atividades desenvolvidas pelo policial civil se restringem ao trato meramente técnico de execução plena da lei.

Segundo Bittner citado por Pereira e Júnior (2012), a formação policial não pode se resumir ou ser compreendido apenas pelo que está na norma jurídica, ficando evidente a necessidade de exercitar e estimular a capacidade reflexiva do policial, a fim de subsidiar as

futuras tomadas de decisão, sendo o ponto inicial, sua formação, que deve ir além das questões curriculares e técnico-profissionais, sem se dissociar da sua realidade prática.

Porém para Rolim (2007, p.3), as instituições possuem, invariavelmente, uma cultura própria (ou uma subcultura), que resiste às modificações mais amplas operadas no contexto social. No caso da instituição policial, aqui aplicado a PCPR, o conservadorismo parece ser ainda mais pronunciado.

Por muitos anos, e em muitos lugares, as mudanças vislumbradas pela Polícia tiveram de ser adaptadas à organização policial e à subcultura, mais do que a organização policial e a subcultura tiveram de se adaptar às mudanças (GREENE, 2002, p.180 apud ROLIM, 2007, p.34).

O processo de formação profissional do policial, deve ser pensando de forma a possibilitar o exercício de constantes reflexões - antes, durante e depois de sua ação (PEREIRA, JÚNIOR, 2012, p.78). Nesse sentido encontramos força nas lições de Kant de Lima, citados pelos autores:

[...] antes de se proponham currículos e metodologias, cumpre levar em conta que a formação policial no Brasil ainda é marcada por uma concepção hierárquica do emprego da polícia, e que os próprios policiais não estão infensos a valores culturais de uma sociedade fortemente preconceituosa e jurídica e socialmente excludente.

Para Nobre (2006, p.11) os programas formais, ligados aos currículos dos cursos de formação policial, estão se desenvolvendo em torno de um currículo definido pela SENASP, que se “propõe a ser um referencial nacional para as atividades de formação em Segurança Pública e tem como princípios os direitos humanos e a cidadania, a formação e a capacitação continuada, humana e profissional dos diferentes atores sociais”, buscando, enfim, a construção democrática de saberes e práticas renovados.

A matriz curricular da ESPC, não contempla a devida importância em matérias do cotidiano do policial, como técnicas de investigação, de intervenção policial, uso das armas de fogo, uso progressivo força, não refletindo muitas vezes às questões que emergem no cotidiano das Delegacias de Polícia.

O último concurso da PCPR, ocorreu em 2018, e ainda está em andamento, com os novos escrivães fazendo Curso de Formação, porém no concurso de 2010, muitos dos policiais que ingressaram nos quadros da corporação por advento desse concurso, só realizaram o Curso de Formação na ESPC muito tempo depois, ou seja, já foram para a escola

com muito tempo de prática, o que acarreta em muitos vícios que comprometem essa formação.

Devido a essa ineficiência na formação dos policiais civis do Paraná, e pelas mudanças que o Brasil vem passando, como a ruptura de paradigma nas reflexões sociológicas, pedagógicas, psicológicas, antropológicas e policiais, dada a crise institucional do aparato policial frente ao crescimento da violência (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.7), é que o presente estudo tem por finalidade propor um novo e melhorado currículo para os cursos de formações, incluindo, além das matérias do núcleo comum da MCN, matérias específicas que retratam o cotidiano da polícia, de modo a profissionalizar os alunos que a ESPC têm formado em seus cursos de formação.

Segundo Santos e Bem (2016, p.481-504) essa nova modalidade de formação, norteada por preceitos que articulam dimensões éticas, educacionais e didático-pedagógicas, produzindo uma interação democrática entre a polícia e as comunidades, acaba levando o policial a atuar de forma mais preventiva do que repressiva.

Poucos são os trabalhos no Brasil que investigam a formação profissional das polícias judiciárias brasileiras, assim como no Paraná. A PCPR não possui uma pesquisa própria e nem indicadores sobre a política de formação de seus quadros, seja a curto ou a médio prazo, no exercício da atividade policial.

Observando que os cursos de formação não seguem um padrão determinado, seja quanto a carga horária ou das disciplinas sugeridas na MCN, que este trabalho tem como objetivo, propor um novo currículo, com uma base curricular forte e eficaz, na formação do operador de polícia judiciária.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é propor um Currículo atualizado para os cursos de formação de delegados, investigadores, escrivães e papiloscopistas, da Polícia Civil do Estado Paraná, com base na Matriz Curricular Nacional.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Apresentar a problemática do cenário atual, discorrendo e debatendo sobre os currículos da ESPC, no que diz respeito à formação dos Policiais Civis;
2. Comparar os projetos de cursos de formação da ESPC, suas ementas e em que medida colaboram para a formação profissional dos policiais civis;
3. Propor um projeto de Curso de Formação a ser aplicado na ESPC baseado na MCN, com mudanças tanto de núcleo comum quanto específico.

4. ESTUDO DE CASO

Como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Mestrado Profissional, turma 2019 – 2021, foi realizado entre o período de 08/02/2021 a 07/05/2021 o estágio supervisionado na Escola Superior de Polícia Civil - ESPC, objeto de estudo do pesquisador.

Durante o período do Estágio supervisionado, foram analisadas as atribuições dos setores da ESPC, estrutura, cursos, treinamentos, além do seu funcionamento. Foram acompanhados mais de perto, dois setores, a Subdivisão de Ensino (SDE) e o Setor de Planejamento (SDP), responsáveis pelos cursos da ESPC, sejam de formação ou de treinamento.

Com o objetivo de analisar a problemática acerca dos currículos, foi apresentado o software/programa usado pela ESPC para gerir os projetos passados, atuais e futuros.

O programa ainda mostra todas as turmas, notas, professores e demais informações que são usadas tanto pela SDE quanto pelo SDP. Porém, alguns dos projetos não estavam listados no programa, pois são anteriores ao mesmo.

A delimitação da pesquisa foi feita de forma a analisar os cursos de formação que aconteceram entre os anos de 2000 a 2018. A amostra levantada durante esse período, foi de 34 projetos, sendo que cada projeto traz um determinado modelo de currículo, com carga horária e diretrizes aplicadas nos cursos de formação.

Além desses projetos, foram analisados os arquivos físicos que continham antigos projetos de cursos de formação, que não foram digitalizados. Os 34 projetos, são divididos em: 06 projetos para escrivães; 06 projetos para delegados; 16 projetos para os cursos de investigador e 06 projetos para os cursos de papiloscopistas.

5. METODOLOGIA

5.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Buscando analisar o cenário atual dos Cursos de Formação da ESPC, o enfoque da pesquisa será feito através da análise dos currículos dos Cursos de Formação ministrados pela ESPC para seus servidores.

Serão analisados os currículos de todas as classes policiais da PCPR, formados na ESPC entre os anos de 2000 a 2018, para no final propor um novo currículo atualizado que possa se ater as novas exigências da MNC.

O percurso metodológico utilizado faz uso de técnicas documentais tendo como base os próprios arquivos da ESPC. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p.2), o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, pois a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar, justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais.

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p.295 apud SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009, p.2).

A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico (SILVA, DAMACENO, MARTINS, 2009, p. 4556). O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado.

A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009, p.2).

Segundo Bravo (1991) citado por Silva, Damasceno e Martins (2009, p.4556), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto.

5.2. COLETA DE DADOS

Foram analisados os currículos dos cursos de formação dos últimos 18 anos, sendo que durante esses quase 20 anos, foram coletados um total de 34 projetos referente as carreiras de Escrivão, Delegado, Investigador e Papiloscopista, conforme Tabela 01, que vão servir de base para esse estudo.

Durante esse período, passaram pela ESPC, 3.054 (três mil e cinquenta e quatro) alunos distribuídos em 98 (noventa e oito) turmas, em um total de mais de 23.633 (vinte e três mil, seiscentos e trinta e três) horas, conforme Quadro 04.

Tabela 1 - Quantidade de Projetos e carga horária dos Cursos de Formação da ESPC

Nº	PROJETO	CARGA HORÁRIA	DATA INICIAL	DATA FINAL	TURMAS	ALUNOS
INVESTIGADOR						
1	683.F.1.1.03/2008	900	20/10/2008	12/03/2009	3	109
2	703.F.1.6.07/2009	991	25/05/2009	13/10/2009	5	162
3	726.F.1.6.30/2009	900	16/11/2009	29/03/2010	5	171
4	757.F.1.6.61/2010	1002	18/10/2010	05/03/2011	4	142
5	792.F.1.6.96/2012	702	27/02/2012	03/07/2012	7	212
6	792.F.1.6.96/2012-PB	660	02/07/2012	09/11/2012	2	62

7	792.F.1.6.96/2012-A	668	06/08/2012	13/12/2012	3	91
8	792.F.1.6.96/2012-B	674	06/08/2012	13/12/2012	3	83
9	813.F.1.6.117/2013	795	25/02/2013	12/07/2013	5	138
10	813.F.1.6.117/2013 - 2	736	16/09/2013	10/05/2014	5	167
11	876/2015	330	17/08/2015	27/11/2015	5	151
12	876-2/2016	330	25/04/2016	29/06/2016	2	85
13	876-3/2016	330	03/10/2016	09/12/2016	4	133
14	792.F.1.6.96/2012	399	12/06/2017	30/08/2017	4	136
15	876-5/2017	399	12/06/2017	30/08/2017	4	134
16	876-6/2017	399	11/09/2017	04/12/2017	3	92
ESCRIVÃO						
17	682.F.1.1.02/2008	900	20/10/2008	12/03/2009	3	93
18	758.F.1.7.62/2010	900	18/10/2010	05/03/2011	3	84
19	815.F.1.7.119/2013	811	25/02/2013	26/07/2013	1	19
20	815.F.1.7.119-2013 - 2	788	16/09/2013	17/05/2014	1	29
21	876/2015	436	10/11/2015	08/04/2016	4	118
22	876-2/2015	436	11/07/2016	22/09/2016	4	102
PAPILOSCOPISTA						
23	684.F.1.1.04/2008	900	20/10/2008	12/03/2009	1	31
24	704.F.1.8.08/2009	900	25/05/2009	13/10/2009	3	101
25	770.F.1.8.74/2011	696	23/05/2011	16/08/2011	1	26
26	817.F.1.8.121/2013	820	25/02/2013	02/08/2013	1	21
27	817.F.1.8.121/2013 - 2	856	16/09/2013	17/05/2014	1	23
28	876/2015	568	05/10/2015	29/06/2016	2	96
DELEGADO						
29	681.F.1.1.01/2008	900	20/10/2008	12/03/2009	2	61
30	702.F.1.1.06/2009	900	25/05/2009	13/10/2009	1	18
31	746.F.1.1.50/2010	900	16/08/2010	15/12/2010	1	16
32	858.F.1.1.162/2013	282	30/06/2014	29/08/2014	2	62
33	876/2015	322	07/03/2016	03/06/2016	2	66
34	010/2018	800	16/04/2018	30/07/2018	1	20

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

A pesquisa ainda analisou os elementos que compõe esses currículos, revelando que além da carga horária variar muito de um ano para o outro, as disciplinas, sofreram grandes alterações.

Tabela 2 - Quantidade de Alunos que Frequentaram os Cursos de Formação da ESPC.

TURMAS SUPERIOR DE POLICIA CIVIL DO PARANÁ.	
TURMAS	QUANTIDADE DE ALUNOS
INVESTIGADORES	2068
ESCRIVÃES	445
PAPILOSCOPISTAS	298
DELEGADOS	243
TOTAL	3.054

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

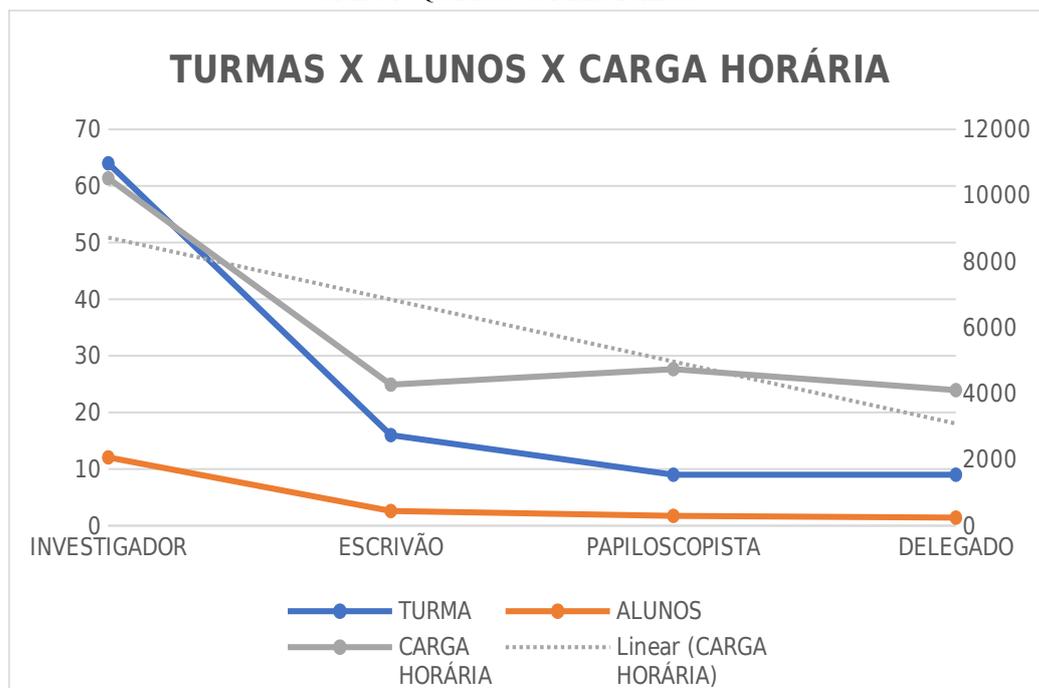
Quando fazemos uma comparação entre cargos, fica nítido que o Estado do Paraná contratou 8 vezes mais investigadores que papiloscopistas e delegados, e 4 vezes mais investigadores do que escrivães, conforme mostra a Tabela 01 e Gráfico 01, e isso reflete tanto nos procedimentos policiais, quanto no atendimento à população.

Um dos reflexos e a falta de escrivães, o que faz com que delegacias fiquem abarrotadas de inquéritos parados (GAZETA DO POVO, 2020). A falta de servidores, ainda fez com que o Núcleo de Londrina tenha mais de mil inquéritos parados (AN PARANÁ; G1, 2020).

Ainda segundo sites como o Lume, o Paraná é o segundo estado com menor número de policiais civis por habitante (LUME, 2021), o que levou o município de Maringá a nomear um homem para chefiar Delegacia da Mulher do Município (G1, 2021).

Atualmente, o Estado conta com 342 delegados para atender aos 399 municípios, mas 438 vagas estão abertas, levando os delegados a acumularem delegacias (P1News, 2021). Ao todo, são 3.800 servidores, porém o quadro oficial da Polícia Civil é pouco mais de 7 mil homens (FEIPOLSUL, s.d.).

Gráfico 1 - Quantidade de Turmas Formadas



5.2.1. ESCRIVÃES DE POLÍCIA

A ESPC formou 455 (quatrocentos e quarenta e cinco) alunos escrivães em 16 (dezesseis) turmas, com uma média de 712 (setecentos e doze) horas de curso. Os Projetos iniciais, tinham uma carga horária de 900 (novecentas) horas de curso, sendo que os últimos dois projetos, que alcançaram quatro turmas cada, tiveram apenas 436 (quatrocentos e trinta e seis) horas de curso de formação, conforme Tabela 03.

Tabela 3 - Projetos dos cursos de Escrivães

Nº	PROJETO	CARGA HORÁRIA	DATA INICIAL	DATA FINAL	TURMAS	ALUNOS
01	682.F.1.1.02/2008	900	20/10/2008	12/03/2009	3	93
02	758.F.1.7.62/2010	900	18/10/2010	05/03/2011	3	84
03	815.F.1.7.119/2013	811	25/02/2013	26/07/2013	1	19
04	815.F.1.7.119-2013 - 2	788	16/09/2013	17/05/2014	1	29
05	876/2015	436	10/11/2015	08/04/2016	4	118
06	876-2/2015	436	11/07/2016	22/09/2016	4	102
TOTAL	-	4.271	-	-	16	445

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

5.2.2. DELEGADOS DE POLÍCIA

A quantidade de alunos delegados formados pela ESPC, foi a menor de todas. Apenas 243 (duzentos e quarenta e três) alunos formados em 9 (nove) turmas, com uma média de 668 (seiscentos e sessenta e oito) horas de curso. Os primeiros projetos, previam uma carga horária de 900 (novecentas) horas, chegando drasticamente ao projeto 858.F.1.1.162/2013 com 282 (duzentas e oitenta e duas) horas de curso. Porém o projeto de número 010/2018 trouxe uma proposta de curso de pós graduação em Gestão de Segurança Pública orientado para formação de delegados de polícia civil.

Tabela 4 - Projeto dos cursos de Delegados

Nº	PROJETO	CARGA HORÁRIA	DATA INICIAL	DATA FINAL	TURMAS	ALUNOS
01	681.F.1.1.01/2008	900	20/10/2008	12/03/2009	2	61
02	702.F.1.1.06/2009	900	25/05/2009	13/10/2009	1	18
03	746.F.1.1.50/2010	900	16/08/2010	15/12/2010	1	16

04	858.F.1.1.162/2013	282	30/06/2014	29/08/2014	2	62
05	876/2015	322	07/03/2016	03/06/2016	2	66
06	010/2018	800	16/04/2018	30/07/2018	1	20
TOTAL	-	4.104	-	-	9	243

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

5.2.3. INVESTIGADORES DE POLÍCIA

A quantidade de investigadores formados pela ESPC, é superior à soma dos três outros cargos. A quantidade de investigadores formados é de 2.068 (dois mil e sessenta e oito) alunos em 64 (sessenta e quatro) turmas, com uma média de 660 (seiscentos e sessenta) horas de curso.

Nos projetos iniciais, que abrangem os anos de 2008 até 2013, a carga horária gira em torno de 600 (seiscentas) a 1.000 (mil) horas. Já os projetos derivados do projeto, 876/2015, tem carga horária, não superior a 400 (quatrocentas) horas.

Tabela 5 - Projetos dos cursos de Investigadores

Nº	PROJETO	CARGA HO- RÁRIA	DATA INICI- AL	DATA FI- NAL	TURMAS	ALUNOS
1	683.F.1.1.03/2008	900	20/10/2008	12/03/2009	3	109
2	703.F.1.6.07/2009	991	25/05/2009	13/10/2009	5	162
3	726.F.1.6.30/2009	900	20/10/2008	12/03/2009	5	171
4	757.F.1.6.61/2010	1002	18/10/2010	05/03/2011	4	142
5	792.F.1.6.96/2012	702	27/02/2012	03/07/2012	7	212
6	792.F.1.6.96/2012-PB	660	02/07/2012	09/11/2012	2	62
7	792.F.1.6.96/2012-A	668	06/08/2012	13/12/2012	3	91
8	792.F.1.6.96/2012-B	674	06/08/2012	13/12/2012	3	83
9	813.F.1.6.117/2013	795	25/02/2013	12/07/2013	5	138
10	813.F.1.6.117/2013 - 2	736	16/09/2013	10/05/2014	5	167
11	876/2015	330	17/08/2015	17/10/2015	5	151
12	876-2/2016	330	25/04/2016	29/06/2016	2	85
13	876-3/2016	330	03/10/2016	09/12/2016	4	133
14	876-4/2016	399	27/02/2012	03/07/2012	4	136
15	876-5/2017	399	12/06/2017	30/08/2017	4	134
16	876-6/2017	399	11/09/2017	04/12/2017	3	92
TOTAL	-	10.518	-	-	64	2.068

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

5.2.4. PAPILOSCOPISTAS

Já a quantidade de alunos papiloscopistas, é quase a mesma que a de alunos delegados. A ESPC formou apenas 298 (duzentos e noventa e oito) alunos em 9 (nove) turmas, com uma média de 779 (setecentos e setenta e nove) horas de curso, a maior entre todos os cargos.

Tabela 6 - Informações dos cursos de Papiloscopistas

NÚMERO	PROJETO	CARGA HORÁRIA	DATA INICIAL	DATA FINAL	TURMA	ALUNOS
01	684.F.1.1.04/2008	900	20/10/2008	12/03/2009	1	31
02	704.F.1.8.08/2009	900	25/05/2009	13/10/2009	3	101
03	770.F.1.8.74/2011	696	23/05/2011	16/08/2011	1	26
04	817.F.1.8.121/2013	820	25/02/2013	02/08/2013	1	21
05	817.F.1.8.121/2013 - 2	856	16/09/2013	17/05/2014	1	23
06	876/2015	568	05/10/2015	29/06/2016	2	96
TOTAL	-	4.740	-	-	9	298

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

5.3. ANÁLISE DOS PROJETOS

Segundo a MCN, os currículos e programas das atividades formativas devem ser compostos por um núcleo comum (básico) e uma parte específica. Para o núcleo comum, é recomendado 908 horas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 75). Já a parte específica deverá ser composta por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, relacionados diretamente com a especialidade que irão desempenhar, com as necessidades e peculiaridades regionais e com a complementaridade do núcleo comum (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.68).

Verificando as Tabelas de 03 a 06 referente aos cargos de escrivão, delegado, investigador e papiloscopista, respectivamente, podemos notar claramente que são poucos, ou quase nenhum projeto que ultrapasse às 908 horas recomendadas pelo SENASP para o núcleo básico. Como não existe uma carga horária determinada para o núcleo específico, podemos notar que a Polícia Civil do Paraná, não conseguiu alcançar em nenhum projeto o total de horas recomendado.

Já quanto ao curso de formação com status de pós graduação, é uma tentativa de alçar um determinado patamar, que até então era inexistente, pois todos os diplomas expedidos pelos cursos de formação anterior ao projeto 010/2018, não possui uma validade legal, serviam apenas para comprovar que o servidor frequentou o curso de formação da ESPC.

A quantidade de dias de curso, não foi analisada, ou seja, não foi levado em conta em nenhum projeto, pois em muitos casos, houve um hiato durante o curso de formação, e como essa informação é irrelevante para o propósito desse estudo, esses dados, foram descartados.

5.4. CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS

Com o objetivo de facilitar a compressão, os projetos dos Cursos de Formação dos Servidores, foram classificados como P.ESC-01 a P.ESC-06, P.DEL-01 a P.DEL-06, P.INV-01 a P.INV-16 e P.PAP-01 a P.PAP-06, conforme Quadro abaixo, facilitando assim a apresentação dos dados.

Quadro 4 - Classificação dos Projetos

NÚMERO	PROJETO	CARGA HORÁRIA	TURMA	ALUNOS
ESCRIVÃES				
P.ESC-01	682.F.1.1.02/2008	900	3	93
P.ESC-02	758.F.1.7.62/2010	900	3	84
P.ESC-03	815.F.1.7.119/2013	811	1	19
P.ESC-04	815.F.1.7.119-2013 - 2	788	1	29
P.ESC-05	876/2015	436	4	118
P.ESC-06	876-2/2015	436	4	102
DELEGADOS				
P.DEL-01	681.F.1.1.01/2008	900	2	61
P.DEL-02	702.F.1.1.06/2009	900	1	18
P.DEL-03	746.F.1.1.50/2010	900	1	16
P.DEL-04	858.F.1.1.162/2013	282	2	62
P.DEL-05	876/2015	322	2	66
P.DEL-06	010/2018	800	1	20
INVESTIGADORES				
P.INV-01	683.F.1.1.03/2008	900	3	109
P.INV-02	703.F.1.6.07/2009	991	5	162
P.INV-03	726.F.1.6.30/2009	900	5	171
P.INV-04	757.F.1.6.61/2010	1002	4	142
P.INV-05	792.F.1.6.96/2012	702	7	212
P.INV-06	792.F.1.6.96/2012-PB	660	2	62
P.INV-07	792.F.1.6.96/2012-A	668	3	91
P.INV-08	792.F.1.6.96/2012-B	674	3	83
P.INV-09	813.F.1.6.117/2013	795	5	138
P.INV-10	813.F.1.6.117/2013 - 2	736	5	167
P.INV-11	876/2015	330	5	151
P.INV-12	876-2/2016	330	2	85
P.INV-13	876-3/2016	330	4	133

P.INV-14	876-4/2017	399	4	136
P.INV-15	876-5/2017	399	4	134
P.INV-16	876-6/2017	399	3	92
PAPILOSCOPISTAS				
P.PAP-01	684.F.1.1.04/2008	900	1	31
P.PAP-02	704.F.1.8.08/2009	900	3	101
P.PAP-03	770.F.1.8.74/2011	696	1	26
P.PAP-04	817.F.1.8.121/2013	820	1	21
P.PAP-05	817.F.1.8.121/2013 - 2	856	1	23
P.PAP-06	876/2015	568	2	96

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

5.5. CARGA HORÁRIA PROJETADA VERSUS REALIZADA

Na Tabela 07, podemos notar que existem as horas definidas nos projetos como carga horária a serem cumpridas (Horas Projeto), e as horas que foram realizadas (Horas Realizadas) pelos servidores. Além, foram colocadas a quantidade de horas por Área Temática.

Muitos dos projetos possuem um complemento, seja para aumentar ou diminuir a carga horária. Mas mesmo assim, podemos notar que as cargas horárias tem diminuído com o passar dos projetos, o que corrobora com muitos dos comentários dos alunos formados pela ESPC, de que os cursos de formação só têm piorado com o passar dos anos, mesmo com a tentativa de curso com status de pós-graduação, além de serem uma perda de tempo.

Tabela 7 - Hora Projetada versus Hora Realizada

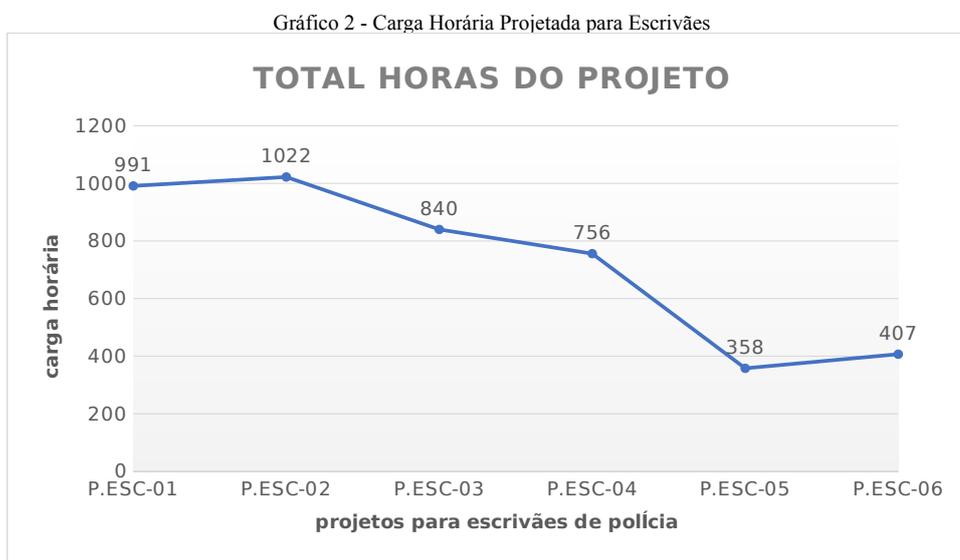
PROJETOS	ÁREA TEMÁTICA										HORAS PROJETO	HORAS REALIZADAS
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X		
ESCRIVÃES												
P.ESC-01	62	32	165	34	116	46	20	438	78	0	991	900
P.ESC-02	46	40	122	30	115	64	38	365	124	78	1022	900
P.ESC-03	28	32	70	20	60	66	66	416	82	0	840	811
P.ESC-04	36	40	78	24	108	88	24	324	34	0	748	788
P.ESC-05	18	12	12	8	20	36	4	246	2	0	396	436
P.ESC-06	14	12	12	8	20	52	8	268	13	0	407	436
DELEGADOS												
P.DEL-01	118	32	105	34	264	62	20	424	140	0	1199	900
P.DEL-02	118	32	105	34	264	62	20	424	140	0	1199	900
P.DEL-03	48	28	102	32	131	64	42	357	104	32	940	900
P.DEL-04	28	8	16	16	68	42	22	398	22	0	620	282

P.DEL-05	28	12	26	8	20	50	8	308	13	4	477	322
P.DEL-06	92	16	34	8	50	102	124	294	50	0	770	800
INVESTIGADORES												
P.INV-01	62	32	165	34	116	46	20	438	78	0	991	900
P.INV-02	62	32	165	34	116	46	20	438	78	0	991	991
P.INV-03	48	28	102	30	123	64	38	355	88	84	960	900
P.INV-04	38	36	104	24	111	78	50	337	94	8	1002	880
P.INV-05	54	28	58	12	102	112	22	200	30	0	618	702
P.INV-06	46	28	58	12	102	96	20	240	18	0	620	660
P.INV-07	46	28	58	14	102	108	18	124	20	0	518	668
P.INV-08	46	28	58	14	102	108	18	240	20	0	634	674
P.INV-09	58	44	68	28	106	78	40	168	38	17	645	795
P.INV-10	36	40	70	24	108	88	24	272	34	0	696	736
P.INV-11	12	12	12	8	20	52	4	228	6	0	354	330
P.INV-12	12	12	12	8	20	56	8	242	13	0	383	330
P.INV-13	8	12	12	8	20	56	8	230	13	0	367	330
P.INV-14	16	12	18	8	20	66	14	232	12	0	398	399
P.INV-15	16	12	18	8	20	66	14	232	12	0	398	399
P.INV-16	16	12	18	8	20	66	14	238	13	0	405	399
PAPILOSCOPISTAS												
P.PAP-01	66	32	157	20	116	46	20	450	69	0	976	900
P.PAP-02	67	28	136	20	119	76	30	497	8	68	1049	900
P.PAP-03	20	18	34	4	107	28	8	460	17	0	696	696
P.PAP-04	28	20	36	0	60	28	66	552	30	0	820	820
P.PAP-05	40	28	36	8	108	34	24	544	34	0	856	856
P.PAP-06	16	12	14	8	20	20	8	580	6	0	684	568

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

5.5.1. HORAS PROJETADA VERSUS HORAS REALIZADA PARA ESCRIVÃES

Conforme demonstrado na tabela 07, verificamos uma queda vertiginosa na carga horária dos projetos para escrivães. O projeto P.ESC-01, foi programado para ter 991 (novecentas e noventa e uma) horas, porém ao longo de sete anos, notamos que os projetos, diminuíram mais de 600 (seiscentas) horas, conforme podemos verificar no Gráfico 02, abaixo.

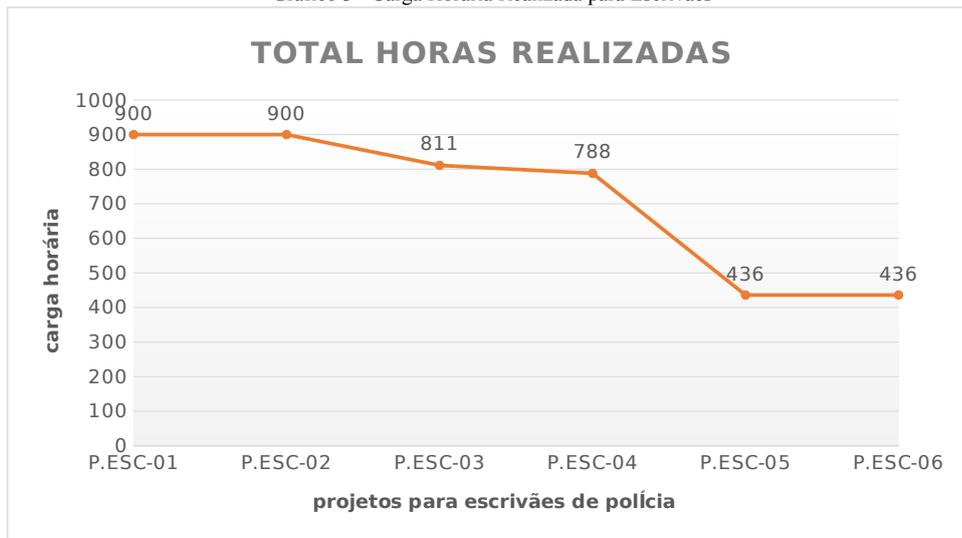


Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

Se analisarmos o Gráfico de Horas Realizadas, Gráfico 03, podemos notar uma diferença de mais de 450 (quatrocentos e cinquenta) horas entre os projetos P.ESC-01 e P.ESC-05. Essa redução nos cursos de formação de escrivães, mostra o despreparo do Estado em se programar, tanto na realização de novos concursos, quanto no próprio treinamento desses servidores, o que faz com que os cursos de formação tenham cada vez menos horas.

A necessidade do Estado em formar esses policiais o mais rápido possível, é uma tentativa de acabar com a montoeira de inquéritos parados em delegacias, pois com a falta de escrivães (REDESUL, 2020), o Estado tem a necessidade de colocar esses servidores nas delegacias o mais rápido possível, sem contar que os servidores concursados de 2010, já estavam trabalhando em delegacias, antes mesmo de passarem pelo curso de formação.

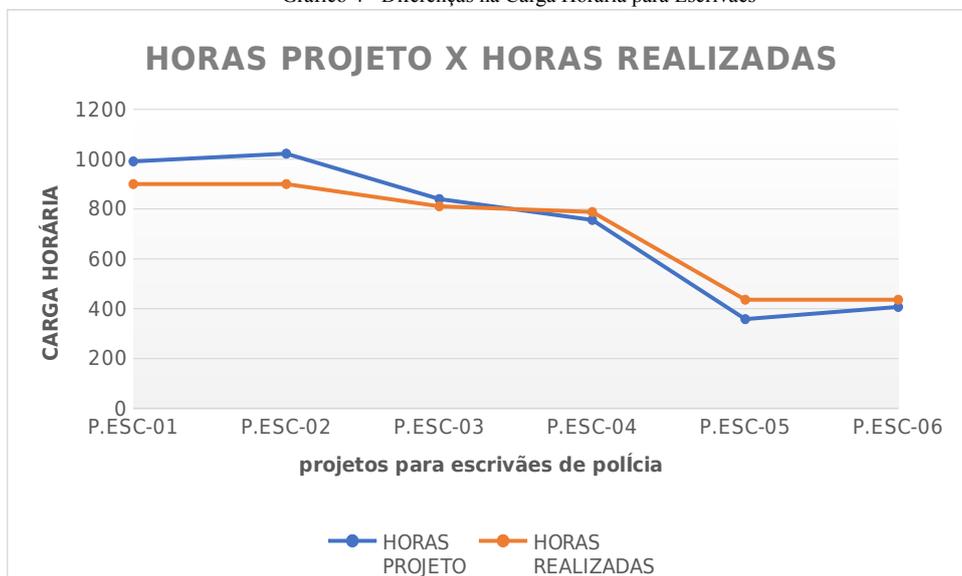
Gráfico 3 - Carga Horária Realizada para Escrivães



Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

Comparando as horas projetadas com as horas realizadas, houve uma redução nos três primeiros projetos, chegando a 122 (cento e vinte e duas) horas no projeto P.ESC-02. Os últimos três projetos, tiveram um acréscimo de horas realizadas, sendo que o projeto P.ESC-05, teve um aditivo de 78 (setenta e oito) horas.

Gráfico 4 - Diferenças na Carga Horária para Escrivães

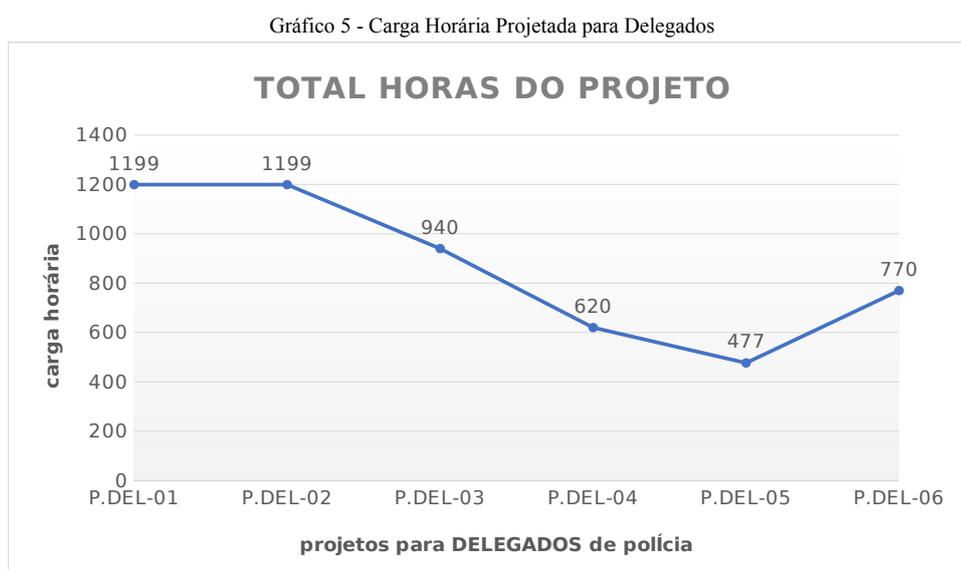


Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

5.5.2. HORAS PROJETADA VERSUS HORAS REALIZADA PARA DELEGADOS

Durante dez anos, a ESPC formou apenas 243 (duzentos e quarenta e três) alunos delegados, em nove turmas, conforme mostra Tabela 04. A falta de delegados, atinge diretamente a população, pois de acordo com a Adepol, a Polícia Civil do Paraná tem 780 cargos de delegado, dos quais apenas 392 estão preenchidos (GAZETADOPOVO, 2018). Existe um concurso em andamento para contratar mais 50 novos delegados, porém o número é insuficiente para cobrir o número de delegados que foram afastados, exonerados ou que faleceram.

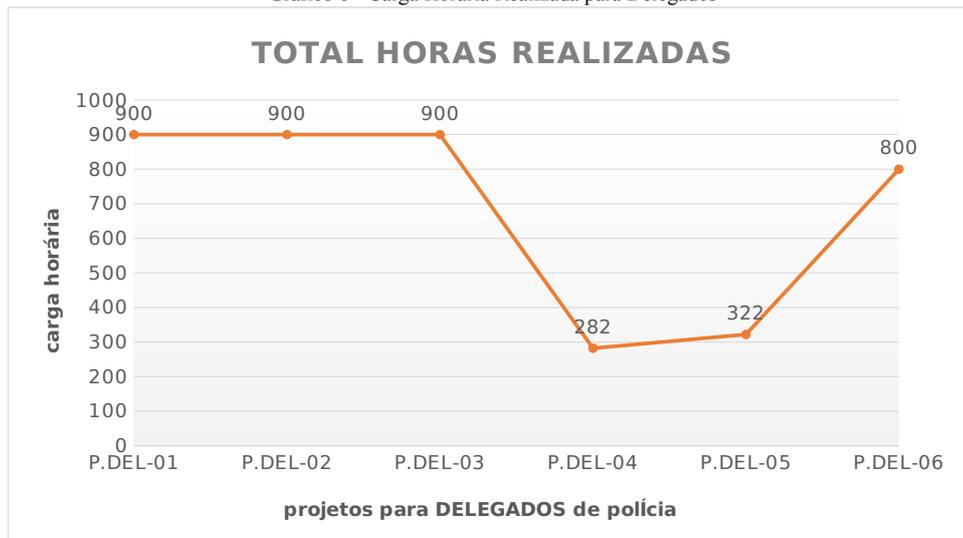
O total de horas dos projetos, segue a mesma tendência dos demais cargos, sendo que no projeto P.DEL-06, houve um aumento da carga horária. Esse aumento se deve a criação do curso de formação com caráter de Pós-graduação.



Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

A carga horária projetada nos projetos P.DEL-01 a P.DEL-03, foram estabelecidas em 1199 (mil cento e noventa e nove) e 940 (novecentos e quarenta) horas, porém os três projetos tiveram como carga, 900 (novecentas) horas, tendo baixado para 282 (duzentos e oitenta e duas) horas no projeto seguinte, P.DEL-04, e aumentada nos últimos dois projetos.

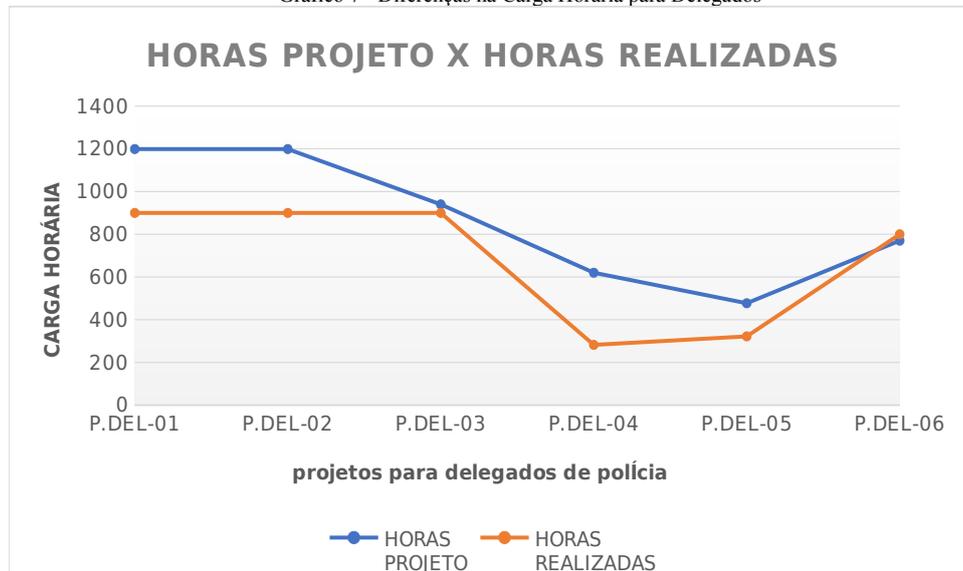
Gráfico 6 - Carga Horária Realizada para Delegados



Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

O Gráfico 07, de horas projetadas versus horas realizadas, podemos notar uma diferença de 299 (duzentos e noventa e nove) horas nos dois primeiros projetos P.DEL-01 e P.DEL-02. Os projetos P.DEL-04 e P.DEL-05, possuem uma diferença de 338 (trezentos e trinta e oito) e 155 (cento e cinquenta e cinco) respectivamente, e um leve aumento de 30 (trinta) horas no último projeto.

Gráfico 7 - Diferenças na Carga Horária para Delegados



Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

5.5.3. HORAS PROJETADA VERSUS HORAS REALIZADA PARA INVESTIGADORES

Conforme Tabela 05, o projeto P.INV-04 foi planejado para ter 1002 (mil e duas) horas, porém o projeto seguinte, P.INV-05, teve sua carga horária diminuída em 384 (trezentos e oitenta e quatro) horas. Já a diferença entre os projetos P.INV-10 e P.INV-11 é de 342 (trezentos e quarenta e duas) horas. Ambas as reduções tem quase a mesma quantidade de horas dos últimos 5 projetos.

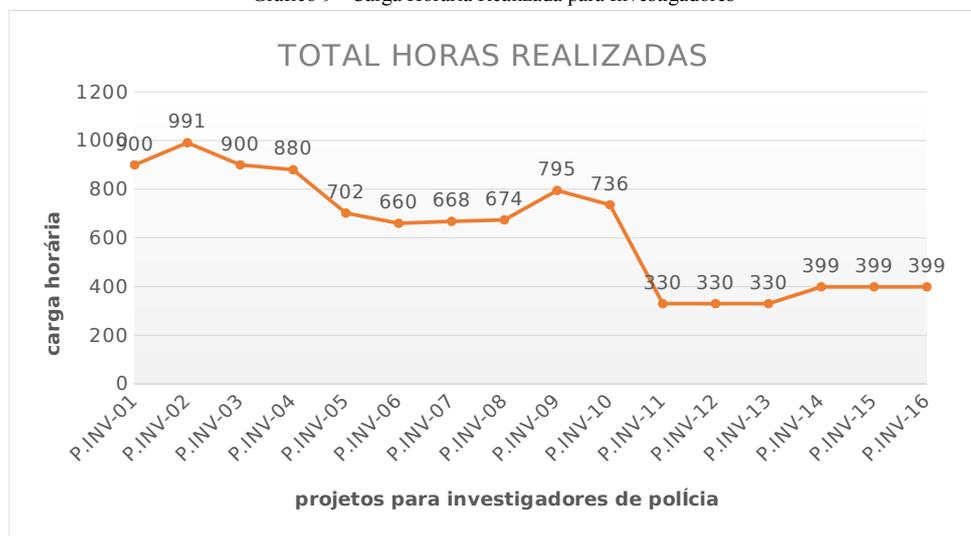
Gráfico 8 - Carga Horária Projetada para Investigadores



Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

Analisando o Gráfico 09, de horas realizadas, podemos notar uma diferença de 406 (quatrocentos e seis) horas entre os projetos P.INV-10 e P.INV-11. Novamente uma carga horária superior aos últimos 6 (seis) projetos. Todos os projetos, são derivados do projeto 876/2015.

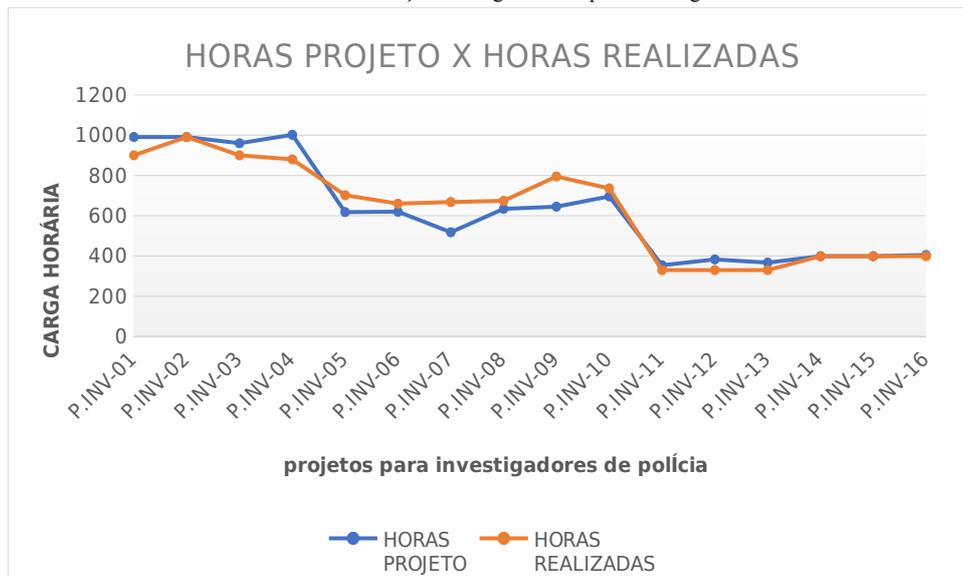
Gráfico 9 - Carga Horária Realizada para Investigadores



Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

Comparando as horas projetadas com as horas realizadas, podemos notar uma diferença quase insignificante, onde a maior diferença é de 150 (cento e cinquenta) horas nos projetos P.INV-07 e P.INV-09, a menor, de 6 (seis) horas, P.INV-16, sendo que ainda existem 3 (três) projetos, P.INV-02, P.INV-14 e P.INV-15, que possuem as horas projetadas iguais as horas realizadas, ou seja, houve um respeito do projeto.

Gráfico 10 - Diferenças na Carga Horária para Investigadores

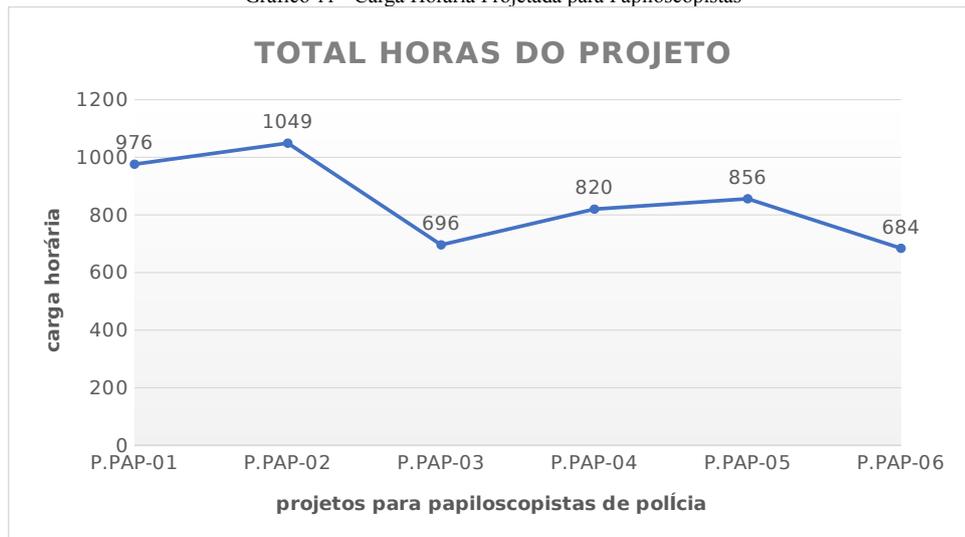


Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

5.5.4. HORAS PROJETADA VERSUS HORAS REALIZADA PARA PAPILOSCOPISTAS

Os projetos para os cursos de formação do cargo papiloscopista, também sofreram com redução da carga horária, sendo a maior carga horária projetada de 1049 (mil e quarenta e nove) horas para o projeto P.PAP-02 e a menor de 684 (seiscentos e oitenta e quatro) para o projeto P.PAP-06, sendo a diferença entre esses dois projetos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) horas.

Gráfico 11 - Carga Horária Projetada para Papiloscopistas



Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

Analisando o gráfico 12 de horas realizadas, notamos que dentre os cursos de formação, o curso de papiloscopista é o que menos teve redução na carga horária realizada. O último projeto, P.PAP-06 tem uma carga horária realizada de 568 (quinhentos e sessenta e oito) horas, o que é maior do que todas as menores cargas horárias, porém a quantidade de servidores papiloscopistas é insuficiente para resolver os problemas do Estado.

O Paraná tem hoje um efetivo de 3.868 policiais civis, sendo 372 delegados, 628 escrivães, 2.580 investigadores e 273 peritos (REDE LUME, 2021). O número de papiloscopista é de apenas 7% do total de servidores, sendo que o último concurso ocorreu em 2010, e existe um concurso em andamento para contratar 50 servidores papiloscopistas, um número insuficiente para corrigir problemas como a demora para emitir Carteiras de Identidades (GAZETA DO POVO, 2021; UOL, 2018; G1, 2021).

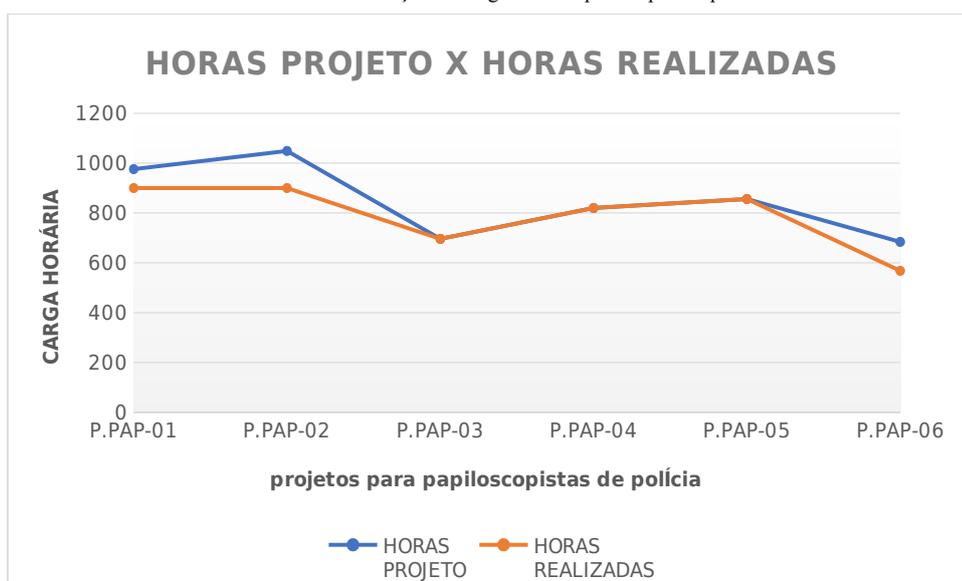
Gráfico 12 - Carga Horária Realizada para Papiloscopistas



Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

Sobrepondo ambos os gráficos, as diferenças aparecem em três projetos, P.PAP-01 e P.PAP-02 com 76 (setenta e seis) e 149 (cento e quarenta e nove) horas respectivamente e o último projeto, P.PAP-06, com 116 (cento e dezesseis) horas.

Gráfico 13 - Diferenças na Carga Horária para Papiloscopistas



Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

5.6. CARGA HORÁRIA DE ACORDO COM A ÁREA TEMÁTICA

Os currículos e programas das atividades formativas devem ser compostos por um núcleo comum (básico) e uma parte específica. O núcleo comum, deve estar de acordo com o documento da Matriz Curricular Nacional, e a parte específica, elaborada pela equipe de supervisão integrada de cada Estado em conjunto com as instituições envolvidas.

Ainda de acordo com a MCN (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014), as áreas temáticas propostas pela Matriz Curricular Nacional são: **ÁREA TEMÁTICA I:** Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; **ÁREA TEMÁTICA II:** Violência, Crime e Controle Social; **ÁREA TEMÁTICA III:** Conhecimentos Jurídicos; **ÁREA TEMÁTICA IV:** Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos; **ÁREA TEMÁTICA V:** Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador; **ÁREA TEMÁTICA VI:** Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública; **ÁREA TEMÁTICA VII:** Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva; **ÁREA TEMÁTICA VIII:** Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

Quadro 5 - Áreas Temáticas da MCN

ÁREAS TEMÁTICAS DA MATRIZ	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
ÁREA TEMÁTICA I		
Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Estado, Sociedade e Segurança Pública; Sistema de Segurança Pública; Fundamentos da Gestão Pública; Gestão Integrada e Comunitária	60h
ÁREA TEMÁTICA II		
Violência, Crime e Controle Social	Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade; Criminologia Aplicada à Segurança Pública	54h
ÁREA TEMÁTICA III		
Conhecimentos Jurídicos	Direitos Humanos; Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	72h
ÁREA TEMÁTICA IV		
Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos; Resolução de Problemas e Tomada de Decisão; Análise de Cenários e Riscos; Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	60h
ÁREA TEMÁTICA V		
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Interpessoais; Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho; Educação Física 1	156h
ÁREA TEMÁTICA VI		
Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação; Documentação Técnica; Telecomunicações; Tecnologias e Sistemas Informatizados; Gestão da Informação; Inteligência de Segurança Pública; Estatística Aplicada à Segurança Pública I; Introdução à Análise Criminal	158h
ÁREA TEMÁTICA VII		
Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania; Diversidade Étnico-sociocultural; Identidade e Cultura da Organização Policial; Ordem Unida	66h
ÁREA TEMÁTICA VIII		
Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Abordagem; Preservação e Valorização da Prova; Atendimento Pré-Hospitalar; Uso Diferenciado da Força I; Defesa Pessoal; Policial Armamento, Munição e Tiro; Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas	282h
CARGA HORÁRIA TOTAL		908H

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da MCN (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014)

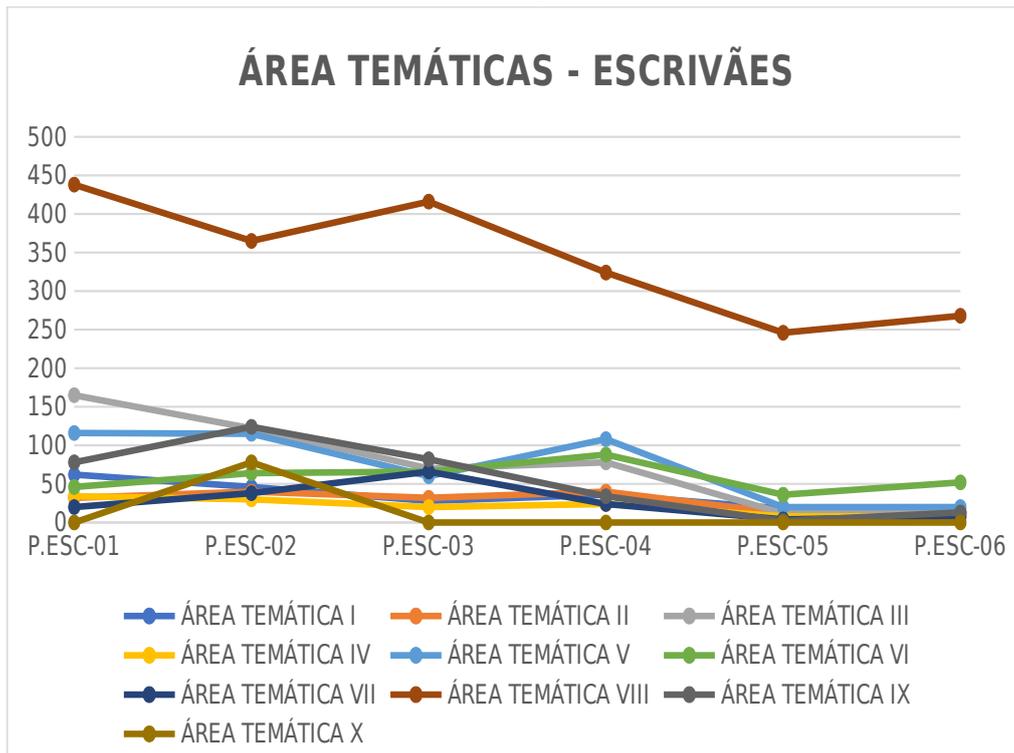
5.6.1. ÁREAS TEMÁTICAS

Cada área temática define um espaço de conteúdos que deverão ser trabalhados pelas áreas de conhecimento, possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas instituições, carreiras, demandas da sociedade e peculiaridades locais e/ou regionais (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.45).

5.6.2. ÁREAS TEMÁTICAS – ESCRIVÃES

Os projetos para os cursos de formação de escrivães, assim como todos os outros, seguem a mesma linha de pensamento, onde a área temática 8 é que tem a maior quantidade de horas, porém com o passar dos projetos, essa carga horária diminui até chegar em 268 (duzentas e sessenta e oito) horas. O Projeto P.ESC-03 teve 436 (quatrocentos e trinta e seis) horas, porém a carga horária decaí com o passar dos anos e projetos.

Gráfico 14 - Áreas Temáticas para o curso de Escrivães



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da ESPC

Desmontando o gráfico acima em pequenos gráficos, podemos obter a seguinte configuração.

Gráfico 16 - Área Temática I - Curso de Escrivães

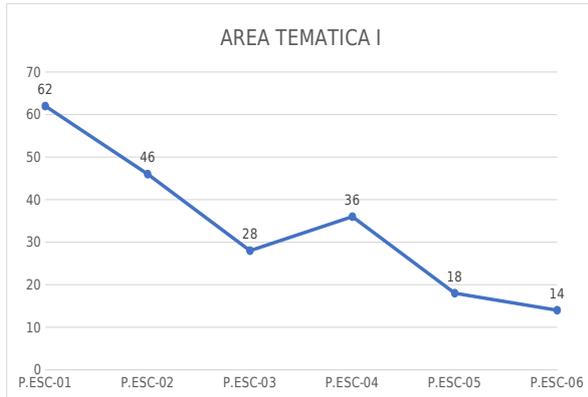


Gráfico 156 - Área Temática II - Curso de Escrivães

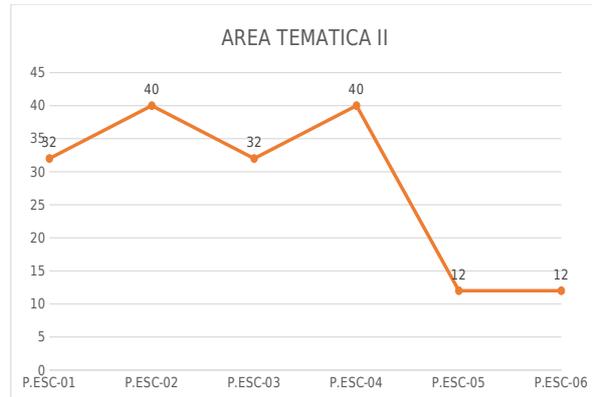


Gráfico 17 - Área Temática III - Curso de Escrivães

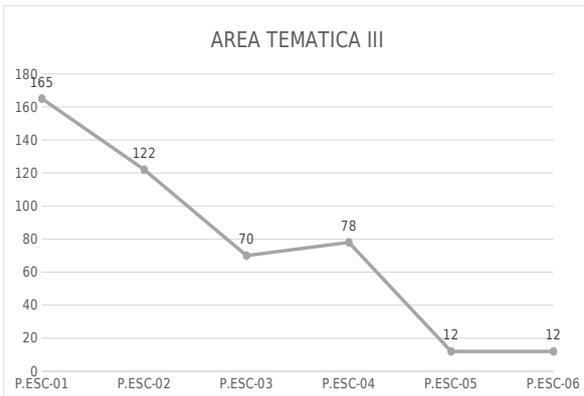


Gráfico 18 - Área Temática IV - Curso de Escrivães

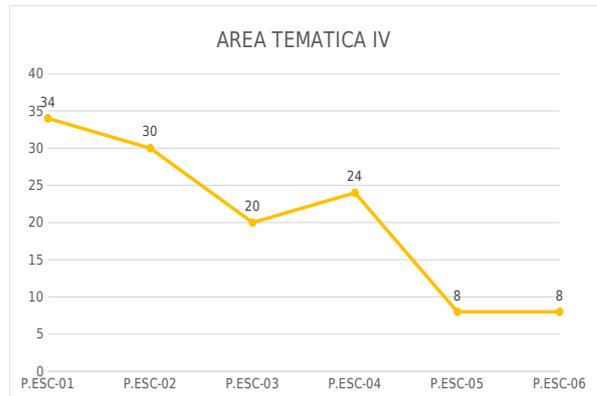


Gráfico 19 - Área Temática V - Curso de Escrivães

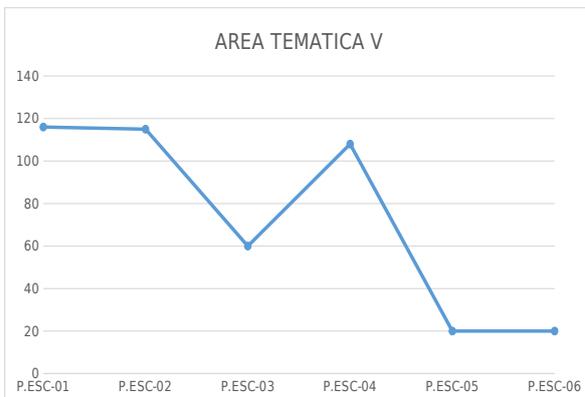


Gráfico 20 - Área Temática VI - Curso de Escrivães

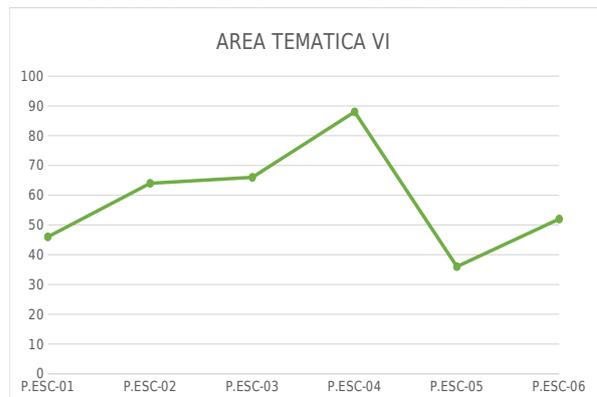


Gráfico 21 - Área Temática VII - Curso de Escrivães

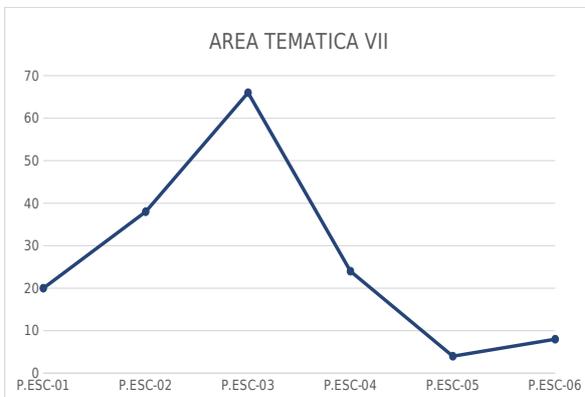


Gráfico 22 - Área Temática VIII - Curso de Escrivães

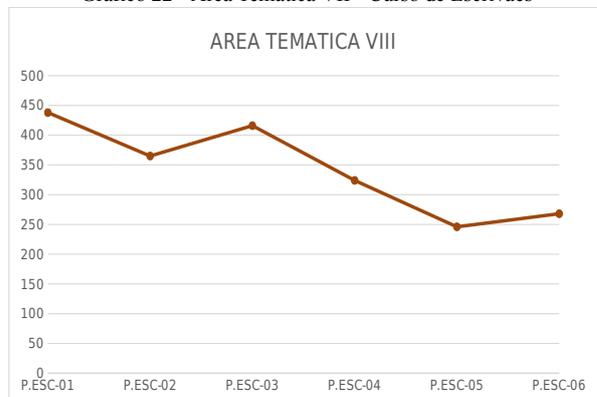


Gráfico 24 - Área Temática IX - Curso de Escrivães

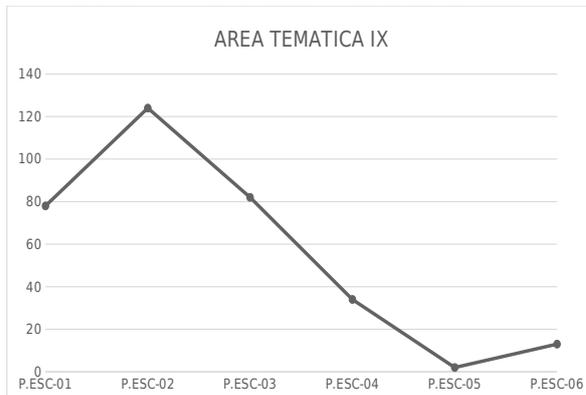
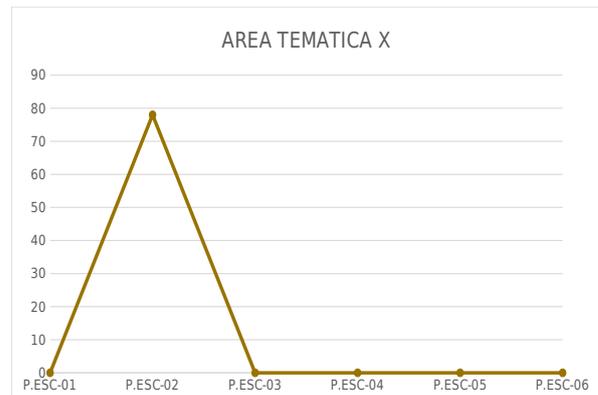
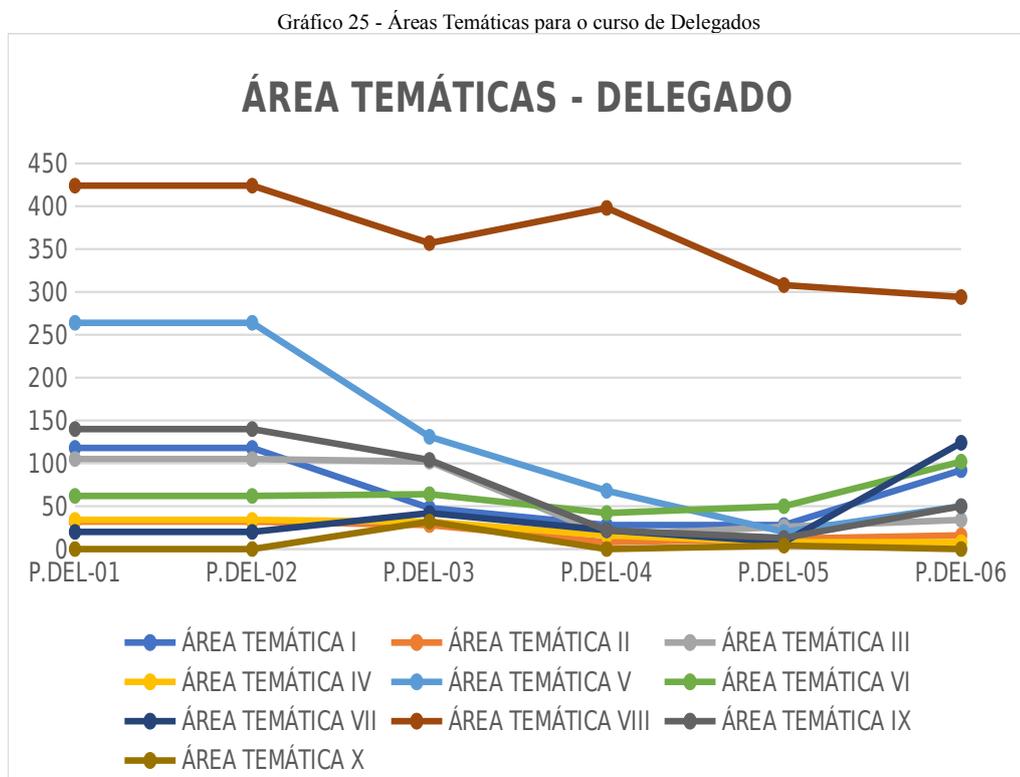


Gráfico 23 - Área Temática X - Curso de Escrivães



5.6.3. ÁREAS TEMÁTICAS – DELEGADOS

Olhando o gráfico 25 das áreas temáticas para os cursos de delegado, vemos que além da área temática 8, que começa com 424 (quatrocentas e vinte e quatro) horas chegando até 294 (duzentas e noventa e quatro), à área temática 5, inicialmente também chama a atenção no gráfico, começando com 264 (duzentas e sessenta e quatro) horas, tendo sua menor carga horária, de 20 horas. A área temática 3, conhecimentos jurídicos, também começa com uma carga de mais de cem horas nos três primeiros projetos, porém reduzida nos demais.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da ESPC

Desmontando o gráfico acima em pequenos gráficos, podemos obter a seguinte configuração.

Gráfico 27 – Área Temática I – Curso de Delegado

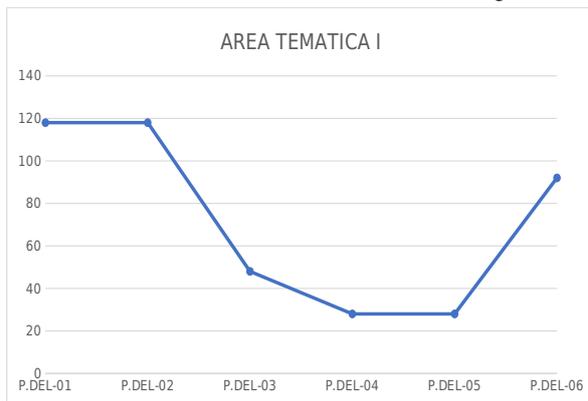


Gráfico 26 - Área Temática II – Curso de Delegado

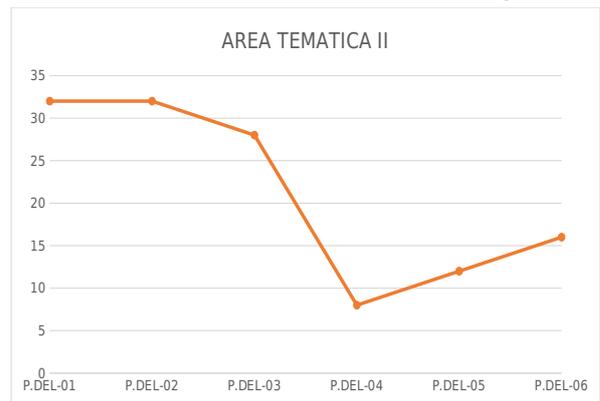
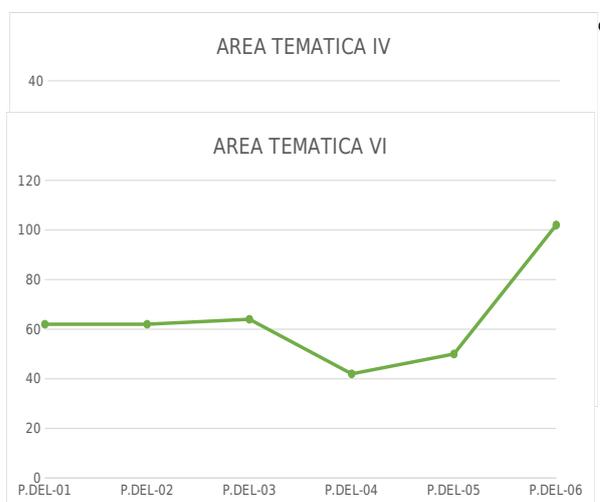
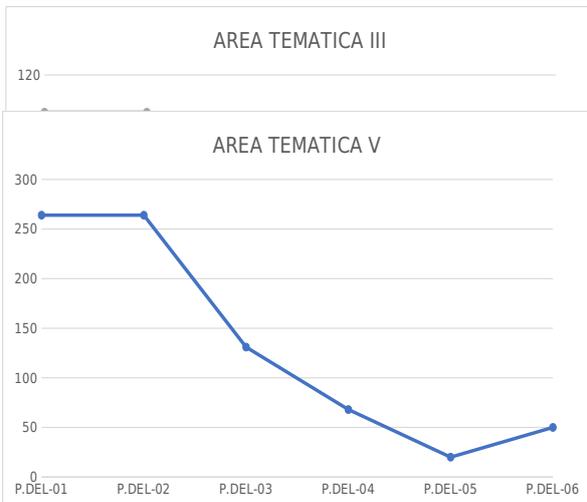


Gráfico 28 - Área Temática III – Curso de Delegado



e Delegado

Gráfico 32 - Área Temática VII – Curso de Delegado

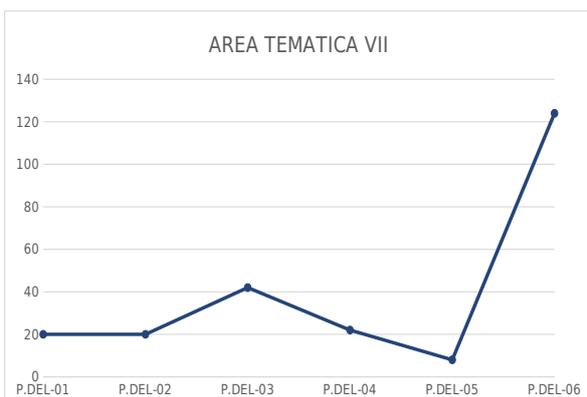


Gráfico 33 - Área Temática VIII – Curso de Delegado

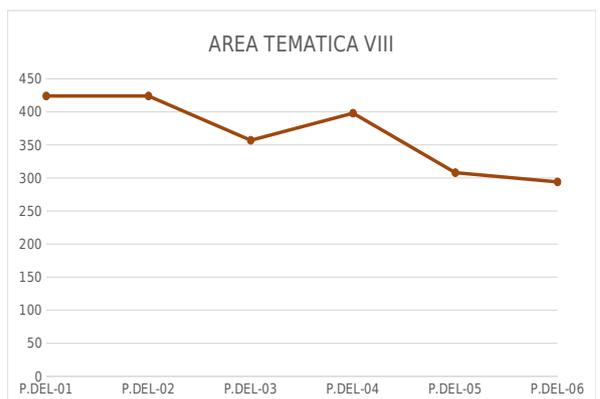


Gráfico 35 – Área Temática IX– Curso de Delegado

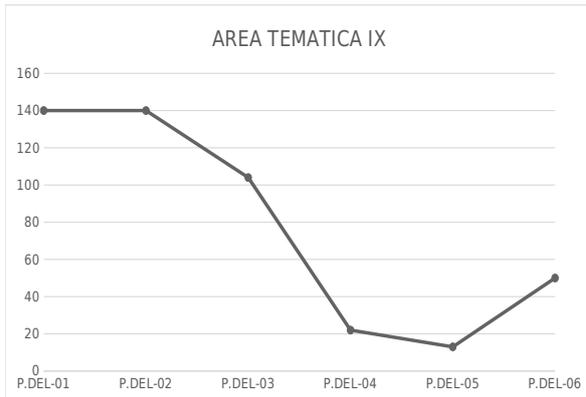
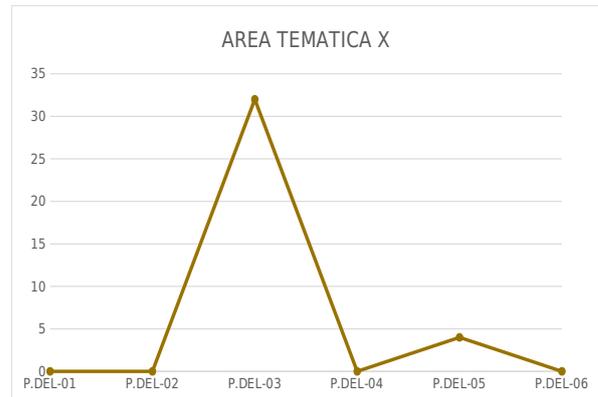


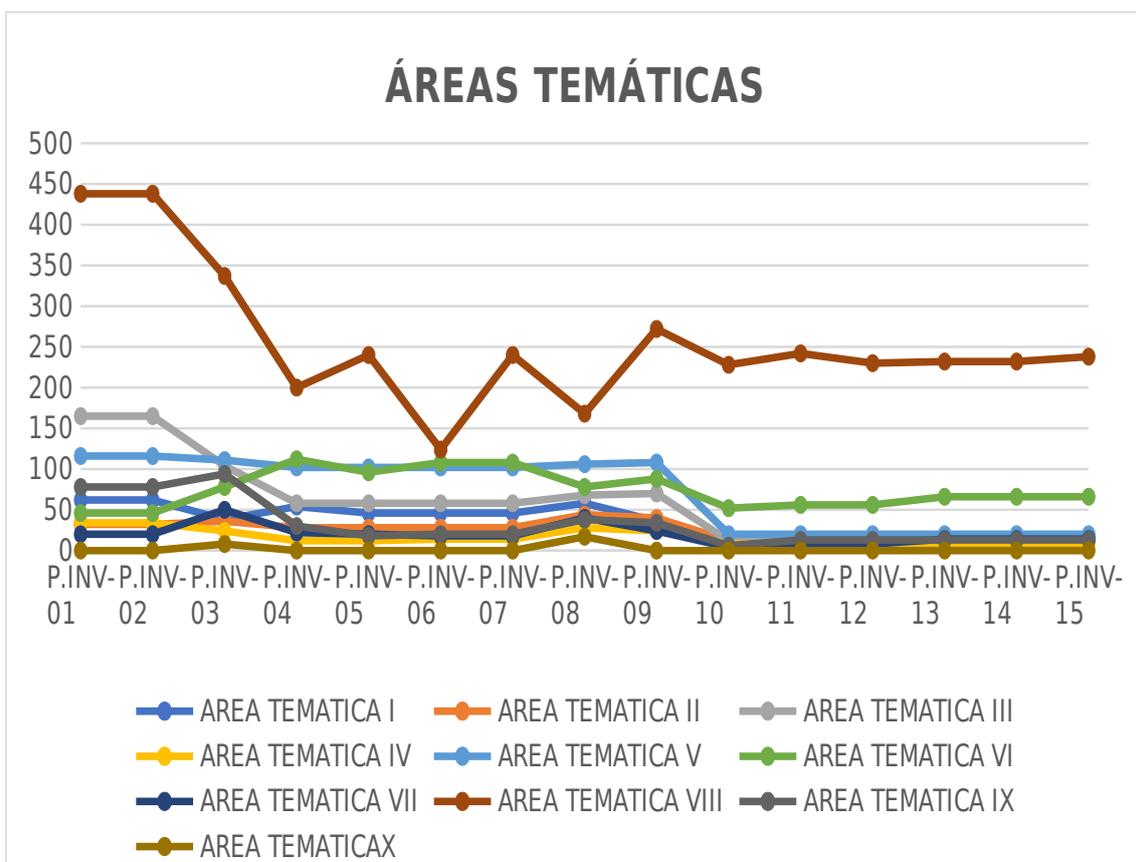
Gráfico 34 - Área Temática X– Curso de Delegado



5.6.4. ÁREAS TEMÁTICAS – INVESTIGADORES

Analisando do gráfico 16 abaixo, podemos notar que a maior carga horária é da **ÁREA TEMÁTICA VIII**, que na MCN é de 282 (duzentas e oitenta e duas) horas, porém o que começou com quase o dobro do indicado na MCN, 483 (quatrocentos e oitenta e três) horas, teve uma redução significativa nos projetos P.INV-02 a P.INV-04. Apenas no projeto P.INV-10 em diante, é que a carga horária se manteve com pequenas alterações.

As áreas temáticas seguintes, seguem a mesma linha de pensamento dos elaboradores, uma redução da carga horária, transformando o Curso de Formação em um treinamento, e não em um curso de formação.



Desmontando o gráfico acima em pequenos gráficos, podemos obter a seguinte configuração:

Gráfico 37 – Área Temática I – Curso de Investigador

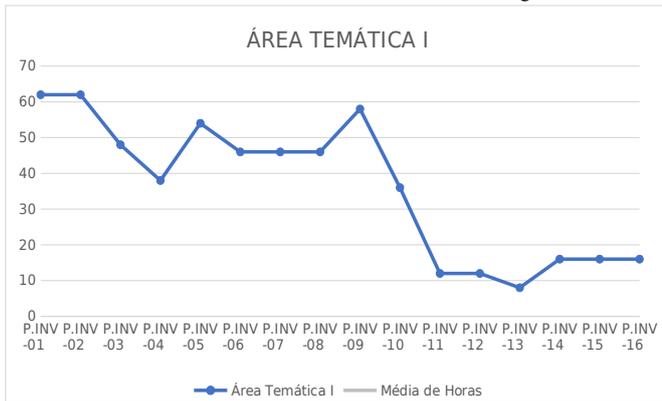


Gráfico 38 - Área Temática II - Curso de Investigador

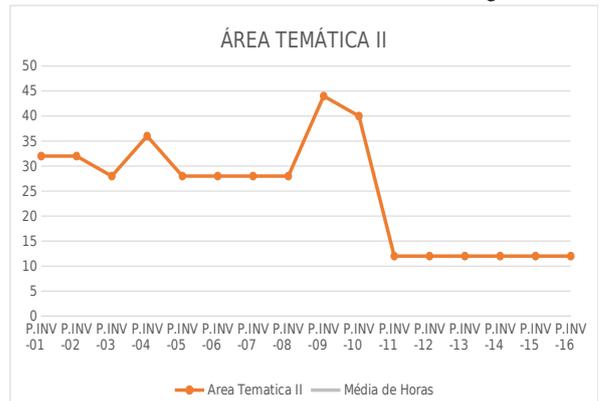


Gráfico 39 - Área Temática III- Curso de Investigador

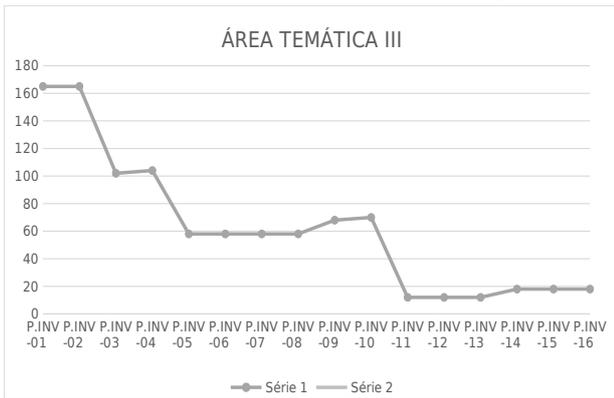


Gráfico 40 - Área Temática IV- Curso de Investigador

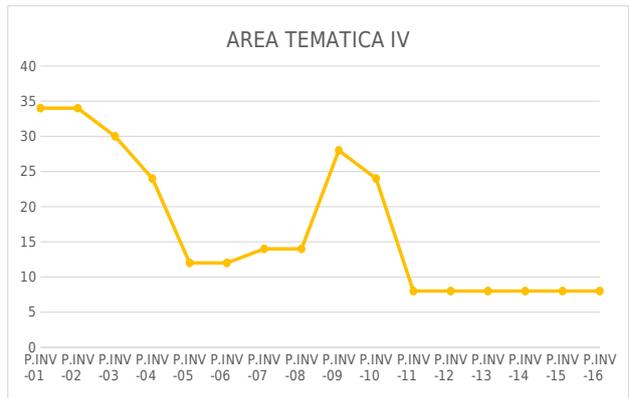


Gráfico 42 - Área Temática V - Curso de Investigador

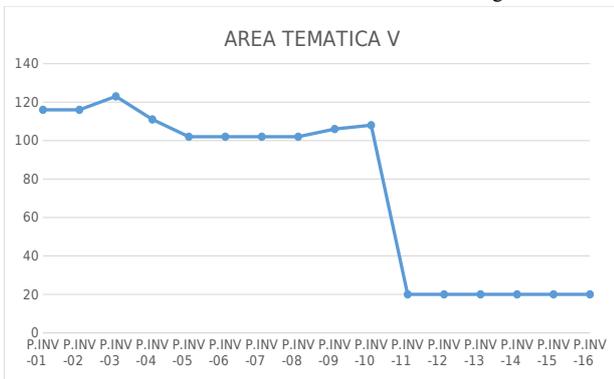


Gráfico 41 - Área Temática VI - Curso de Investigador

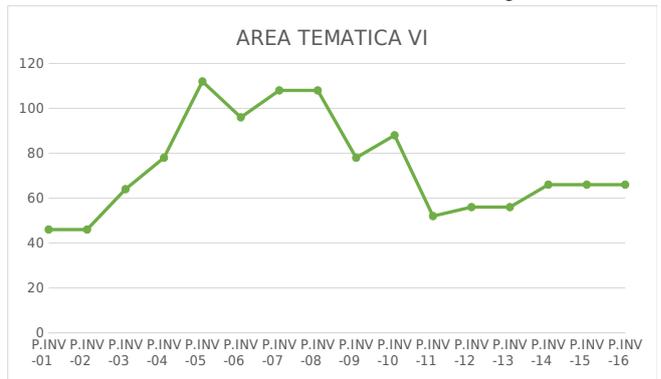


Gráfico 44 - Área Temática VII- Curso de Investigador

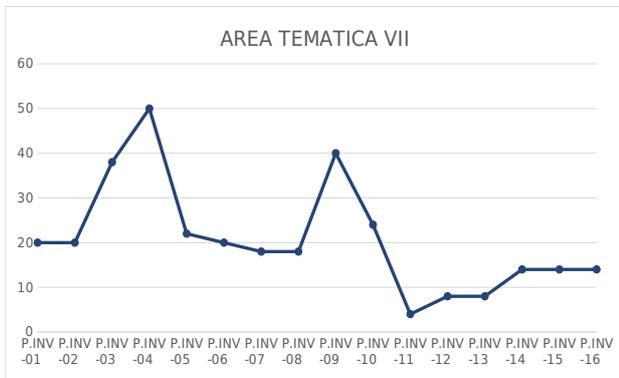


Gráfico 43 - Área Temática VIII- Curso de Investigador

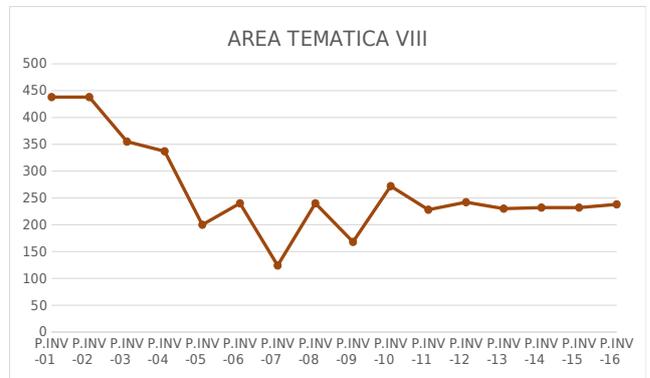


Gráfico 45 - Área Temática IX - Curso de Investigador

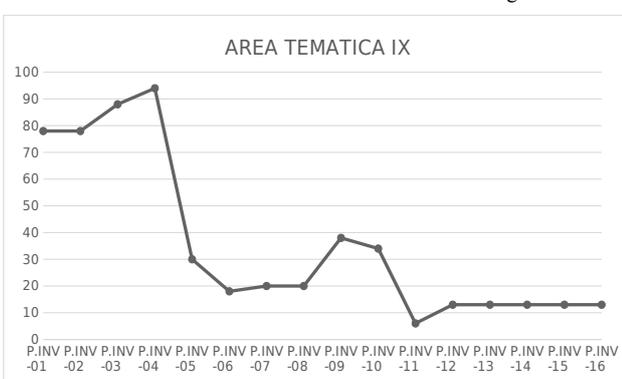
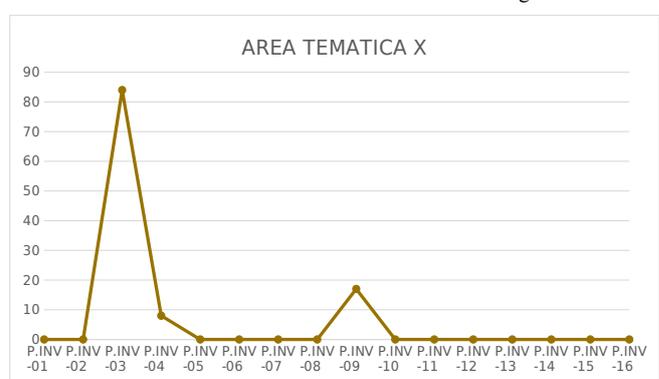
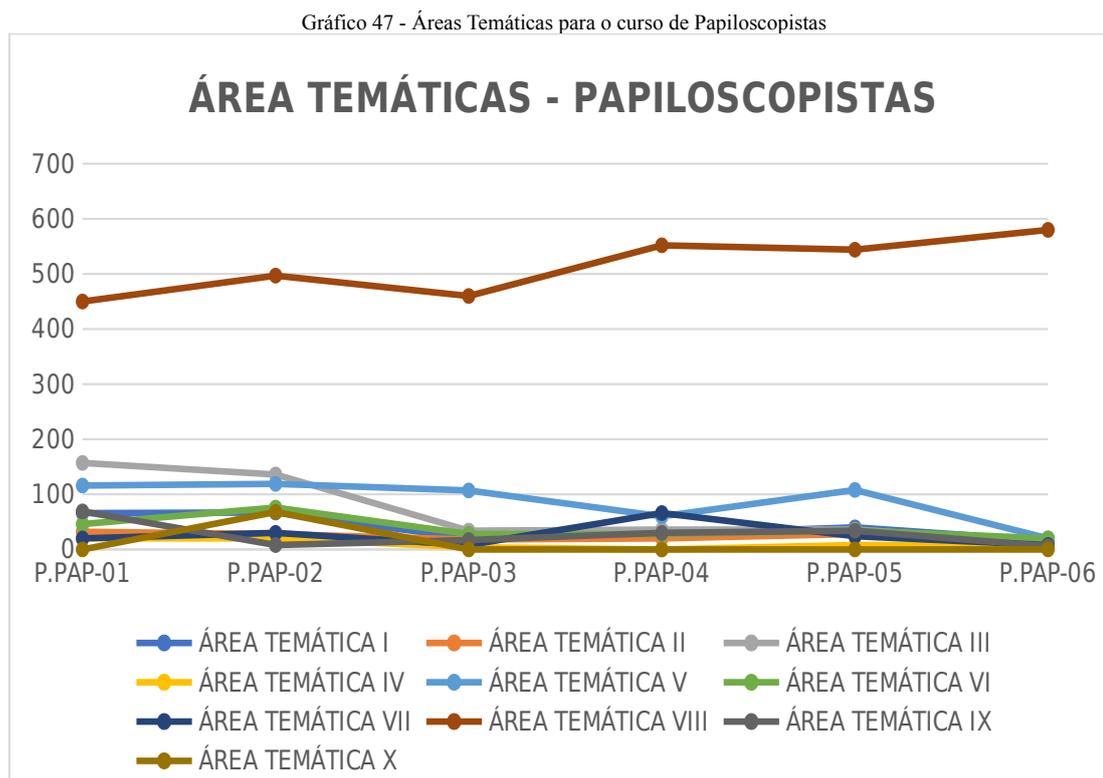


Gráfico 46 - Área Temática X - Curso de Investigador



5.6.5. ÁREAS TEMÁTICAS – PAPILOSCOPISTAS

Os projetos para o curso de formação de papiloscopistas, seguem na contramão dos demais cursos, pois enquanto a área temática 8 costuma ter uma redução na carga horária, os projetos de curso de formação para papiloscopistas, tiveram um aumento de 130 (cento e trinta) horas.



A configuração de cada gráfico, decompondo o gráfico 47, obtemos a seguinte configuração:

Gráfico 48 - Área Temática I - Curso de Papiloscopista

Gráfico 49 - Área Temática II - Curso de Papioscopista

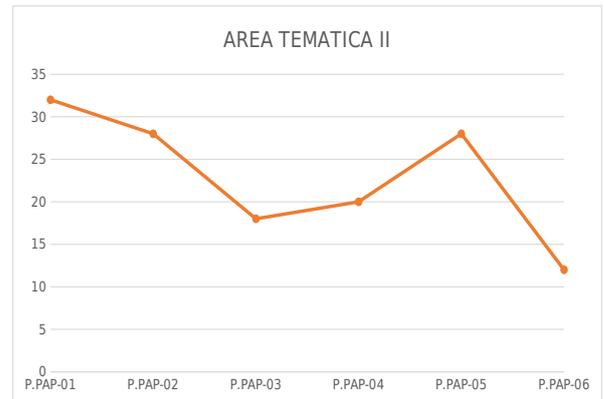
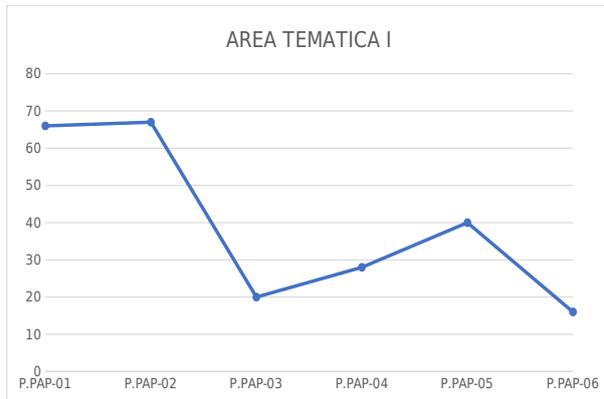


Gráfico 50 - Área Temática III - Curso de Papiloscopista

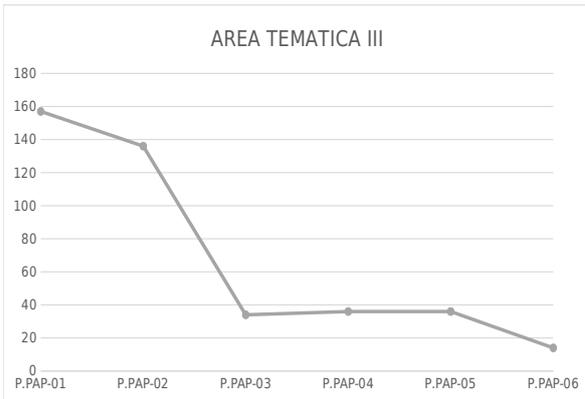


Gráfico 51 - Área Temática IV - Curso de Papiloscopista

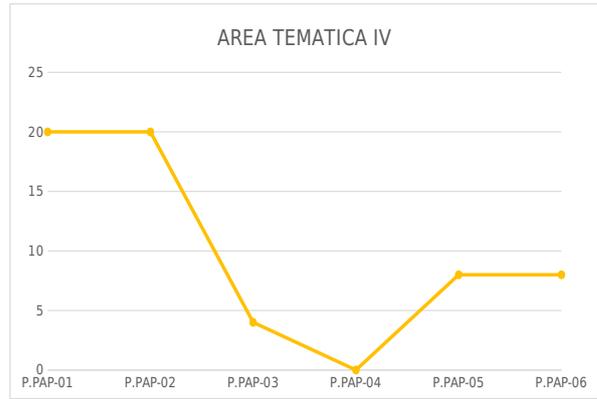


Gráfico 53 - Área Temática V - Curso de Papiloscopista

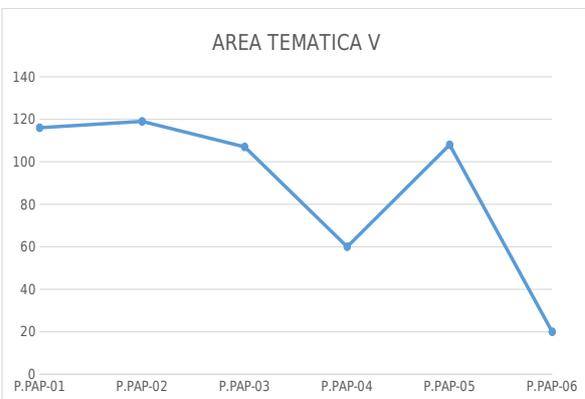


Gráfico 52 - Área Temática VI - Curso de Papiloscopista

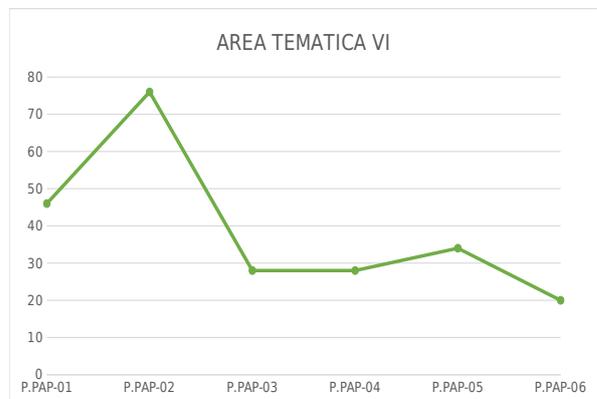


Gráfico 54 - Área Temática VII - Curso de Papiloscopista

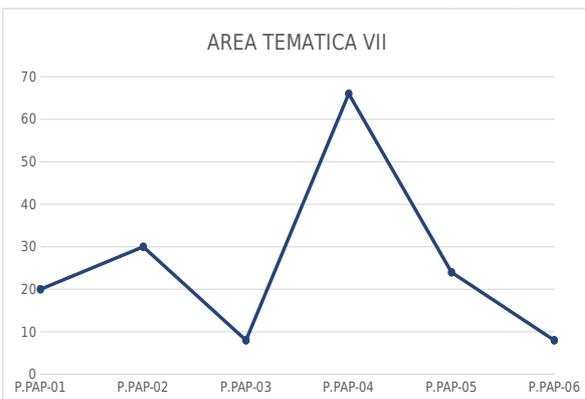


Gráfico 55 - Área Temática VIII - Curso de Papiloscopista

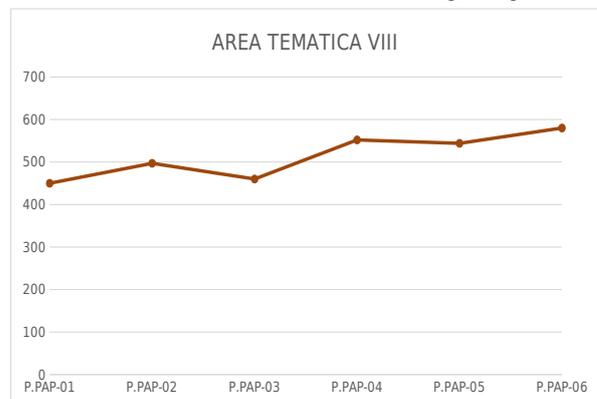


Gráfico 56 - Área Temática IX - Curso de Papiloscopista

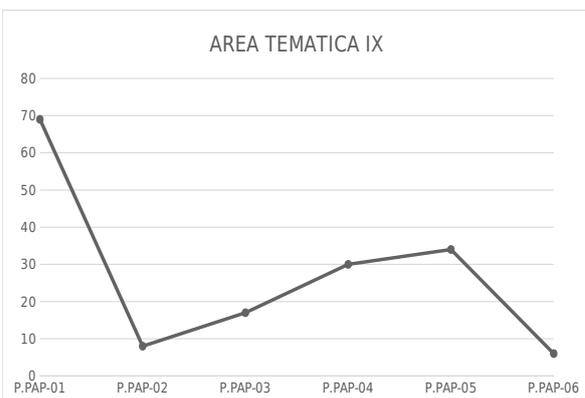
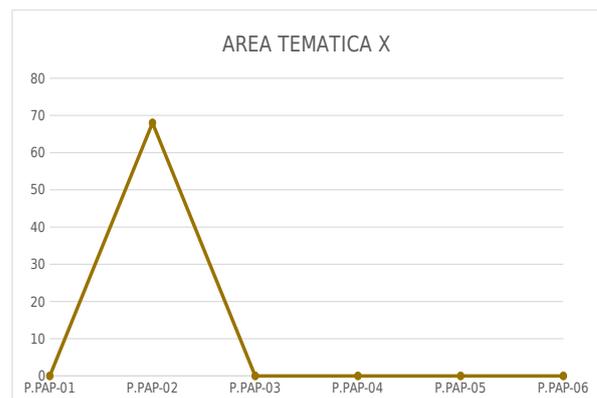


Gráfico 57 - Área Temática X - Curso de Papiloscopista



5.7. ANÁLISE DE ÁREAS TEMÁTICAS ESPECÍFICAS

Na Tabela abaixo, três áreas temáticas foram escolhidas, comum a todos os cargos, para exemplificar a variante da carga horária dos Cursos de Formação ministrados pela ESPC. Da área temática VIII, foram escolhidas as disciplinas *Uso de Arma de Fogo* e *Operação Policial*; da área temática III, a disciplina de *Legislação*, e por último, as disciplinas *Atividade Física* e *Defesa Pessoal*, da área temática V.

Quando analisamos as disciplinas da carga horária da Área Temática VIII, área temática que possui a maior carga horária em todos os projetos, notamos que existe uma grande variação na carga horária, sendo a maior carga horária para o *Uso de Arma de Fogo* de 100 (cem) horas e a menor de 40 (quarenta) horas, ou para a disciplina *Operação Policial*, com maior carga horária 128 (cento e vinte e oito) horas e a menor 20 (vinte) horas.

Essas disciplinas em questão deveriam ter um certo peso na vida policial, haja vista, saber lidar com uma arma de fogo, objeto que todo policial carrega consigo, é de fundamental importância, sem mencionar que de nada adianta saber lidar com a arma, se o policial não sabe com o agir em uma ocorrência, o que aumenta a letalidade policial, pois segundo Goldstein (1976 apud PINC, 2009, p.42), o processo de atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos referentes às práticas policiais, é percebido pelos departamentos de polícia como um luxo.

Essa falta de treinamento além da periculosidade oferecida pela profissão, faz com que o treinamento de tiro e operação para o policial ser de grande relevância, visto que a necessidade de portar a arma de fogo é eminente e instintiva na busca de proteger a sociedade a cada instante, estando ou não à serviço, pois diferentemente da Polícia Militar, o Policial Civil, está sempre à paisana, porém continua sendo um agente de segurança pública, onde a qualquer hora o policial pode ter que atirar em alguém, até mesmo para proteger a própria vida ou a de terceiros (FERREIRA, ARAUJO, 2018, p.79).

Tabela 8 - Áreas Temáticas

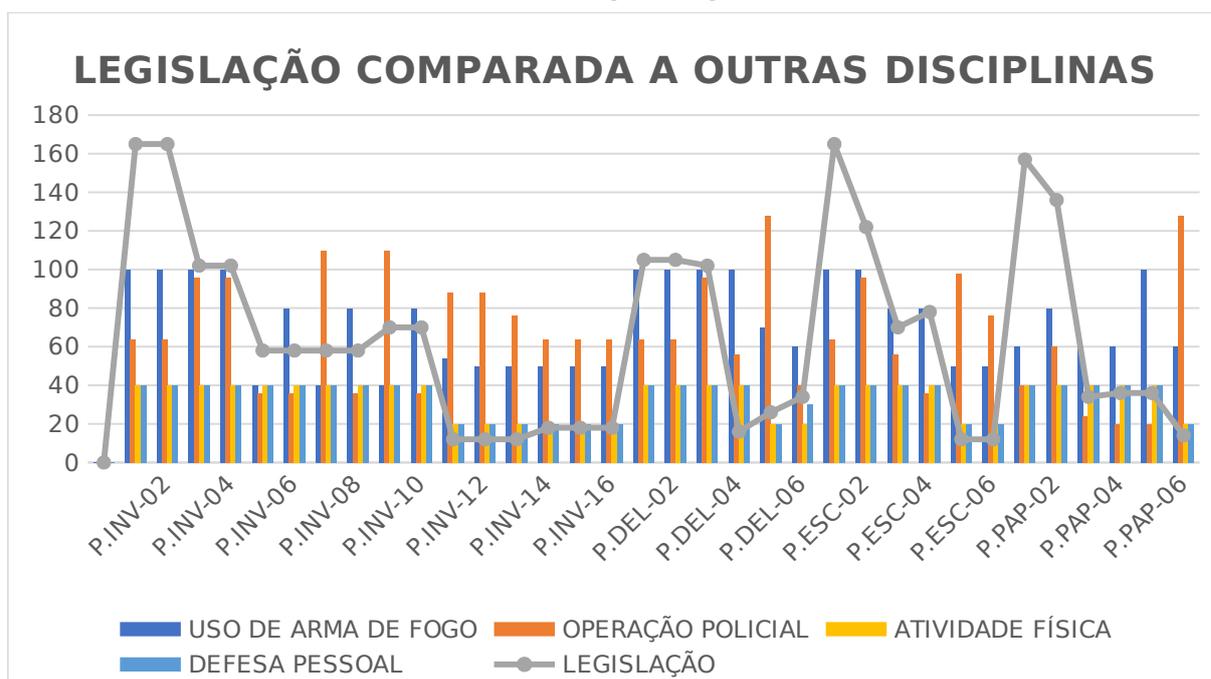
PROJETOS	USO DE ARMA DE FOGO	OPERAÇÃO POLICIAL	LEGISLAÇÃO	ATIVIDADE FÍSICA	DEFESA PESSOAL
	ÁREA TEMÁTICA 8	ÁREA TEMÁTICA 8	ÁREA TEMÁTICA 3	ÁREA TEMÁTICA 5	ÁREA TEMÁTICA 5
ESCRIVÃES					
P.ESC-01	100	64	165	40	40
P.ESC-02	100	96	122	40	40
P.ESC-03	80	56	70	40	40
P.ESC-04	80	36	78	40	40
P.ESC-05	50	98	12	20	20
P.ESC-06	50	76	12	20	20
DELEGADOS					
P.DEL-01	100	64	105	40	40
P.DEL-02	100	64	105	40	40
P.DEL-03	100	96	102	40	40
P.DEL-04	100	56	16	40	40
P.DEL-05	70	128	26	20	20
P.DEL-06	60	40	34	20	30
INVESTIGADORES					
P.INV-01	100	64	165	40	40
P.INV-02	100	64	165	40	40
P.INV-03	100	96	102	40	40
P.INV-04	100	96	102	40	40
P.INV-05	40	36	58	40	40
P.INV-06	80	36	58	40	40
P.INV-07	40	110	58	40	40
P.INV-08	80	36	58	40	40
P.INV-09	40	110	70	40	40
P.INV-10	80	36	70	40	40
P.INV-11	54	88	12	20	20
P.INV-12	50	88	12	20	20
P.INV-13	50	76	12	20	20
P.INV-14	50	64	18	20	20
P.INV-15	50	64	18	20	20
P.INV-16	50	64	18	20	20
PAPILOSCOPISTAS					
P.PAP-01	60	40	157	40	40
P.PAP-02	80	60	136	40	40
P.PAP-03	60	24	34	40	40
P.PAP-04	60	20	36	40	40
P.PAP-05	100	20	36	40	40
P.PAP-06	60	128	14	20	20

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da ESPC

As disciplinas *Atividade Física* e *Defesa Pessoal*, sofreram pouca variação, comparadas as duas disciplinas da área temática VIII, porém como as duas primeiras, estas também são de grande importância no trabalho do policial civil, pois no Brasil, o uso da força policial ocorre com o emprego de técnicas de Defesa Pessoal e recursos materiais, tais como algemas, armas de fogo, gás de pimenta, bastões e equipamentos de proteção individual, quando disponíveis (SANDES, 2007, p.29).

Para Bernardo et al (2016, p.2010), a Atividade Física regular pode contribuir não apenas na saúde do policial, como também no seu desempenho ocupacional, promovendo benefícios em relação à qualidade de vida, morbimortalidade de doenças crônicas não transmissíveis, a socialização, a redução de estresse e doenças mentais, proporcionando uma melhora na saúde tanto em policiais que desempenham funções administrativas, quanto naqueles que necessitam de uma boa aptidão física para um bom desempenho nas funções operacionais.

Gráfico 58 - Disciplinas Comparadas



No Gráfico 58, quando comparamos a disciplina de Legislação com as demais disciplinas, vemos que em muitos dos projetos, ela se torna mais importante do que as demais, ficando claro, que a ESCP ainda segue o modelo exclusivamente legalista, mostrando que o policial civil é um mero executor da lei, pois quando a polícia assume uma posição exclusiva-

mente legalista-penal em suas respostas, ela estará realizando funções de controle e repressão (MARTIN, TORRENTE, 2016, p.121).

E para Poncioni (2005, p.597), tal como está organizada, essa formação negligencia a interação interpares e com o público como uma preocupação principal da prestação de serviço junto às diversas questões que emergem no cotidiano das Delegacias de Polícia.

5.8. MULHERES NO CURSO DE FORMAÇÃO

Na PCPR a quantidade de mulheres depende do cargo, e cargos como escrivão e papiloscopista, são os que mais possuem mulheres. Já por outro lado, os cargos de investigadores e delegados, possuem poucas mulheres. Não existe uma relação que explique o motivo que esses dois cargos, escrivães e papiloscopistas, possuam mais mulheres do que homens.

Considerando que ambos os cargos são administrativos, e o cargo de investigador não, a resposta poderia estar ligada justamente a esse fato, porém o cargo de delegado, também é administrativo, e na tabela, a quantidade de mulheres no cargo de delegado não ultrapassa 50 mulheres que representa um total de 21% do total de alunos delegados, contrariando assim a tese de mais mulher apenas pelo fato que o cargo é administrativo.

Quadro 6 - Quantidade de Mulheres Formadas pela ESPC

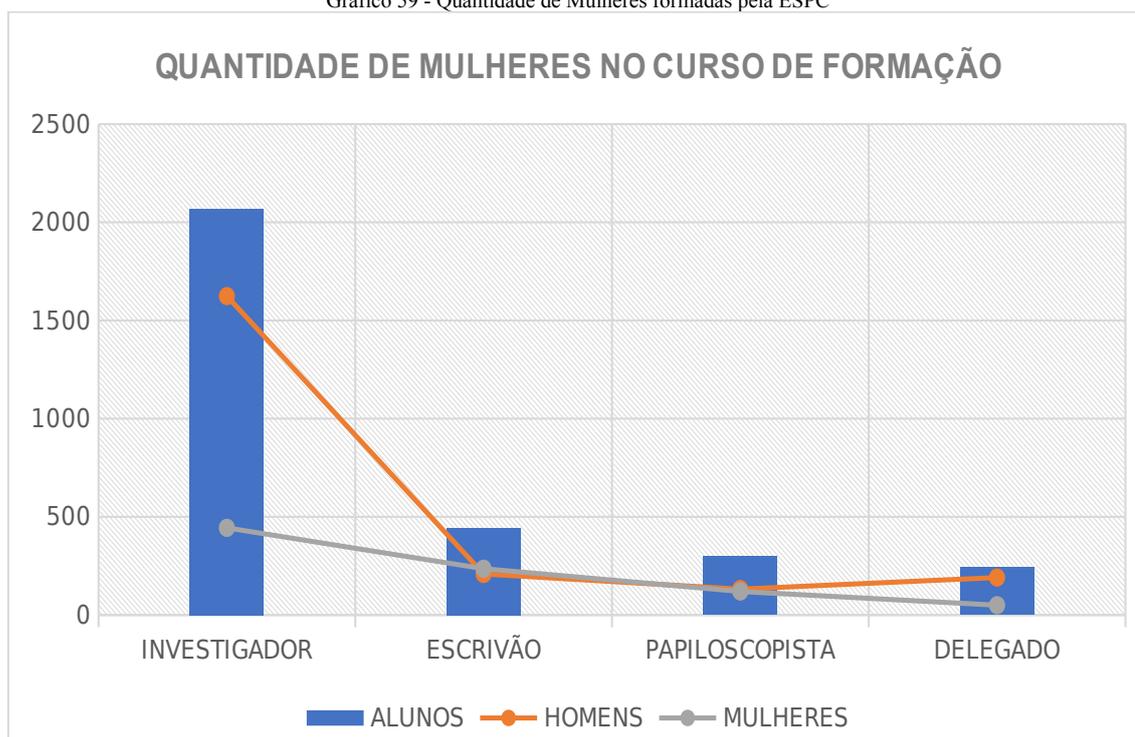
Nº	PROJETO	CARGA HORÁRIA	TOTAL TURMA	TOTAL ALUNOS	TOTAL HOMENS	TOTAL MULHERES
ESCRIVÃO						
1	682.F.1.1.02/2008	900	3	93	48	45
2	758.F.1.7.62/2010	900	3	84	42	42
3	815.F.1.7.119/2013	811	1	19	9	10
4	815.F.1.7.119-2013 - 2	788	1	29	15	14
5	876/2015	436	4	118	52	66
6	876-2/2015	436	4	102	43	59
DELEGADO						
7	681.F.1.1.01/2008	900	2	61	53	8
8	702.F.1.1.06/2009	900	1	18	13	3
9	746.F.1.1.50/2010	900	1	16	13	3
10	858.F.1.1.162/2013	282	2	62	46	16
11	876/2015	322	2	66	50	16
12	010/2018	800	1	20	16	4
INVESTIGADOR						
13	683.F.1.1.03/2008	900	3	109	94	15
14	703.F.1.6.07/2009	991	5	162	129	33

15	726.F.1.6.30/2009	900	5	171	132	39
16	757.F.1.6.61/2010	1002	4	142	124	18
17	792.F.1.6.96/2012	702	7	212	177	35
18	792.F.1.6.96/2012-PB	660	2	62	56	6
19	792.F.1.6.96/2012-A	668	3	91	72	19
20	792.F.1.6.96/2012-B	674	3	83	59	24
21	813.F.1.6.117/2013	795	5	138	107	31
22	813.F.1.6.117/2013 - 2	736	5	167	136	31
23	876/2015	330	5	151	116	35
24	876-2/2016	330	2	85	60	25
25	876-3/2016	330	4	133	99	34
26	876-4/2017	702	4	136	103	33
27	876-5/2017	399	4	134	97	37
28	876-6/2017	399	3	92	63	29
PAPILOSCOPISTA						
29	684.F.1.1.04/2008	900	1	31	15	16
30	704.F.1.8.08/2009	900	3	101	54	47
31	770.F.1.8.74/2011	696	1	26	16	10
32	817.F.1.8.121/2013	820	1	21	10	11
33	817.F.1.8.121/2013 - 2	856	1	23	14	9
34	876/2015	568	2	96	51	45

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da ESPC

Segundo Pateman (1993, apud Locatelli, et al, 2011, p.12) a mulher, apesar de fortemente inserida no mundo do trabalho, não deixou de ser alvo dos preconceitos masculinos, porém para Betiol (2000, p.4, apud Locatelli, et al, 2011, p.5), a mulher uma vez ocupante de um cargo ou atividade fora do ambiente doméstico, tende a assumir padrões de conduta masculina como a autonomia, a agressividade, a primazia da racionalidade instrumental, o princípio da hierarquia e do controle.

Gráfico 59 - Quantidade de Mulheres formadas pela ESPC



5.9. EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Segundo o Dicionário Michaelis (2022), ementa é um resumo dos pontos principais, e de acordo com a MCN (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.78-79), as ementas para os cursos de formação, devem ser compostas pelo nome da disciplina, mapa de competências da disciplina, carga horária recomendada, descrição da disciplina, conteúdo programático, estratégias de ensino-aprendizagem, avaliação da aprendizagem e referências bibliográficas.

Segundo os projetos analisados, cabe a ESPC solicitar ao docente, que fornece essas ementas, conforme consta no bojo dos projetos:

“Caberá à Subdivisão de Ensino solicitar ao docente a entrega de plano de aula com base na indicação das ementas, fornecidas pela E.S.P.C.

O acompanhamento do plano de aula será realizado pela Subdivisão de Ensino por meio do registro diário de conteúdos ministrados pelo responsável da disciplina.

Os docentes elaborarão um texto básico com indicação de bibliografia complementar; a ser entregue em tempo hábil, para ser multiplicado pela Subdivisão de Ensino e fornecido aos alunos.” (ESPC, 2022)

Porém não foram encontradas ementas suficientes para se fazer uma análise propriamente dita, o que infelizmente reflete a realidade da ESPC, que até pouco tempo, apenas delegados de polícia davam aulas, e como já dito anteriormente, eles estavam ali para se promoverem, e não ministrarem aulas. Só recentemente que esse quadro mudou, nem tanto, porém até o último projeto analisado, o problema ainda se mostra o mesmo.

5.10. PÓS-GRADUAÇÃO COMO CURSO DE FORMAÇÃO

De acordo com o projeto 010/2018, um estudo foi realizado em 2018 para avaliar a estrutura curricular das carreiras policiais da Polícia Judiciária na esfera da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná. Ainda segundo o projeto, o curso de delegado foi analisado pormenorizadamente desde 1991 até 2016, onde segundo a ESPC, as evidências apontaram uma excessiva carga horária em atividades operacionais e uma grande fragilidade nas disciplinas de gestão e planejamento (PROJETO 010/2018 – ESCP, 2018).

Ainda segundo a ESPC, essa é a primeira vez na Polícia Judiciária Brasileira, que ocorre um curso de Pós-Graduação, Lato Sensu em Gestão em Segurança Pública orientado para formação de delegados da Polícia Civil, totalizando 770 horas aula (PROJETO 010/2018, ESPC, 2018).

O projeto 026/2019 segue as mesmas diretrizes do projeto 010/2018, onde segundo a ESPC, foi realizado um estudo comparado entre as escolas e as academias de policias do CODESUL. A carga horária para o curso de pós-graduação em “gestão em segurança pública” é de 850 horas aulas, e deverá ser realizado em 3 meses com duração de 12 horas aulas dia (PROJETO 026/2019 – ESCP, 2020).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os projetos dos Cursos de formação dos policiais civis de todas as carreiras, escrivães, delegados, investigadores e papiloscopistas, formados pela Escola Superior de Polícia Civil do Paraná. Dentro do conjunto de delimitações encontrados e das fontes existentes para a pesquisa, os resultados foram parcialmente alcançados.

Foram analisados 34 projetos ministrados pela Escola Superior de Polícia Civil do Paraná, onde frequentaram as aulas, 3.064 alunos das diferentes classes policiais, escrivães, delegados, investigadores e papiloscopistas, sendo que esses alunos foram submetidos a uma carga horária de formação instável no decorrer destes últimos anos, de acordo com o apresentado neste trabalho. Quase a totalidade dos servidores aprovados no concurso de 2010, foram direto para as unidades policiais espalhadas por todo o estado do Paraná, sem o devido treinamento adequado.

O ingresso na carreira policial, sem o treinamento apropriado, pode trazer prejuízos para esses policiais, pois de acordo com o artigo 22 da Lei Complementar 14 de 26 de maio de 1982 (PARANÁ, 1982), que trata do Estatuto da Polícia Civil do Paraná, que completada a investidura no cargo, os empossados serão matriculados, compulsória e obrigatoriamente, no Curso de Formação Técnico Profissional específico, a ser ministrado pela Escola da Polícia Civil (PARANÁ, 1982). Mutas vezes esse problema na formação, faz com que os policiais sejam enviados para as delegacias para atuarem apenas administrativamente, pois ainda não possuem arma ou funcional, porém devido à falta de servidores, estes acabam participando de operações, conforme mostra uma reportagem da Gazeta do Povo com o título de “Sem formação e sem arma, policiais “Pokémons” quebram galho no Paraná” (GAZETA DO POVO, 2017).

A análise demonstrou que há uma necessidade de atualização dos currículos ministrados pela Escola Superior de Polícia Civil se comparados com o currículo apresentando pela Matriz Curricular Nacional, que traz eixos norteadores para a formação dos profissionais da área de segurança pública. Ainda diante do analisado, percebeu-se alguns problemas na construção desses Cursos de Formação para as carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná, não ficando evidenciado se esse problema na construção se deve a própria ESPC, que falhou na construção dos projetos, ou ao Estado, que diante do marketing da contratação de novos servidores, se viu na necessidade de encurtar os projetos de curso de formação, e colocar esses novos servidores na ativa o mais rápido possível.

O problema é quando nos deparamos com matérias, como a do Caderno de Segurança Pública da Folha (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018) dizendo que “Policiais civis esbarram na baixa capacidade técnica, que impede esclarecimento de assassinatos...” ou do Estadão (2021), trazendo um estudo do Instituto Sou da Paz, onde no Brasil, a maioria dos homicídios ficam sem solução, e matérias como essas, mostram como os problemas na formação policial são um fator a considerar, quando pensamos em políticas públicas. Podemos ir além, e colocar

que o sucateamento da Polícia Civil juntamente com o despreparo dos policiais, é um dos fatores para essa baixa resolução de crimes.

Ainda não existe um debate sobre a “profissão” policial civil, nem, tampouco, sobre modelos profissionais que possam nortear uma nova concepção do “fazer policial” para o desempenho mais eficaz, mais responsável e mais efetivo na condução da ordem e segurança públicas no contexto da sociedade brasileira contemporânea (PONCIONI, 2007, p.602).

O estudo ainda demonstra a real importância da formação do profissional da área de segurança pública, mas especificamente, o policial judiciário, e essa formação, é primordial para a sociedade, pois esses servidores precisam estar preparados para enfrentar o crescente aumento da criminalidade e, atuando concomitante como uma polícia comunitária, dentro dos preceitos constitucionais.

A inclusão de políticas públicas na formação policial é escassa, tanto no Paraná, quanto no Brasil, e apesar dos esforços, com a criação da Matriz Curricular Nacional, que até o momento, não foi consolidada em uma agenda de reformas para a área de segurança pública e, em particular, um projeto educacional capaz de propiciar, não somente resultados palpáveis em face das demandas para uma política de policiamento, mas também colocar em obra valores, que satisfizessem interesses de longo e duradouro espectro institucional e societário, vinculados a uma política de segurança pública (PONCIONI, 2012, p.329).

Para Beato Filho (1999, p.24), uma das razões do fracasso e da inexistência de políticas nessa área, reside num plano puramente cognitivo. A proposição de políticas públicas de segurança, no Brasil, consiste num movimento pendular, oscilando entre a reforma social e a dissuasão individual. Uma das formas de se revolver esse problema, foi a criação da Matriz Curricular Nacional, que deveria alçar a formação policial a uma agenda governamental, para ser implementada como uma política pública, porém pouco se viu desde 2003.

Quantos aos principais resultados demonstrados, destacam-se a discrepância encontrada em todos os projetos, quando analisamos a carga horária, pois na quase totalidade, vemos os cursos de formação, terem sua carga horária encurtada, o que vai contra as orientações da Matriz Curricular Nacional, quando das atividades voltadas para o desenvolvimento desses policiais. A problemática pode ser vista quando analisamos os gráficos de horas projetadas versus horas realizadas, onde são raros, os casos que a hora projetada é igual a hora realizada.

Diante do exposto neste estudo, percebe-se a necessidade de um processo de construção e ou remodelação de um novo currículo para o Curso de Formação Policial ministrado pela Escola Superior de Polícia Civil do Paraná, levando-se em consideração, tanto

as matérias do núcleo comum, quanto as matérias do núcleo específico da Matriz Curricular Nacional, haja vista os altos índices de criminalidade, e até pela própria necessidade que estamos vivenciando, onde a polícia está cada vez mais desacreditada.

Diante dessa premissa, é que foi elaborado um projeto com 3.726 (três mil setecentos e vinte e seis) horas aula para o curso de formação dos policiais civis do estado Paraná, trazendo essa formação para um novo modelo, focada no ensinamento cruzado das disciplinas, de modo a dar ao policial uma maior ferramenta de trabalho, pois a ideia do projeto é que ele transite em todas as áreas de conhecimento, de modo a poder oferecer para a sociedade, um policial profissional, que possa atuar tanto na elucidação de crimes, quanto na atuação da polícia comunitária.

7. APRESENTAÇÃO DO PROJETO



CURSO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIÊNCIAS POLICIAIS

7.1. APRESENTAÇÃO

O planejamento e a elaboração deste documento, é proveniente de uma dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, realizado na Universidade Estadual de Maringá. Este documento apresenta uma proposta de alteração para o Curso de Formação da Polícia Judiciária do Estado do Paraná, e, conseqüentemente, em sua matriz curricular. O documento constitui-se de uma proposta pedagógica para os Cursos de Formação, de escrivães, de delegados, de investigadores e papiloscopistas, ofertados pela ESPC e tem como alicerce, os princípios e normas emanadas da MNC, que definiu diretrizes curriculares nacionais para a formação profissional policial, inicial e continuada.

Este projeto utilizou as bases de todos os projetos já criados pela Escola Superior de Polícia Civil do Paraná, assim como suas ementas, disciplinas entre outros dados. Este projeto apresenta características acerca da concepção e da estrutura do Curso de Formação, visando formar e ou qualificar o policial civil do Estado do Paraná, possibilitando tanto sua atualização, quanto seu aperfeiçoamento profissional, seja em atividades investigativas, administrativas, ou em atividades de operação policial, que segundo a Instrução Normativa Seseg N° 01:

Compreende-se como operações policiais o conjunto de ações policiais que necessitem de mobilização extraordinária de recursos humanos e materiais, executadas de forma planejada, dirigida, organizada, coordenada, monitorada e controlada, em ocasiões programadas ou em resposta a situações imprevistas ou emergenciais, obedecendo a táticas e técnicas pertinentes. (MPRJ, 2022)

Trata-se de uma proposta inovadora e desafiadora, envolvendo instituições parceiras e órgãos do estado, onde um dos objetivos é expandir os conhecimentos, a qualificação e ou aperfeiçoamento dos profissionais policiais graduados pela ESPC, de modo a formar profissionais especializados capazes de executar essa atividade necessária de maneira mais eficaz, respondendo, à altura, ao anseio social por maior segurança pública.

A intenção ainda é que este documento possa trazer uma contribuição para o desenvolvimento e formação dos operadores de polícia judiciária do Estado do Paraná, pois se trata de estabelecer um padrão de ensino para os cursos de formação, que, ao longo da história da ESPC, vem sendo relegado a segundo plano, cujas políticas se caracterizam por serem

emergenciais e cada vez mais, com uma duração reduzida, deixando o policial civil cada vez menos preparado.

7.2. JUSTIFICATIVA

Atualmente no Brasil, é possível perceber claramente como os índices de criminalidade e violência extrapolam a normalidade, fazendo com que a anomia impere na sociedade brasileira (TAVAREZ, 2016, p.230), e com o crescimento da criminalidade, urge a necessidade de se capacitar e qualificar os profissionais de segurança pública em todos os níveis, do básico ao avançado. Essa melhoria do ensino policial, justifica-se pela demanda existente nas ações resolutivas de crimes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional brasileiro, porém a LDB não menciona o ensino policial. O que mais se aproxima, seria o artigo 83, traz que:

o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino (LDB 9394/96).

Porém, não podemos inferir que esse “sistema de ensino militar” admite a equivalência de estudos, quanto ao ensino policial não militar.

A LDB (LDB 9394/96) também exara em seu artigo 12:

*Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de:
I- elaborar e executar sua proposta pedagógica.*

Desta forma, a lei responsabiliza a escola pelo seu plano de trabalho em consonância com a sua especificidade, cabendo a ESPC o planejamento para a capacitação e treinamento dos novos servidores que estão ingressando nos quadros da Polícia Civil do Paraná.

Considerando o Estatuto da Polícia Civil do Paraná, Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, podemos citar o artigo 22, alterado pela Lei Complementar nº 89/2001:

Art. 22 - Completada a investidura no cargo, os empossados serão matriculados, compulsória e obrigatoriamente, no Curso de Formação Técnico Profissional específico, a ser ministrado pela Escola da Polícia Civil, ficando extintos, com esta Lei, o benefício da bolsa de estudos.

No mesmo sentido o artigo 37 parágrafo 1º, inciso I da Lei Complementar 14/82, alterado pela Lei Complementar 89/2001, estabelece:

Art. 37 - Estágio probatório é o período de três anos de efetivo exercício no cargo, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação ou não do servidor policial no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

*§ 1º Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:
I - aprovação em curso de formação técnico - profissional específico ministrado pela Escola Superior de Polícia Civil;*

O Ensino policial tem tentado avançar, mesmo com tantos problemas, e o mais recente avanço, foi o reconhecimento das Ciências Policiais através do Processo nº: 23123.007756/2017-45, aprovado pelo CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) e por sua Câmara de Educação Superior (CES) e, em seguida, homologado pelo Ministro de Estado da Educação por meio do “DESPACHO DE 8 DE JUNHO DE 2020“, publicado no Diário Oficial da União nº 109, de 09 de junho de 2020, em que se reconheceu a “necessidade, formal, de consideração dessa área de conhecimento, ou seja, Ciências Policiais, na formação de especialistas civis, evidenciando a proposição da Estratégia Nacional de Defesa“ (MEC, 2022).

Por fim, ainda podemos citar a lei nº 13.675 (BRASIL, 2022), de 11 de junho de 2018 que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal, criando a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), além de instituir o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Tal lei ainda altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, revogando dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

Tanto as diretrizes quanto os objetivos do PNSPDS trazem a necessidade da padronização baseada na MCN (BRASIL, 2018)

Art. 5º São diretrizes da PNSPDS:

VI - Formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a matriz curricular nacional;

Art. 6º São objetivos da PNSPDS:

XI - estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com esta Política, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal;

Neste sentido, esse documento justifica-se pela demanda existente na sociedade para a melhora da formação na Segurança Pública, sendo que esta demanda é perceptível nos

noticiários do Brasil e do Paraná. Pois o aprimoramento e a resolução de problemas, é o “cartão de visita” das polícias judiciárias. Evidencia-se a necessidade de oferecer um curso que atenda a esta demanda e traga novos conceitos e práticas que auxiliem a atuação do policial judiciário frente às necessidades da sociedade.

7.3. OBJETIVOS DO CURSO

7.3.1. OBJETIVO GERAL

O Curso de Formação, aqui chamado de *Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais*, se destina a formar profissionais dos diferentes cursos superiores, ingressos na Polícia Civil, proporcionando aos alunos conhecimentos teóricos e práticos para atuar no ambiente policial, aperfeiçoando e desenvolvendo as habilidades necessárias para atingir a excelência exigida para o cumprimento da missão institucional da PCPR, no atendimento a sociedade, de forma ética e com atitudes pró ativas, eficientes e efetivas.

7.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com base na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, 2018), espera-se:

- O Fortalecimento da capacidade investigativa dos profissionais da polícia judiciária, fomentando novos métodos em investigação criminal, fixando protocolos comuns de ações investigativas;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto a investigação dos diversos tipos de modalidades de crime organizado, integrando a investigação das diversas modalidades de crime organizado, em especial nas ações transfronteiriças (Brasil, Paraguai, Argentina);
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto à identificação dos esquemas de corrupção de lavagem de dinheiro, associados ao crime organizado;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária para que possam modernizar procedimentos investigatórios nas Unidades, e implementando mecanismos voltados ao compartilhamento de informações em nível Distrital e Unidades Especializadas;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária em técnicas de investigação, técnicas de entrevista e interrogatório, preservação do local de crime e tratamento adequado das provas periciais;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária para criação de núcleos de análise criminal nas Unidades Policiais fortalecendo o uso de recursos tecnológicos integrados às atividades operacionais;
- A Promoção da capacitação sobre uso diferenciado da força e mecanismos de monitoramento de casos de ações policiais com resultado letal;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária no atendimento de populações vulneráveis e minorias em situação de violência, incluindo aspectos sobre como lidar com os casos de violência doméstica e sexual, o adequado atendimento às vítimas, garantindo sua segurança, inclusive mediante a utilização de dispositivos;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto o atendimento de populações vulneráveis e minorias em situação de violência ou exploração sexual, sensibilizando-os para o reconhecimento e o tratamento das situações de violência de gênero;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária em investigação de feminicídios Brasil;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto a mapear pontos vulneráveis à violência e exploração sexual, em particular os envolvidos com exploração sexual de crianças e adolescentes em turismo e viagens;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária na prevenção e repressão aos crimes violentos patrimoniais.
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto aos novos procedimentos investigativos, buscando o enfrentamento às organizações criminosas e evitando a instauração de procedimentos de baixa efetividade;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto a utilização de ferramentas tecnológicas de investigação e análise de dados;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto ao trabalho investigativo, de inteligência e de cooperação com foco nos crimes patrimoniais de

grande porte, com instituições financeiras e empresas de transporte de valores;

- O Aprimoramento da capacidade dos profissionais da polícia judiciária sobre explosivos e outros produtos;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária para mediar conflitos;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária para atuação na área de polícia de fronteiras, portos e aeroportos;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária para identificação e rastreamento de armas de fogo, munições e explosivos;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária em ações de investigação e inteligência que envolvam armas de fogo, munições e explosivos;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária na prevenção e combate aos crimes ambientais e aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores e de corrupção que envolvam crimes ambientais como antecedentes;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária para que promovam o desenvolvimento de modelos e ferramentas de gestão;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária em metodologias de gestão e utilização de sistemas de informação;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto ao aprimoramento da qualidade do atendimento prestado ao cidadão;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto as medidas necessárias à simplificação, padronização e desburocratização no atendimento de ocorrências policiais, descentralizando, sempre que possível, o atendimento, de forma a torná-lo menos formal, mais célere, econômico e eficiente, priorizando a resolução no local do fato;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto as medidas voltadas a assegurar a segurança de custódia de presos em delegacias de polícia;

- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária na prevenção e no combate à criminalidade em regiões rurais dentro das estruturas dos órgãos de segurança pública;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária no desenvolvimento de coleta, reunião, análise e gestão de dados e informações;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto a adoção e a padronização dos procedimentos adotados, com a finalidade de assegurar, na forma da legislação em vigor, a transparência de dados e informações e o controle das suas atividades;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária para que realizem ações educativas nas comunidades;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária quanto a investigação policial como fator de proteção de direitos e garantias individuais, de redução de índices de criminalidade e de extinção de fenômenos criminais;
- A Capacitação dos profissionais da polícia judiciária para atuar no planejamento de ações investigativas e tático-operacionais com a observância do sistema de direitos e garantias individuais, dos princípios inerentes a atuação da administração pública, da máxima eficiência na produção de provas e na proteção de pessoas e patrimônio;

7.4. PÚBLICO ALVO

O público alvo será composto por aprovados no processo seletivo, realizado através de Concurso Público para provimento de vagas nas classes iniciais para os cargos de Escrivães, Delegados, Investigadores e Papiloscopistas, além das demais nomeações decorrentes de autorizações governamentais ou de novas decisões judiciais.

7.5. FORMAS DE ACESSO

Poderão inscrever-se no Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, os aprovados em Concurso Público da Polícia Civil, ou seja, a única forma de acesso é através do processo de seleção, que será regido por edital que descreverá as etapas e os critérios de

avaliação para somatória de pontos, assim como, a quantidade de Unidades que disponham de vagas para o preenchimento.

7.6. PERFIL DO EGRESSO

Em consonância com os objetivos propostos para o Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, as ações serão direcionadas para que o servidor egresso do Curso de Formação, na modalidade presencial e a distância, deve demonstrar conhecimentos básicos na esfera policial, estando preparado investigar crimes simples e complexos, além de dar continuidade ao seu aperfeiçoamento.

Do ponto de vista da qualificação profissional, o servidor policial, deve estar qualificado para atuar nas atividades relativas a qualquer área policial, seja operacional ou administrativa, desempenhando, com autonomia suas atribuições, dessa forma, ao concluir a sua qualificação profissional, o egresso do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, deverá demonstrar em seu perfil as seguintes características:

- Resolução de problemas vivenciados nas atividades inerentes dos servidores policiais;
- Capacidade para atuar com qualidade no atendimento a comunidade;
- Habilidade para executar atividades sobre temas relacionados à Polícia Judiciária;
- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e percebendo-se como agente social que intervém na realidade;
- Saber trabalhar em equipe;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade.
- Entender que precisa estar sempre apto fisicamente, e com treinamento atualizado.

7.7. CURSO SUPERIOR EM SEGURANÇA PÚBLICA E CIÊNCIAS POLICIAIS

O Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais visa formar profissionais capacitados para investigar, formular, implantar, planejar, gerenciar, supervisionar ações (FAEC, 2022), orientar e intervir em situações de manutenção da ordem pública, através dos princípios da legalidade, da cidadania e dos Direitos Humanos. O profissional estará apto, ainda, a executar a manutenção da segurança da população através de programas e ações de administração de conflitos sociais, combate ao crime e à violência (UNISSELVI, 2022).

7.7.1. INFRAESTRUTURA DO CURSO

O curso de formação será ministrado na Escola Superior de Polícia Civil localizada na rua Tamoios, número nº1.200 no bairro Vila Izabel em Curitiba (ESPC, 2022).

Segundo o site da ESPC (2022), sua estrutura é organizada em um prédio de 2.500 m², composta por uma biblioteca, um ginásio com tatame para artes marciais e academia com aparelhos de musculação e crosstraining, uma pista de corrida, estacionamento, estande de tiro, 2 laboratórios de informática, auditório com capacidade para 110 pessoas, 8 salas de aula com capacidade para trinta alunos, refeitório, alojamento e consultório odontológico objetivando a formação e atualização de seus alunos (ESPC, 2022).

7.7.2. CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para os alunos matriculados no Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, foi elaborado uma Matriz Curricular com carga horária total de 3.726 (três mil setecentos e vinte e seis) horas, divididos em 11 módulos, todos obrigatórios, sendo 06 módulos iguais para todos os servidores, 03 módulos complementares, e 02 módulos, específicos para cada classe assim distribuídos:

- a) 2.136 (dois mil cento e trinta e seis) horas: disciplinas obrigatórias fundamentais e profissionalizantes, para todos os cargos;
- b) 420 (quatrocentas e vinte) horas: Módulo específico para cada cargo;
- c) 1080 (trezentas) horas: Módulo complementar.
- d) 90 (noventa) horas: estágio supervisionado

A aprovação no curso se dará quando o aluno atingir aprovação em todos os módulos. Considera-se módulo o conjunto de disciplinas que compõe cada unidade pedagógica. Já turma, é a composição de estudantes que estudam na mesma sala (DICIO, 2022), de no máximo 35 alunos.

O aluno deverá obrigatoriamente cumprir um de 2.646 (duas mil seiscentos e quarenta e seis) horas de carga horária presencial, que divididas em 294 (duzentas e noventa e quatro) horas mensais, totalizarão 9 meses de curso.

O módulo complementar, deve ser realizado assim que o aluno sair da Escola de Polícia. O prazo para a finalização dos três módulos é de 1 ano, a contar do término da Escola de Polícia, que após concluídos, completarão as 3.726 (três mil setecentos e vinte e seis) horas.

Quadro 7 - Módulos do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais

CURSO SUPERIOR EM SEGURANÇA PÚBLICA E CIÊNCIAS POLICIAIS		
MÓDULO	DESCRIÇÃO DO MÓDULO	CARGA HORÁRIA
I	ORGANIZAÇÃO POLICIAL	444
II	OPERAÇÃO POLICIAL	444
III	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	426
IV	QUALIDADE DE VIDA	340
V	INVESTIGAÇÃO POLICIAL	398
VI	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	84
VII	ESPECÍFICO DO CARGO	420
VIII	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	90
IX	SEGURANÇA PÚBLICA (EAD)	360
X	DIREITOS HUMANOS (EAD)	360
XI	ANÁLISE CRIMINAL (EAD)	360
TOTAL DE HORAS AULA		3726

Fonte: Elaborado pelo autor

Os módulos foram desmembrados de modo a trazer todas as disciplinas e sua carga horária para uma melhor visualização. O numeral romano representa o Módulo (MD) das disciplinas, enquanto o numeral que o antecede, representa a área temática (AT) conforme preconiza a MCN.

Quadro 8 - Módulo 1 - Organização Policial

AT	MD	MÓDULO 01 – ORGANIZAÇÃO POLICIAL	
10	I	EXAMES, TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS – IML	8
10	I	AVALIAÇÃO DO CURSO (CPA)	8
9	I	AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS E DO DOCENTE	8
9	I	MANUAL DO ALUNO - CONCEITOS DE CONDUTA	12
9	I	NUMERO DE CADASTRO INDIVIDUAL - NCI	4
9	I	BRIEFING E DEBRIEFING	12
8	I	INTRODUÇÃO A PAPILOSCOPIA	8
8	I	ATIVIDADE POLICIAL	8
8	I	CONCEITO E ANÁLISE DE PROJÉTEIS E MATERIAIS	8
8	I	NECROPSIA FORENSE	8
8	I	HIPNOSE FORENSE	8
1	I	FUNDAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA	12
7	I	ENGENHARIA LEGAL	8

7	I	A POLICIA CIVIL E AS COMUNIDADES VULNERÁVEIS	8
7	I	HISTÓRIA DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ	8
7	I	SÍMBOLOS OFICIAIS	6
7	I	DEONTOLOGIA, ÉTICA E CULTURA ANTICORRUPÇÃO	8
6	I	ROTEIRO DE AUDIÊNCIAS	8
6	I	COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E MÍDIA	12
6	I	SIGILO	4
6	I	IDENTIFICAÇÃO DE MOEDA	4
6	I	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	4
6	I	PLANEJAMENTO TÁTICO OPERACIONAL E ESTRATÉGICO	18
5	I	GENÉTICA MOLECULAR FORENSE	8
5	I	ACIDENTES DE TRÂNSITO	12
5	I	INTRODUÇÃO A GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA	12
4	I	IDENTIFICAÇÃO DE VÍTIMAS DE DESASTRES	12
4	I	CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO E PRISÃO - PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E PÓS- EXECUÇÃO	12
4	I	GERENCIAMENTO INTEGRADO DE CRISES	12
4	I	GERENCIAMENTO INTEGRADO DE DESASTRES	12
4	I	PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	12
3	I	FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E JURÍDICOS DA ATIVIDADE POLICIAL	8
2	I	ABORDAGEM HISTÓRICA, SOCIAL E PSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA	8
2	I	VIOLÊNCIA SEXUAL - COMPREENSÃO, IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO	8
2	I	ÉTICA, CIDADANIA, HIERARQUIA E DISCIPLINA	8
2	I	INTRODUÇÃO AS DROGAS ILÍCITAS	8
2	I	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE CENÁRIOS E RISCOS	12
1	I	INTRODUÇÃO AO PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	12
1	I	ANTITERRORISMO E CONTRA TERRORISMO	16
1	I	SIGMA E SINARM - NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO	8
1	I	INTRODUÇÃO A ODONTOLOGIA LEGAL	8
1	I	RESPONSABILIDADE CIVIL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
1	I	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	4
1	I	FUNDAMENTOS DA GESTÃO INTEGRADA E COMUNITÁRIA - POLÍCIA COMUNITÁRIA	6
1	I	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA POLÍCIA CIVIL	4
1	I	SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: HISTÓRIA DA POLÍCIA	4
1	I	GESTÃO DA UNIDADE POLICIAL	12
1	I	CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES	8
1	I	INTRODUÇÃO AO FUNDO ROTATIVO E FUNESP	4
1	I	ORGANIZAÇÃO E ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ	8
1	I	INDICADORES DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO NA CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA	8
TOTAL DE HORAS AULAS			444

Fonte: Elaborado pelo autor

9	II	SIMULADOR	8
9	II	RAPEL TÁTICO	18
8	II	USO LEGAL DA ARMA DE FOGO I	18
8	II	USO LEGAL DA ARMA DE FOGO II - LEGISLAÇÃO ESPECIFICA	4
8	II	USO LEGAL DA ARMA DE FOGO III - NOMENCLATURA	4
8	II	USO LEGAL DA ARMA DE FOGO IV - MANUTENÇÃO	6
8	II	USO LEGAL DA ARMA DE FOGO V - ESTANDE	18
8	II	TIRO TÁTICO I - PISTOLA	18
8	II	TIRO TÁTICO II - COMBATE A CURTA DISTÂNCIA	14
8	II	TIRO TÁTICO III - COMBATE DE PORTE VELADO	8
8	II	TIRO TÁTICO IV - BAIXA LUMINOSIDADE	12
8	II	TIRO TÁTICO V - TRANSIÇÃO	14
8	II	TIRO TÁTICO VI - OPERADOR DE CALIBRE .12	12
8	II	TIRO TÁTICO VII - OPERADOR DE FUZIL	16
8	II	TIRO TÁTICO VIII - OPERADOR DE CARABINA E SUBMETRALHADORA	18
8	II	TIRO TÁTICO IX - OPERADOR AVANÇADO	18
8	II	ABORDAGEM POLICIAL I	14
8	II	ABORDAGEM POLICIAL II - IMOBILIZAÇÃO TÁTICA - ALGEMAS	16
8	II	ABORDAGEM POLICIAL III - SPARKZ	12
8	II	ABORDAGEM POLICIAL IV - OPERADOR DE BASTÃO RETRÁTIL	12
8	II	ABORDAGEM POLICIAL V - INDIVIDUO HOSTIL BARRICADO	16
8	II	COMBATE EM RECINTO FECHADO (CRF)	12
8	II	PROTOCOLO MARC 1	16
8	II	PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO	20
7	II	OPERAÇÕES VEICULARES I – DIREÇÃO TÁTICA	16
7	II	OPERAÇÕES VEICULARES II – TIRO EMBARCADO	18
7	II	OPERAÇÕES VEICULARES III – ESCOLTA E COMBOIO	12
7	II	OPERAÇÕES VEICULARES IV – ABORDAGEM X PROGRESSÃO EM AUTOS	12
7	II	OPERAÇÕES VEICULARES V – PERSEGUIÇÃO X ACOMPANHAMENTO TÁTICOS	12
7	II	OPERAÇÕES VEICULARES VI – DESLOCAMENTO TÁTICO E GEOMETRIA DE COMBATE	8
4	II	COMBATE A INCÊNDIO	12
4	II	INTERVENÇÕES EM AMBIENTES CARCERÁRIOS	14
4	II	REBELIÕES EM DELEGACIAS	16
TOTAL DE HORAS AULAS			444

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 10 - Módulo 3 - Sistemas de Informação

AT	MD	MÓDULO 03 – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
10	III	INTRODUÇÃO AO SISTEMA INFORMATIZADO DA PC	12
10	III	E-PROTOCOLO	18
10	III	DRONES	12

10	III	SISTEMA DE MONITORAMENTO	32
6	III	INTRODUÇÃO A INFORMÁTICA FORENSE	4
6	III	SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL	36
7	III	SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	24
7	III	INTRODUÇÃO A PRÁTICA CARTÓRARIA	12
6	III	INTRODUÇÃO AO SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ATIVIDADES CARTÓRARIAS	16
6	III	PRÁTICA DE UTILIZAÇÃO DO AUDIOVISUAL	8
6	III	TÉCNICAS DE VIDEOCONFERÊNCIA NA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ	8
6	III	WEBMAIL EXPRESSO	4
6	III	VERIFACT	8
6	III	ANÁLISE GEOCRIMINAL (CAPEGEO)	18
6	III	ANÁLISE GEOCRIMINAL (BI)	24
6	III	GESTÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	12
6	III	TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA	26
6	III	TCIP E BOLETIM CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA/AUTO DE APREENSÃO EM FLAGRANTE POR ATO INFRACIONAL	12
6	III	INTRODUÇÃO DO GERENCIAMENTO DE PRESOS	24
6	III	GESTÃO DA INFORMAÇÃO	12
6	III	SISTEMAS INFORMATIZADOS	18
6	III	INTRODUÇÃO AO LINUX	24
6	III	SISTEMA DE INTRANET	12
6	III	DEEP/DARK WEB	24
6	III	VÍRUS	8
6	III	FERRAMENTAS INVESTIGATIVAS LINUX	18
TOTAL DE HORAS AULAS			426

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 11 - Módulo 4 - Qualidade de Vida

AT	MD	MÓDULO 04 – QUALIDADE DE VIDA	
10	IV	FINANÇAS PESSOAIS	24
8	IV	ATENDIMENTO TÁTICO PRÉ-HOSPITALAR	36
8	IV	FUNDAMENTOS DE MEDICINA LEGAL	8
8	IV	ARMAMENTO MENOS LETAL I	12
8	IV	ARMAMENTO MENOS LETAL II	12
8	IV	ARMAMENTO MENOS LETAL III	12
5	IV	DEFESA PESSOAL POLICIAL	40
5	IV	NUTRIÇÃO APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA	12
5	IV	PRIMEIROS SOCORROS	18
5	IV	TREINAMENTO FÍSICO	40
5	IV	DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	2
5	IV	CICLO DE PALESTRAS: SUICÍDIO	2
5	IV	CICLO DE PALESTRAS: BURNOUT EM POLICIAIS	2
5	IV	CRIMES SEXUAIS	12
5	IV	VIOLÊNCIA SEXUAL	16
5	IV	TÉCNICAS DE IMOBILIZAÇÃO	8

5	IV	TÉCNICAS DE ALGEMAMENTO E CONDUÇÃO	6
5	IV	TÁTICAS DE NEUTRALIZAÇÃO	6
4	IV	COMBATE DESARMADO	24
4	IV	COMBATE DESARMADO EM AMBIENTE CARCERÁRIO	18
4	IV	COMBATE DESARMADO EM RECINTO FECHADO	12
4	IV	COMBATE EM RECINTOS FECHADOS E EM BAIXA LUMINOSIDADE	18
TOTAL DE HORAS AULAS			340

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 12 - Módulo 5 - Investigação Policial

AT	MD	MÓDULO 05 – INVESTIGAÇÃO POLICIAL	
1	V	INTRODUÇÃO A CADEIA DE CUSTÓDIA	4
9	V	PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PROVA	12
8	V	ANÁLISE DAS FACÇÕES BRASILEIRAS E O CRIME ORGANIZADO	8
8	V	ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS	12
8	V	INVESTIGAÇÃO POLICIAL: PERÍCIAS E PRODUÇÃO DE PROVAS	18
8	V	INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA E LAVAGEM DE DINHEIRO	12
8	V	INVESTIGAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS	20
8	V	INVESTIGAÇÃO DE SEGUIMENTO	14
8	V	INVESTIGAÇÃO DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS	22
8	V	INVESTIGAÇÃO DE CRIMES NO COMBATE À CORRUPÇÃO	26
8	V	MÉTODO E TÉCNICA DE ENTREVISTA	8
8	V	TEORIA E PRÁTICA DE ACOMPANHAMENTO VELADO	8
8	V	GRAFOTECNIA	8
8	V	IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS	8
8	V	BUSCA MINUCIOSA EM VEÍCULOS AUTOMOTORES	8
8	V	DOCUMENTOSCOPIA	4
7	V	FRASEOLOGIA	4
7	V	FONÉTICA FORENSE	4
7	V	TÉCNICAS DE PRESERVAÇÃO E ISOLAMENTO EM LOCAL DE CRIME	16
7	V	INSTRUMENTOS INVESTIGATÓRIOS	16
7	V	ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	6
6	V	INTRODUÇÃO A TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	12
6	V	TÉCNICAS DE ENTREVISTA	8
6	V	TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	12
6	V	INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	18
6	V	INTELIGÊNCIA POLICIAL	10
6	V	DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA - ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO	20
5	V	DNA - ABORDAGEM NA INVESTIGAÇÃO	4
4	V	LEVANTAMENTO DE LOCAL DE CRIME	16
4	V	ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME	16
2	V	INTRODUÇÃO A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	26
1	V	LAVAGEM DE CAPITAIS NO CRIME ORGANIZADO	12
1	V	CIÊNCIA PAPIOSCÓPICA	6

TOTAL DE HORAS AULAS**398**

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 13 - Módulo 6 - Metodologia do Ensino Superior

AT	MD	MÓDULO 06 – METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	
9	VI	TCC I - METODOLOGIA CIENTÍFICA	8
9	VI	TCC II - PESQUISA	8
9	VI	TCC III – OBJETIVOS	8
9	VI	TCC IV - COLETA DE DADOS	8
9	VI	TCC III – QUESTIONÁRIOS	8
9	VI	TCC II CONCLUSÃO	12
9	VI	TCC _ NORMAS DA ABNT	12
9	VI	TCC VI – AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS	8
9	VI	TCC – ESTATÍSTICA APLICADA	8
9	VI	SEMINÁRIOS DE PESQUISA PARA PRODUÇÃO DE ARTIGO	2
9	VI	SEMINÁRIOS DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DISCENTES	2
TOTAL DE HORAS AULAS			84

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 14 - Módulo 7 - Específico para o cargo de Escrivão

AT	MD	MÓDULO 07 – ESPECÍFICO PARA ESCRIVÃO	
6	VII	SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ATIVIDADES CARTORÁRIAS	96
8	VII	PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PROVA	56
6	VII	PRÁTICA CARTORÁRIA	48
7	VII	GRAFOTECNIA E DOCUMENTOSCOPIA	12
1	VII	RELATÓRIOS E ESTATÍSTICAS CRIMINAIS	24
8	VII	RECONHECIMENTO DE SUSPEITO	16
8	VII	TÉCNICAS DE INTERROGATÓRIO	26
8	VII	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40
8	VII	PRÁTICA DE INQUÉRITO POLICIAL	48
10	VII	CADEIA DE CUSTODIA	32
9	VII	COLETA E ARMAZENAMENTO	22
TOTAL DE HORAS AULAS			420

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 15 - Módulo 7 - Específico para o cargo de Delegado

AT	MD	MÓDULO 7 – ESPECÍFICO PARA DELEGADO	
6	VII	ATENDIMENTO A IMPRENSA	20
6	VII	SISTEMAS INFORMATIZADOS - DELEGADOS	24
3	VII	INQUERITOS POLICIAS	60
8	VII	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	40
6	VII	SISTEMA DE PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA ELETRÔNICO	36
6	VII	OITIVA POR VIDEOCONFRÊNCIA	16
1	VII	LIDERANÇA DE EQUIPES	24
1	VII	GESTÃO DE EQUIPES DE TRABALHO	20

4	VII	COMPLIANCE CRIMINAL	36
1	VII	FINANÇAS PARA GESTORES	30
1	VII	SISTEMA INFORMATIZADO: FUNDO ROTATIVO E FUNESP	22
9	VII	ORIENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO	12
9	VII	GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA	36
9	VII	PLANEJAMENTO EM OPERAÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE	44
TOTAL DE HORAS AULAS			420

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 16 - Módulo 7 - Específico para o cargo de Investigador

AT	MD	MÓDULO 07 – ESPECÍFICO PARA INVESTIGADOR	
8	VII	BUSCA MINUCIOSA I - VEÍCULOS AUTOMOTORES	24
8	VII	BUSCA MINUCIOSA II - IDENTIFICAÇÃO VEICULAR	16
8	VII	BUSCA MINUCIOSA III - PESSOAS	12
8	VII	FONÉTICA FORENSE	8
6	VII	INFORMÁTICA FORENSE	8
8	VII	MAPEAMENTO DE CENÁRIOS	20
8	VII	MAPEAMENTO DE CENÁRIOS II - POLICIA CIVIL	24
8	VII	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	24
6	VII	SISTEMAS DE INVESTIGAÇÕES	28
1	VII	ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS GRUPOS VULNERÁVEIS	8
8	VII	PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PROVA	6
6	VII	SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL	80
10	VII	INTRODUÇÃO A FOTOGRAFIA	8
6	VII	SIGEP	42
8	VII	TÉCNICA DE INTERROGATÓRIO	40
8	VII	INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA	42
8	VII	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL	30
TOTAL DE HORAS AULAS			420

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 17 - Módulo 7 - Específico para o cargo de Papiloscopista

AT	MD	MÓDULO 07 – ESPECÍFICO PARA PAPILOSCOPISTAS	
8	VII	CIÊNCIA PAPILOSCÓPICA	48
8	VII	CONFECÇÃO DE LAUDOS PAPILOSCÓPICOS	24
7	VII	CONFRONTO PAPILOSCÓPICO	46
7	VII	EXAMES NECROPAPILOSCÓPICOS	40
7	VII	FOTOGRAFIA APLICADA À IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA	36
8	VII	ESTRANGEIROS	4
8	VII	GENÉTICA MOLECULAR FORENSE	16
8	VII	PERÍCIA LABORATORIAL PAPILOSCÓPICA	16
1	VII	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	12
8	VII	QUIROSCOPIA	18
8	VII	SETOR CRIMINAL	8
6	VII	SARID - SERVIÇO DE ANÁLISE, REGULARIZAÇÃO E INVESTIGAÇÃO	12
6	VII	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ	20
8	VII	PERÍCIA PAPILOSCÓPICA EM LOCAL DE CRIME	36
1	VII	REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	4

8	VII	REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA	30
6	VII	EMISSÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE	8
8	VII	IIPR E GESTÃO DA INFORMAÇÃO PAPILOSCÓPICA	18
8	VII	ODONTOLOGIA LEGAL	16
9	VII	REVISÃO E INSPEÇÃO DOCUMENTAL	8
TOTAL DE HORAS AULAS			420

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 18 - Módulo 8 - Segurança Pública

AT	MD	MÓDULO 08 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
3	VIII	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	90
TOTAL DE HORAS AULAS			90

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 19 - Módulo 9 - Segurança Pública

AT	MD	MÓDULO 09 – SEGURANÇA PÚBLICA	
3	IX	SEGURANÇA PÚBLICA	360
TOTAL DE HORAS AULAS			360

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 20 - Módulo 10 - Direitos Humanos

AT	MD	MÓDULO 10 – DIREITOS HUMANOS	
3	X	DIREITOS HUMANOS	360
TOTAL DE HORAS AULAS			360

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 21 - Módulo 11 - Análise Criminal

AT	MD	MÓDULO 06 – ANÁLISE CRIMINAL	
4	XI	ANÁLISE CRIMINAL	360
TOTAL DE HORAS AULAS			360

Fonte: Elaborado pelo autor

7.7.2. PERÍODOS E TURNOS

As atividades do curso ocorrerão nos períodos, diurno, vespertino e noturno, completando, 12 horas de aula, podendo ainda, ser usado os finais de semana e feriados, dependendo a disciplina, conforme elenca o artigo 54 a 57 do Manual do Aluno.

Art. 54 – As atividades escolares obedecerão ao projeto de composição curricular elaborado pela ESPC e aprovado pelo Conselho da Polícia Civil do Paraná, atendendo, quanto aos horários, ao que segue:

I – Início das aulas:

a) Manhã – 8h às 11h45min.

b) Tarde – 13h30min às 17h15min

c) Noite – 18h15min às 22h

d) Sábados – 8h às 11h45min e 13h30min às 17h15min.

II – Duração da hora/aula: 50 minutos;

III – intervalo: entre duas consecutivas: 15min.

Art. 55 - Aulas práticas, exercícios e avaliações terão duração necessária, ficando a concessão de intervalos para descanso a critério do professor, com a aquiescência da Subdivisão de Ensino.

Art. 56 – O horário das aulas e atividades será afixado semanalmente em edital.

Art. 57 – Atendidas as necessidades emergentes de reformulação de horário de aulas, a Subdivisão de Ensino comunicará, imediatamente aos professores e alunos, através de grade horária e edital.

Quadro 22 - Períodos e Turnos

PERÍODOS E TURNOS								
	1º SEMANA		2º SEMANA		3º SEMANA		4º SEMANA	
SEGUNDA	MANHÃ	4H30 (7H30 A 12H)						
	TARDE	4H30M (13H30 A 18H)						
	NOITE	3H (19H30 ÀS 22H30)						
	TOTAL	12 HORAS						
TERÇA	MANHÃ	4H30 (7H30 A 12H)						
	TARDE	4H30M (13H30 A 18H)						
	NOITE	3H (19H30 ÀS 22H30)						
	TOTAL	12 HORAS						
QUARTA	MANHÃ	4H30 (7H30 A 12H)						
	TARDE	4H30M (13H30 A 18H)						
	NOITE	3H (19H30 ÀS 22H30)						
	TOTAL	12 HORAS						
QUINTA	MANHÃ	4H30 (7H30 A 12H)						
	TARDE	4H30M (13H30 A 18H)						
	NOITE	3H (19H30 ÀS 22H30)						
	TOTAL	12 HORAS						
SEXTA	MANHÃ	4H30 (7H30 A 12H)						
	TARDE	4H30M (13H30 A 18H)						
	NOITE	3H (19H30 ÀS 22H30)						
	TOTAL	12 HORAS						
SÁBADO	MANHÃ	4H30 (7H30 A 12H)						
	TARDE	4H30M (13H30 A 18H)						

	NOITE	-	NOITE	-	NOITE	-	NOITE	-
	TOTAL	9 HORAS						
DOMINGO	MANHÃ	4H30 (7H30 A 12H)						
	TARDE	-	TARDE	-	TARDE	-	TARDE	-
	NOITE	-	NOITE	-	NOITE	-	NOITE	-
	TOTAL	4 HORAS 30 MIN						
TOTAL GERTA L	73H 30M	TOTAL GERTA L	73H 30M	TOTAL GERTA L	73H 30M	TOTAL GERTA L	73H 30M	
TOTAL NO MÊS - 294 HORAS								

Fonte: Elaborado pelo autor

7.7.3. FREQUÊNCIA

A assiduidade diz respeito à frequência diária às aulas teóricas, práticas, trabalhos e outras atividades do curso, conforme preconiza o artigo 58 a 64 do Manual do Aluno (ESPC, 2022).

Art. 58 – A frequência às aulas ou atividades é obrigatória e será feita por chamada oral ou por assinatura na ficha de frequência.

Art. 59 – Cada registro de frequência vale por duas aulas consecutivas da mesma disciplina.

Art. 60 – Aplicado o registro de falta, este não poderá ser alterado, devendo e, consequência, e no prazo de 48 horas, o aluno requer abono em documento dirigido ao Diretor ou ao Chefe da SDE, apresentando a justificativa, juntando comprovantes.

Art. 61 – O aluno que, no primeiro horário de aula de cada turno, chegar atrasado, receberá falta somente nesta aula, devendo requerer na forma prevista, o crédito de, pelo menos, uma das aulas.

Art. 64 – A frequência às atividades implicará nos critérios de aprovação.

Além de ser obrigatória, a mesma será registrada diariamente pelo professor, no Diário de Classe, por meio de chamada ou lista de presença. É exigida a frequência de 90% (noventa por cento) no Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais. A frequência e as faltas regulamentam-se conforme estabelecido no Manual do Aluno nos artigos 65 e 67.

Art. 65 – O limite de faltas para os Cursos de Formação Técnico – Profissional será 10%.

Art. 67 – Possíveis alterações da carga horária poderão ser efetivadas quando da elaboração do “Projeto de Composição Curricular” individual de cada curso, ou a critério do Diretor do estabelecimento de ensino.

O aluno com Média Final inferior a 7,0 (sete) e/ou com frequência inferior a 90% será considerado reprovado.

7.7.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades de complementares totalizam 1.080 (mil e oitenta) horas, distribuídas em 3 minicursos na modalidade de Ensino a Distância. Os minicursos são relacionados com a área de Segurança Pública. As horas-aulas estabelecidas nos estágios não serão computadas para as atividades de ensino complementar.

Segundo Aretio (1994, apud Lopes e Pereira, 2017, p.13):

[...] EaD é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal, em sala de aula, entre professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização tutorial, de modo a propiciar a aprendizagem autônoma dos estudantes (ARETIO, 1994 apud GUAREZI; MATOS, 2009, p. 19).

Ainda segundo Lopes e Pereira (2017, p.14), nessa mesma perspectiva está o conceito expresso por Marin Ibañez (1986 apud PRETI, 2002):

Educação a Distância é um sistema multimídia de comunicação bidirecional com o aluno afastado do centro docente e ajudado por uma organização de apoio para atender, de modo flexível, à aprendizagem de uma população massiva e dispersa. Este sistema somente se configura em recursos tecnológicos que permitam economia de escala (IBAÑEZ, 1986 apud PRETI, 2002).

7.8. EMENTAS

Caberá à Subdivisão de Ensino, solicitar ao docente a ENTREGA DO PLANO DE AULA com base na indicação das ementas, fornecida pela ESPC. O acompanhamento do plano de aula será realizado pela Subdivisão de Ensino por meio do registro diário de conteúdos ministrados pelo responsável da disciplina (PROJETO N° 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

Os docentes elaborarão um texto básico com indicação de bibliografia complementar,

a ser entregue em tempo hábil, para ser multiplicado pela Subdivisão de Ensino e fornecido aos alunos (PROJETO N° 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

7.9. CORPO DOCENTE

O corpo docente deverá ser composto por professores, no mínimo, com título de mestre na área do curso proposto, ou em áreas afins, e que tenham conhecimento sobre a matéria, obtido em Instituto de Ensino Superior (IES) reconhecida pelo MEC ou revalidado por uma IES que ofereça formação equivalente, reconhecida pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Excepcionalmente, poderão lecionar nos módulos do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, docentes portadores do título de especialista que possuam qualificação profissional comprovada na área que atuará. Além poderão lecionar, convidados pertencentes a instituições federais, estaduais e municipais paranaenses e de outros Estados da Federação.

Os docentes efetivos da ESPC, deverão ser cadastrados na Subdivisão de Ensino, em parceria com a Instituição de Ensino. O credenciamento de docentes dar-se-á considerando a qualificação profissional devidamente comprovadas. Cada módulo estará sob a responsabilidade de, no mínimo, 3 docentes, sendo um deles, obrigatoriamente, docente do quadro efetivo da Instituição de Ensino.

7.10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Para Scalabrin e Molinari (2013, p.2), o Estágio Supervisionado é uma prática de aprendizado por meio do exercício de funções referentes à profissão exercida, por meio de atividades práticas orientadas. O Estágio Supervisionado obrigatório é uma atividade assegurada na matriz curricular do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, cuja prática varia de acordo com o cargo e deve ser realizada em Unidades.

Assim, o estágio supervisionado proporciona ao aluno o domínio de instrumentos teóricos e práticos imprescindíveis à execução de suas funções. Busca-se, por meio desse exercício beneficiar a experiência e promover o desenvolvimento, no campo profissional, dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso nas instituições superiores de ensino. Outros fins previstos nessa proposta são: desenvolver habilidades, hábitos e atitudes

relacionados ao exercício da polícia judiciária, criando condições para que os alunos policiais atuem com maior segurança e visão crítica em seu espaço de trabalho (SCALABRIN, MOLINARI, 2013, p.3).

O estágio Supervisionado do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais descortina-se em nove etapas a serem desenvolvidas nas Unidades Policiais da Polícia Civil do Estado do Paraná, a saber: Delegacia da Mulher, Central de Flagrantes, Delegacia de Homicídios, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, Delegacia de Furtos e Roubos, Delegacia do Adolescente, Divisão Estadual de Narcóticos, Divisão de Combate à Corrupção e Distritos da Capital.

A primeira etapa, denominada de Estágio Supervisionado I, será desenvolvida juntamente ao primeiro módulo do Curso de Formação. A segunda etapa, denominada de Estágio Supervisionado II, será desenvolvida juntamente ao quarto módulo e assim sucessivamente. O estágio deve ser realizado em contra turnos e ou finais de semana, a fim de não atrapalhar o curso de formação.

A SE é responsável por escolher um Coordenador do Estágio para cada Unidade, que assumirá a função de articular o Estágio junto às Unidades e a SE, de modo a estipular horários, prazos e toda logística necessária para viabilizar a prática do Estágio além de coordenar os trabalhos entre os policiais e alunos envolvidos no Estágio.

7.10.1. CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado totalizará 90 (noventa) horas, divididas entre os módulos que serão distribuídos ao longo do Curso de Formação. O aluno deverá expor, ao final de cada estágio, um relatório demonstrando o conhecimento da estrutura organizacional da Unidade que estagiou, bem como, suas atribuições, ações e competências, além de apresentar propostas e sugestões que possibilitem melhorar e ou aperfeiçoar as ações pertinentes daquela Unidade à Segurança Pública.

Silva (2012, pg. 31 apud Corte, Lemke, 2015, p.31005), pondera que:

Se não forem utilizados apenas como proforma para justificar a atribuição de notas ou conceito por docentes responsáveis pelas disciplinas de estágio supervisionado, aqui retomados como formadores, o relatório pode funcionar como instrumento mediador da construção de uma prática de reflexão crítica sobre a ação profissional, no cotidiano do trabalho do professor.

Conforme estudo realizado por Lemke e Ienke (2014, p.254), estas defendem que a função do relatório de estágio não deve somente servir para a comprovação da presença dos alunos.

Para além de um instrumento de avaliação, podem ser utilizados como condutor da disciplina. Considerá-los, portanto, implica a possibilidade de o aluno documentar a rotina da sala de aula, e, ao fazê-lo de forma reflexiva e investigadora por meio da escrita, trabalha-se na possibilidade do desenvolvimento de um novo saber e, portanto, da construção de conhecimento, que poderá implicar na sua postura como futuro professor (LEMKE, IENKE, 2014, p.256 e CORTE, LEMKE, 2015, p.31005).

Ao final do estágio, o aluno deverá entregar o relatório final, com o registro dos acontecimentos decorridos durante o percurso do estágio, bem com todas as ações realizadas pelo mesmo e acontecimentos vivenciados na Unidade Policial. Os documentos entregues no término do estágio são:

- Relatório Final de estágio;
- Ficha de avaliação do estagiário feita pelo Coordenador de Estágio da Unidade;
- Ficha de avaliação do estágio feita pelo estagiário.

7.11. INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

Segundo Luckesi (2002, p. 09 apud Almeida, 2016, p.136), a avaliação da aprendizagem é “um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”. Isto significa que ao se avaliar a aprendizagem de um indivíduo acerca de um conhecimento ou habilidade é necessário que seja feito um julgamento sobre a qualidade do que foi produzido, ou seja, necessário verificar se o que foi apresentado pelo indivíduo satisfaz os parâmetros estabelecidos e propostos pelo avaliador, que por sua vez, deve ter optado por parâmetros relacionados ao Projeto Político Pedagógico do curso (ALMEIDA, 2012 apud Almeida, 2016, p.136).

Ainda de acordo com Almeida (2016, p.136) avaliar é um ato de investigar, pretendendo desvendar qual é a qualidade da realidade. Feito o julgamento de qualidade, é imprescindível que seja tomada uma decisão acerca do resultado obtido, seja ele satisfatório ou não, lembrando que, caso o resultado não agrade, necessária se faz uma intervenção, de modo a levar o aprendiz a trilhar o caminho mais adequado.

O processo avaliativo do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, será feito através de avaliações somativas, que vão de (zero 0) a cem (100) pontos, levando em consideração o aproveitamento e evolução no decorrer do curso. As avaliações serão feitas considerando aspectos de domínio do conteúdo teórico e prático (PROJETO N° 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

Para se alcançar os objetivos da avaliação poderão ser utilizados como instrumentos: questionários; trabalhos individuais e ou de equipe; atividades práticas desenvolvidas de acordo com a necessidade do curso; testes escritos e ou práticos. Após correção das avaliações, as notas devem ser enviadas a Subdivisão de Ensino, que procederá a divulgação de acordo com as normas da ESPC (PROJETO N° 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

Conforme a SE, em casos que o aluno não alcance a nota necessária para a aprovação, o aluno poderá solicitar a realização de segunda oportunidade de atividade avaliativa, através de formulário próprio para a Subdivisão Administrativa da Escola Superior de Polícia Civil, exceto em Disciplinas de Uso Legal de Arma de Fogo e Operação Policial. Caso o pedido seja deferido, o docente deverá realizar uma nova avaliação, que poderá ser aplicada pela Subdivisão de Ensino ou pelo próprio docente no prazo de 10 (dez) dias após a divulgação das notas (PROJETO N° 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

OBS.: Os alunos que requererem recuperação ficarão impedidos de participar do sistema de classificação geral no encerramento do Curso (PROJETO N° 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

7.12. APROVAÇÃO

Será considerado aprovado no curso o aluno que cumprir o disposto no artigo 106 e seus incisos e artigos de 107, 108 e 109 do Manual do Aluno (PROJETO N° 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

Art. 106 – Será considerado aprovado no curso, o aluno que obtiver simultaneamente, no mínimo, a frequência exigida, e o grau dentro da escala zero (0) a 100(cem), como segue:

I – 90% de frequência no curso em que não seja exigido 100%.

*II – **nota 70**, na média aritmética das provas e avaliações de cada disciplina.*

*III – **nota 70**, em cada disciplina pratica;*

IV – nota de armamento e tiro.

Art. 107 – A porcentagem da frequência para efeito de aprovação será calculada sobre o cômputo dos trabalhos relativos às aulas e atividades.

Art. 108 – Nos casos em que o currículo for composto por temas agrupados em módulos, o Projeto de Curso disporá a forma de avaliação.

Art. 109 – Nos Cursos de Formação Técnico – Profissional não haverá recuperação, ou segunda chamada, sendo admitida a dependência em disciplina quando e nos termos que o Conselho de Coordenação da ESPC deliberar (MANUAL DO ALUNO, ESPC, 2022).

7.13. CERTIFICAÇÃO

Após a conclusão do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, com carga horária de 3.726 (três mil setecentos e vinte e seis) horas, o servidor policial receberá o Certificado onde conste que está apto à atividade policial. Assim, a instituição ofertante, Subdivisão de Ensino–SE, conforme estabelece o art. 114 do Manual do Aluno, verificará a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação policial, formalizando os resultados evidenciados, através de relatório próprio assinado pelo diretor da ESPC.

Art. 114 – Ao término do curso, a Subdivisão de Ensino formalizará os resultados evidenciados, através de relatório próprio e expedirá Diploma aos aprovados em Cursos de Formação Técnico-Profissional ou Superior de Polícia e Certificado de Conclusão nos demais casos, assinados pelo Diretor da ESPC e pela Chefia da Subdivisão, onde constarão no próprio Diploma e Certificado, ou em histórico escolar à parte, os dados de identificação pessoal, a média final, a porcentagem da frequência, a composição curricular, a carga horária, o período de realização do curso e registros na respectiva Subdivisão (MANUAL DO ALUNO, ESPC, 2022).

A ESPC expedirá, por meio da Subdivisão de Ensino, o Certificado de Conclusão de Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, para o aluno que tenha sido aprovado em todos os módulos obrigatórios do Curso de Formação e no Trabalho de Conclusão de Curso.

Depois de registrados pelo órgão competente em livro próprio, os certificados serão assinados conjuntamente pelos representantes da instituição parceira e pelo diretor da ESPC. A entrega dos certificados aos alunos, estará condicionada a conclusão do Curso de Formação (PROJETO Nº 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

7.14. DIPLOMA

O diploma será emitido pela Instituição de Ensino Superior parceira, que validará o diploma. O Diploma e Certificado, deverão conter o histórico escolar, os dados de identificação pessoal, a média final, a percentagem da frequência, a composição curricular, a carga horária, o período de realização do curso e demais registros.

7.15. CLASSIFICAÇÃO

De acordo com a ESPC (PROJETO N° 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR), os resultados da classificação para a escolha da Lotação, deverão obedecer a alguns critérios trazidos pelo Manual do Aluno em seus artigos 114 a 119.

Art. 114 – Ao término do curso, a Subdivisão de Ensino formalizará os resultados evidenciados, através de relatório próprio e expedirá Diploma aos aprovados em Cursos de Formação Técnico-Profissional ou Superior de Polícia e Certificado de Conclusão nos demais casos, assinados pelo Diretor da ESPC e pela Chefia da Subdivisão, onde constarão no próprio Diploma e Certificado, ou em histórico escolar à parte, os dados de identificação pessoal, a média final, a percentagem da frequência, a composição curricular, a carga horária, o período de realização do curso e registros na respectiva Subdivisão.

Art. 115- As cópias do relatório contendo a ordem de classificação no curso serão encaminhadas ao Conselho da Polícia Civil para os fins de direito, entregue individualmente ao aluno e arquivadas nas pastas escolares (MANUAL DO ALUNO, ESPC, 2022).

Os três melhores alunos do Curso de Formação, que não tenham sofrido punição disciplinar de qualquer natureza, serão entregues medalhas de ouro, prata e bronze e certificados de honra ao mérito (PROJETO N° 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

Art. 117 – Aos alunos que obtiverem as três melhores no curso, serão conferidas medalhas de ouro, prata e bronze e certificados de honra ao mérito, respectivos.

Art. 118 – Somente concorrerão aos três (3) primeiros lugares os alunos sem punição disciplinar de qualquer natureza.

Art. 119 – Os alunos aprovados terão os seus nomes gravados, por turma, em placa metálica fixada em brasa de madeira, passando a fazer parte integrante da galeria dos ex-alunos (MANUAL DO ALUNO, ESPC, 2022).

Em caso de igualdade da classificação, o desempate será feito segundo os critérios dos artigos 110 a 112 do referido documento.

Art. 110 – Os alunos serão classificados através da média aritmética dos graus das disciplinas do currículo do Curso e do Estágio Supervisionado.

Art. 111 – Em caso de igualdade da classificação, o desempate será feito dentro dos seguintes critérios;

I – maior média aritmética nos módulos da base específica do projeto do Curso de Formação Técnico-Profissional;

II – maior frequência no curso;

III – análise do boletim de comportamento do aluno (MANUAL DO ALUNO, ESPC, 2022).

7.16. DESLIGAMENTO DO CURSO

Os alunos poderão ser desligados do curso conforme o disposto no artigo 105 do Manual do Aluno:

Art. 105 – Será proposto ao Delegado Geral da Polícia Civil, o desligamento do curso, do aluno que:

I – Requerer o desligamento;

II – Receber parecer médico que o impossibilite de frequentar o curso, homologado por junta médica oficial;

III – tiver omitido a existência de fato que o tornaria possível de exclusão do processo seletivo;

IV – Matriculado, não se apresentar no prazo fixado;

V – Não obtiver a frequência exigida e/ou não alcançar as médias mínimas estabelecidas para as disciplinas, inclusive no conceito;

VI – A qualquer tempo apresentar comportamento incompatível com a função policial;

VII – falecer no decorrer do curso;

VIII – concluir o curso (MANUAL DO ALUNO, ESPC, 2022).

7.17. REPROVAÇÃO

Conforme o disposto no Manual do Aluno será reprovado o aluno que não cumprir o disposto no artigo 113:

Art. 113 – Será considerado reprovado o aluno que:

I – Não obtiver o mínimo de frequência exigida e/ou não alcançar as médias mínimas estabelecidas;

II – Não atingir o mínimo exigido em qualquer momento do desenvolvimento do curso (MANUAL DO ALUNO, ESPC, 2022).

7.18. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

De acordo com a Norma Brasileira 14.724 para a Apresentação de Trabalhos Acadêmicos (ABNT, 2011), o Trabalho de Conclusão de Curso, feito sob a coordenação de um orientador habilitado pela SE, é o documento apresentado no final de um curso, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido (CORRÊA, VASCONCELOS E SOUZA, 2018, p.7)

Ainda segundo Corrêa et. al (2018, p.35), o Trabalho de Conclusão de Curso, é um texto acadêmico, redigido e organizado de acordo com normas científicas vigentes, constituindo-se em um momento de sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo das leituras e atividades desenvolvidas durante o curso.

Recentemente foi publicada dia 9 de abril de 2018 no Diário Oficial da União, a Resolução do Ministério da Educação – CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018, que passou a não exigir a obrigatoriedade da apresentação do TCC pelas Instituições de Ensino Superior, tornando facultativa a apresentação, porém, a ESPC não aderiu a não obrigatoriedade para os alunos cadastrados no Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais.

7.18.1. TEMAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os temas para o TCC, deverão ser necessariamente correlacionados com a área de Segurança Pública, Ciências Policiais, Direitos Humanos e Polícia Judiciária, seja na área de ensino, gestão, planejamento, procedimentos, investigações entre outras. O aluno deve se ater a originalidade do trabalho apresentado à ESPC, além de ser integralmente responsável pela autoria do trabalho.

O trabalho deve ter no mínimo 13 e no máximo 30 páginas, seguindo as normas da ABNT sistematizadas pelo Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT (AMADEU, MENGATTO, STROPARO e ASSIS, 2017) publicado pela UFPR.

7.18.2. CONSELHO DE ÉTICA DA ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL

O comitê de Ética em Pesquisa – CEP, é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os

interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (BRASIL, 2022).

O conselho de Ética da ESPC é responsável pela avaliação e aprovação dos trabalhos que tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos (BRASIL, 2022). O conselho de Ética também é responsável pelo parecer favorável ou não favorável dos trabalhos.

O aluno deverá preencher um formulário próprio contendo:

1. Título do projeto de pesquisa;
2. Nome do(s) aluno(s);
3. Linha de pesquisa, quando for o caso;
4. Resumo de no máximo 20 (vinte) linhas sobre o objeto da pesquisa;
5. Indicação de até 03 (três) nomes de docentes para orientação, por ordem de sua preferência.

7.18.3. ORIENTADORES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os orientadores serão formados por mestres e doutores, e em casos excepcionais, por especialistas em áreas específicas. A SE organizará a listagem dos orientadores que será disponibilizada para os alunos. Caso o primeiro nome da lista recuse, a SE encaminhará para o próximo, até que se finde a lista aprestada pelo aluno (ESPC, 2022).

Cada orientador poderá orientar, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) projetos, simultaneamente, por curso (ESPC, 2022).

7.18.4. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A banca avaliadora, será composta por 3 (três) professores, composta por mestres e doutores, e em excepcional caso, por especialistas. A banca examinadora será presidida pelo orientador (professor) do trabalho sob avaliação dos demais membros da banca (ESPC, 2022).

Poderão ainda integrar a banca examinadora, profissionais da área que não pertençam ao quadro de professores da ESPC, mas que tenham a formação acadêmica compatível ou experiência profissional relevante no assunto a ser apresentado (ESPC, 2022).

O aluno é responsável pela entrega do seu TCC à SE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de defesa, mediante protocolo na própria SE. A SE encaminhará o trabalho para os membros da banca examinadora, com antecedência mínima de 20 dias, para a defesa pública (ESPC, 2022).

7.18.5. APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Após a apresentação do trabalho, cada membro da banca examinadora, definirá uma nota que vai de 0 (zero) a 100 (cem). A somatória das notas, será dividida por 3 (três), para o lançamento da nota final, registrada em ata regida pela SE.

A nota mínima para aprovação do TCC é 70 (setenta). Caso o aluno não atinja a nota necessária para sua aprovação, este deverá protocolar junto a SE, um pedido para que sua nota seja revisada, desde que o aluno corrija os pontos apontados pela banca examinadora no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da primeira apresentação.

Não serão revistos trabalhos com nota igual ou superior a 70 (setenta). Apenas trabalhos reprovados, ou seja, que não tenham alcançado a nota mínima para a aprovação.

O(s) aluno(s) aprovado(s), deverão entregar o TCC devidamente corrigido, em 2 (duas) vias, a primeira encadernada em brochura, para compor o acervo da biblioteca da ESPC, e o segundo no formato PDF para ficar disponível para pesquisa no acervo online da ESPC.

7.18.6. PUBLICAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os melhores trabalhos, após correção dos pontos apontados pela banca examinadora e avaliação dos pareceristas, serão publicados na revista da ESPC (ISSN 2595-556X) ou poderão ser submetidos a uma revista com notória validação da qualidade da produção intelectual nacional ou internacional (Qualis B-2 ou superior).

7.19. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

De acordo com a ESPC, a Seção de Avaliação e Controle-SAC, aplicará um questionário, meio de instrumentos escritos, para os alunos, coletando informações sobre o desempenho dos docentes. A aplicação será realizada quando o docente executar 50% do plano de aula. Os resultados serão comunicados à Direção da Escola Superior de Polícia Civil e ao docente, para que as correções recomendadas possam ser imediatamente implantadas, a

fim de garantir que o docente cumpra a ementa do curso proposta pelo projeto do curso (PROJETO Nº 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

Já ao final do curso, a SE, deverá realizar uma autoavaliação mediante aplicação de questionários, onde avaliará os discentes, os docentes, o corpo técnico e a gestão da ESPC. Esses instrumentos avaliativos serão conjugados aos apontamentos da própria ESPC. Dessa forma, poder-se-á promover uma revisão do projeto do curso com base tanto na autoavaliação, nas análises dos alunos quanto na avaliação externa, feita pelos docentes (PROJETO Nº 681 F.1.1.01/2008/ESPC/PR).

7.20. PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

As diretrizes pedagógicas que orientam o Projeto Pedagógico do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais terá como base as diretrizes trazidas pela própria Matriz Curricular Nacional (SENASP, 2014, p.69), o qual se deve proporcionar a participação “ativa” dos discentes por meio de atividades que favoreçam a reflexão sobre a prática, envolvendo mecanismos intencionais que possibilitem a reflexão antes, durante e após a ação.

A Matriz Curricular Nacional ainda propõe que sejam realizadas atividades de estudos de caso, simulações, resolução de problemas, projetos, vídeo-formação, grupos de vivência/observação, prática assistida, entrevistas, dentre outros, pois auxiliam o desenvolvimento de uma prática reflexiva (SENASP, 2014, p.69).

Para isto, os professores devem considerar que o profissional da área de Segurança Pública trabalha em ambientes e situações de risco, portanto, necessitam administrar o estresse. É importante que os professores, principalmente os das disciplinas técnico-operacionais desenvolvam mecanismos de observação e avaliação das práticas e criem as condições necessárias para que os discentes possam apreender - aplicar - avaliar - corrigir, mediante um feedback constante (SENASP, 2014, p.69).

7.21. ENXOVAL

O candidato aprovado no concurso públicos para provimento de vagas nos cargos de escrivães, delegados, investigadores e papiloscopistas, matriculados, receberão 5 kits para as atividades do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências policiais, a serem realizados na Escola Superior de Polícia Civil (ESPC), em Curitiba/PR, a saber.

Os enxovais serão entregues a todos os alunos, sendo que estes deverão providenciar apenas o enxoval de apresentação, que nesse caso fica por conta dos alunos. Os preços dos materiais do enxoval, dizem respeito ao valor de varejo na época em que essa pesquisa foi realizada, e não ao de atacado.

Os alunos receberão R\$11.730,24 (onze mil, setecentos e trinta reais e vinte e quatro centavos) em materiais:

- 1 kit de vestimenta de uso diário totalizando R\$4.565,96;
- 1 kit de vestimenta tática para o uso de atividades da ESPC totalizando R\$5.960,67;
- 1 kit de vestimenta para educação física para o uso de atividades da ESPC totalizando R\$1.216,62;
- 1 kit para a prática de tiros totalizando R\$723,19;
- 1 kit de material escolar totalizando R\$480,42.

**MODELO DE ENXOVAL DOS ALUNOS PARA O CURSO SUPERIOR EM
SEGURANÇA PÚBLICA E CIÊNCIAS POLICIAIS NA ESCOLA SUPERIOR DE
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ**



Quadro 23 - Material usado para o dia a dia

KIT – UNIFORME DIA/DIA			
LISTA	SUGESTÃO		
CAMISA POLO CONTROL - PRETA		QTDA	3x
		PREÇO	R\$ 118,30
		TOTAL	R\$ 354,90
CAMISA DE COMBATE FIGHTER - PRETA		QTDA	2x
		PREÇO	R\$ 169,00
		TOTAL	R\$ 338,00
CAMISETA INFANTRY 2.0 - PRETA		QTDA	2x
		PREÇO	R\$ 169,00
		TOTAL	R\$ 338,00
CALÇA WAR - PRETA		QTDA	2x
		PREÇO	R\$ 325,00
		TOTAL	R\$ 650,00
CINTO TÁTICO FASTEN - PRETA		QTDA	1x
		PREÇO	R\$ 239,00
		TOTAL	R\$ 239,00
MEIA TÁTICA - PRETA		QTDA	3x
		PREÇO	R\$ 39,00
		TOTAL	R\$ 117,00
BOTA TRACTOR HIKING - PRETA		QTDA	1x
		PREÇO	R\$ 479,00
		TOTAL	R\$ 479,00
BONÉ TRIGGER - PRETA		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 109,00
		TOTAL	R\$ 109,00

JAQUETA RAIN 2.0 - PRETA		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 799,00
		TOTAL	R\$ 799,00
COLDRE VELADO KYDEX BERETTA APX SPARTAN COLDRES		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 229,25
		TOTAL	R\$ 229,25
COLDRE KYDEX EXTERNO BERETTA APX SPARTAN COLDRES		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 473,81
		TOTAL	R\$ 473,81
MOCHILA LEGEND - PRETA		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 439,00
		TOTAL	R\$ 439,00
PATCH DA ESPC - 10X10		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 12,00
		TOTAL	R\$ 24,00
PATCH DA ESPC - 10X20		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 27,00
		TOTAL	R\$ 54,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 24 - Uniforme tático usado para as aulas práticas pelos alunos da ESPC

KIT – TÁTICO			
LISTA	SUGESTÃO		
CAMISA DE COMBATE OPERATOR - MULTI-CAM		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 299,00
		TOTAL	R\$ 299,00
COTOVELEIRA ARES		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 20,83
		TOTAL	R\$ 20,83

KIT – TÁTICO			
CALÇA WAR - MULTICAM		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 525,00
		TOTAL	R\$ 525,00
JOELHEIRA ARES		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 113,84
		TOTAL	R\$ 113,84
CINTO DE BATALHA SUPPORT		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 189,00
		TOTAL	R\$ 189,00
CINTO NA		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 139,00
		TOTAL	R\$ 139,00
BOTA AMPHIBIAM DRY 8" 2.0		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 669,00
		TOTAL	R\$ 669,00
LENÇO SHEMAGH		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 119,00
		TOTAL	R\$ 119,00
LUA TÁTICA CRASHER		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 369,00
		TOTAL	R\$ 369,00
CAPA DE COLETE HÓRUS 3A		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 529,00
		TOTAL	R\$ 529,00
BOLSO DE HIDRATAÇÃO		QTDA	1X

KIT – TÁTICO			
		PREÇO	R\$ 119,00
		TOTAL	R\$ 119,00
BOLSO MULTIUSO MÉDIO		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 84,00
		TOTAL	R\$ 84,00
BOLSO MULTIUSO PEQUENO		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 62,00
		TOTAL	R\$ 124,00
BOLSO MÉDICO APH		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 99,00
		TOTAL	R\$ 99,00
PORTA-ALGEMAS LOCKED		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 105,00
		TOTAL	
SACO DE DESCARTE DISPOSE		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 119,00
		TOTAL	R\$ 119,00
PORTA-CARREGADOR RELOAD PISTOL		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 89,00
		TOTAL	R\$ 89,00
PORTA-CARREGADOR RELOAD 7.62		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 99,00
		TOTAL	R\$ 99,00
LANTERNA SCOTT T6		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 229,00
		TOTAL	R\$ 229,00
LANTERNA TÁTICA PISTOLA OLIGHT PL-2 VALKYRIE 1200 LÚMENS		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 819,00

KIT – TÁTICO			
		TOTAL	R\$ 819,00
CANIVETE MARIBONDO		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 328,00
		TOTAL	R\$ 328,00
MULTITOOL PRECISION		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 145,00
		TOTAL	R\$ 145,00
MALA/MOCHILA EXPEDITION - WARSKIN BLACK		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 609,00
		TOTAL	R\$ 609,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 25 - Uniforme para as aulas de Educação Física

KIT – ED. FÍSICA			
LISTA	SUGESTÃO		
CAMISA BRANCA		QTDA	3x
		PREÇO	R\$ 19,00
		TOTAL	R\$ 57,00
BERMUDA PRETA		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 45,00
		TOTAL	90
BERMUDA TÉRMICA		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 39,99
		TOTAL	R\$ 79,98
BERMUDA PRETA TIPO CICLISTA (MULHERES)		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 169,90
		TOTAL	R\$ 339,80
TOP PRETO (MULHERES)		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 99,99

		TOTAL	R\$ 199,98
CAMISA TÉRMICA		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 54,44
		TOTAL	R\$ 108,88
TENIS PRETO		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 279,99
		TOTAL	R\$ 279,99
MEIA BRANCA		QTDA	2x
		PREÇO	R\$ 13,99
		TOTAL	R\$ 27,98
CALÇA DE JIUJITSU		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 79,00
		TOTAL	R\$ 79,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 26 - Kit de segurança para as aulas de Tiro

KIT – PRÁTICA DE TIRO			
LISTA		SUGESTÃO	
PROTETOR AURICULAR/ABAFADOR EXTERNO, TIPO CONCHA		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 99,00
		TOTAL	R\$ 99,00
ÓCULOS DAISY X7 MILITAR TÁTICO TIRO PRÁTICO IPSC TRAP UV400 - POLARIZADO		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 168,00
		TOTAL	R\$ 168,00
BELT CLIP		QTDA	3X
		PREÇO	R\$ 59,00
		TOTAL	R\$ 177,00

KIT – PRÁTICA DE TIRO			
KIT DE LIMPEZA UNIVERSAL ARMAS MALETA TODOS CALIBRES		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 279,19
		TOTAL	R\$ 279,19

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 27 - Kit de Material Escolar

KIT – MATERIAL ESCOLAR			
LISTA	SUGESTÃO		
GARRAFA TÉRMICA SONIC 500ML		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 165,00
		TOTAL	R\$ 165,00
CADERNO CAPA DURA PRETA 200 FOLHAS		QTDA	2X
		PREÇO	R\$ 39,26
		TOTAL	R\$ 78,52
CANETA IRON		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 85,00
		TOTAL	R\$ 85,00
PEN DRIVE 128GB USB 3.0 DATATRAVELER 4 DTIG4		QTDA	1X
		PREÇO	R\$ 151,90
		TOTAL	R\$ 151,90

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 28 - Conjunto para abertura e encerramento do curso

TRAJE SOCIAL (POR CONTA DO ALUNO)			
LISTA	SUGESTÃO		
COSTUME NA COR PRETA		QTDA	1x
		PREÇO	---
		TOTAL	---
GRAVATA LISA DE COR AZUL ESCURA		QTDA	1x
		PREÇO	---
		TOTAL	---

CAMISA SOCIAL BRANCA (MASCULINO E FEMININO)		QTDA	1x
		PREÇO	---
		TOTAL	---
SAPATO PRETO (MASCULINO E FEMININO)		QTDA	1x
		PREÇO	---
		TOTAL	---
TERNINHO SOCIAL FEMININO DE COR PRETA (CALÇA)		QTDA	1x
		PREÇO	---
		TOTAL	---

Fonte: Elaborado pelo autor

7.22. COORDENAÇÃO DO CURSO

O *curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais* da ESPC, será coordenado pelo Delegado Coordenador da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná.

Além do coordenador da ESPC, serão responsáveis pelo projeto do curso de formação, uma comissão de 5 a 10 professores da Instituição de Ensino Superior parceira, dos cursos de direito, sociologia, ciências sociais e áreas afins. A ideia é que o curso de formação, possa possibilitar trocas entre os especialistas de distintas áreas.

Partindo dos pressupostos defendidos por Japiassu (1976, apud OLIVEIRA, SANTOS, 2017, p. 75), de que a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa, faz-se necessário que as disciplinas, por meio de seus docentes, na perspectiva da prática interdisciplinar, estabeleçam a dialogicidade e a integração e que isto de fato seja recíproco.

7.23. DISCIPLINAS DO CURSO DE FORMAÇÃO

Quadro 29 - Disciplinas e Áreas Temáticas

CURSO SUPERIOR EM SEGURANÇA PÚBLICA E CIÊNCIAS POLICIAIS MATRIZ CURRICULAR	
ÁREA TEMÁTICA I - SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM	CH

SEGURANÇA PÚBLICA	
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	12
ANTITERRORISMO E CONTRA TERRORISMO	16
SIGMA E SINARM - NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO	8
ODONTOLOGIA LEGAL	8
RESPONSABILIDADE CIVIL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
ATENDIMENTO AO PÚBLICO	4
FUNDAMENTOS DA GESTÃO INTEGRADA E COMUNITÁRIA - POLÍCIA COMUNITÁRIA	6
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA POLÍCIA CIVIL	4
SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: HISTÓRIA DA POLÍCIA	4
GESTÃO DA UNIDADE POLICIAL	12
CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES	8
FUNDO ROTATIVO E FUNESP	4
ORGANIZAÇÃO E ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ	8
INDICADORES DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO NA CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA	8
LAVAGEM DE CAPITAIS NO CRIME ORGANIZADO	12
CIÊNCIA PAPILOSCÓPICA	6
FUNDAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA	12
INTRODUÇÃO A CADEIA DE CUSTÓDIA	4
TOTAL DE HORAS	142
ÁREA TEMÁTICA II - VIOLÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL	
	CH
ABORDAGEM HISTÓRICA, SOCIAL E PSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA	8
VIOLÊNCIA SEXUAL - COMPREENSÃO, IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO	8
ÉTICA, CIDADANIA, HIERARQUIA E DISCIPLINA	8
INTRODUÇÃO AS DROGAS ILÍCITAS	8
ANÁLISE E MAPEAMENTO DE CENÁRIOS E RISCOS	12
INTRODUÇÃO A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	26
SEGURANÇA PÚBLICA (EAD)	360
TOTAL DE HORAS	430
ÁREA TEMÁTICA III - CONHECIMENTOS JURÍDICOS	
	CH
DIREITOS HUMANOS (EAD)	360
FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E JURÍDICOS DA ATIVIDADE POLICIAL	8
TOTAL DE HORAS	368
ÁREA TEMÁTICA IV - MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	
	CH
IDENTIFICAÇÃO DE VÍTIMAS DE DESASTRES	12
CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO E PRISÃO - PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E PÓS- EXECUÇÃO	12
GERENCIAMENTO INTEGRADO DE CRISES	12
GERENCIAMENTO INTEGRADO DE DESASTRES	12
PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	12
COMBATE A INCÊNDIO	12
INTERVENÇÕES EM AMBIENTES CARCERÁRIOS	14
REBELIÕES EM DELEGACIAS	16
COMBATE DESARMADO	18
COMBATE DESARMADO EM AMBIENTE CARCERÁRIO	24
COMBATE DESARMADO EM RECINTO FECHADO	12
COMBATE EM RECINTOS FECHADOS E EM BAIXA LUMINOSIDADE	18
LEVANTAMENTO DE LOCAL DE CRIME	16

ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME	16
TOTAL DE HORAS	206
ÁREA TEMÁTICA V - VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	CH
GENÉTICA MOLECULAR FORENSE	8
ACIDENTES DE TRÂNSITO	12
INTRODUÇÃO A GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA	12
DEFESA PESSOAL POLICIAL	40
NUTRIÇÃO APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA	12
PRIMEIROS SOCORROS	18
TREINAMENTO FÍSICO	40
CICLO DE PALESTRAS: DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	2
CICLO DE PALESTRAS: SUICÍDIO	2
CICLO DE PALESTRAS: BURNOUT EM POLICIAIS	2
CRIMES SEXUAIS	12
VIOLÊNCIA SEXUAL	16
TÉCNICAS DE IMOBILIZAÇÃO	8
TÉCNICAS DE ALGEMAMENTO E CONDUÇÃO	4
TÁTICAS DE NEUTRALIZAÇÃO	4
DNA - ABORDAGEM NA INVESTIGAÇÃO	4
TOTAL DE HORAS	196
ÁREA TEMÁTICA VI: COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	CH
ROTEIRO DE AUDIÊNCIAS	8
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E MÍDIA	12
SIGILO	4
IDENTIFICAÇÃO DE MOEDA	4
ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	4
PLANEJAMENTO TÁTICO OPERACIONAL E ESTRATÉGICO	18
SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ATIVIDADES CARTORÁRIAS	16
PRÁTICA DE UTILIZAÇÃO DO AUDIOVISUAL	8
TÉCNICAS DE VIDEOCONFERÊNCIA NA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ	8
WEBMAIL EXPRESSO	4
VERIFACT	8
ANÁLISE GEOCRIMINAL (CAPEGEO)	18
ANÁLISE GEOCRIMINAL (BI)	24
GESTÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	12
TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA	26
TCIP E BOLETIM CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA/AUTO DE APREENSÃO EM FLAGRANTE POR ATO INFRACIONAL	12
INTRODUÇÃO DO GERENCIAMENTO DE PRESOS	24
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	12
SISTEMAS INFORMATIZADOS	18
INTRODUÇÃO AO LINUX	24
SISTEMA DE INTRANET	12
DEEP/DARK WEB	18
VÍRUS	8
FERRAMENTAS INVESTIGATIVAS LINUX	12
INFORMÁTICA FORENSE	4
SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL	36
INTRODUÇÃO A TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	12

TÉCNICAS DE ENTREVISTA	8
TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	12
INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	18
INTELIGÊNCIA POLICIAL	10
DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA - ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	20
ANÁLISE CRIMINAL (EAD)	360
TOTAL DE HORAS	794
ÁREA TEMÁTICA VII - CULTURA, COTIDIANO E PRÁTICA REFLEXIVA	
	CH
ENGENHARIA LEGAL	8
A POLÍCIA CIVIL E AS COMUNIDADES VULNERÁVEIS	8
HISTÓRIA DA POLÍCIA CIVIL	8
SÍMBOLOS OFICIAIS	6
DEONTOLOGIA, ÉTICA E CULTURA ANTICORRUPÇÃO	8
OPERAÇÕES VEICULARES I – DIREÇÃO TÁTICA	16
OPERAÇÕES VEICULARES II – TIRO EMBARCADO	18
OPERAÇÕES VEICULARES III – ESCOLTA E COMBOIO	12
OPERAÇÕES VEICULARES IV – ABORDAGEM X PROGRESSÃO EM AUTOS	12
OPERAÇÕES VEICULARES V – PERSEGUIÇÃO X ACOMPANHAMENTO TÁTICOS	12
OPERAÇÕES VEICULARES VI – DESLOCAMENTO TÁTICO E GEOMETRIA DE COMBATE	8
SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	24
INTRODUÇÃO A PRÁTICA CARTÓRARIA	12
FRASEOLOGIA	4
FONÉTICA FORENSE	4
TÉCNICAS DE PRESERVAÇÃO E ISOLAMENTO EM LOCAL DE CRIME	16
INSTRUMENTOS INVESTIGATÓRIOS	16
ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	6
TOTAL DE HORAS	198
ÁREA TEMÁTICA VIII - FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	
	CH
INTRODUÇÃO A PAPILOSCOPIA	8
ATIVIDADE POLICIAL	8
CONCEITO E ANÁLISE DE PROJÉTEIS E MATERIAIS	8
NECROPSIA FORENSE	8
HIPNOSE FORENSE	8
USO LEGAL DA ARMA DE FOGO I	18
USO LEGAL DA ARMA DE FOGO II - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	4
USO LEGAL DA ARMA DE FOGO III - NOMENCLATURA	4
USO LEGAL DA ARMA DE FOGO IV - MANUTENÇÃO	6
USO LEGAL DA ARMA DE FOGO V - ESTANDE	18
TIRO TÁTICO I - PISTOLA	18
TIRO TÁTICO II - COMBATE A CURTA DISTÂNCIA	14
TIRO TÁTICO III - COMBATE DE PORTE VELADO	8
TIRO TÁTICO IV - BAIXA LUMINOSIDADE	12
TIRO TÁTICO V - TRANSIÇÃO	14
TIRO TÁTICO VI - OPERADOR DE CALIBRE .12	12
TIRO TÁTICO VII - OPERADOR DE FUZIL	16
TIRO TÁTICO VIII - OPERADOR DE CARABINA E SUBMETRALHADORA	18
TIRO TÁTICO IX - OPERADOR AVANÇADO	18
ABORDAGEM POLICIAL I	14

ABORDAGEM POLICIAL II - IMOBILIZAÇÃO TÁTICA - ALGEMAS	16
ABORDAGEM POLICIAL III - SPARKZ	12
ABORDAGEM POLICIAL IV - OPERADOR DE BASTÃO RETRÁTIL	12
ABORDAGEM POLICIAL V - INDIVIDUO HOSTIL BARRICADO	16
COMBATE EM RECINTO FECHADO (CRF)	12
PROTOCOLO MARC 1	16
PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO	16
ATENDIMENTO TÁTICO PRÉ-HOSPITALAR	36
FUNDAMENTOS DE MEDICINA LEGAL	8
ARMAMENTO MENOS LETAL I	12
ARMAMENTO MENOS LETAL II	12
ARMAMENTO MENOS LETAL III	12
ANÁLISE DAS FACÇÕES BRASILEIRAS E O CRIME ORGANIZADO	8
ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS	12
INVESTIGAÇÃO POLICIAL: PERICIAS E PRODUÇÃO DE PROVAS	18
INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA E LAVAGEM DE DINHEIRO	12
INVESTIGAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS	20
INVESTIGAÇÃO DE SEGUIMENTO	14
INVESTIGAÇÃO DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS	22
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES NO COMBATE À CORRUPÇÃO	26
MÉTODO E TÉCNICA DE ENTREVISTA	8
TEORIA E PRÁTICA DE ACOMPANHAMENTO VELADO	8
GRAFOTECNIA	8
IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS	8
BUSCA MINUCIOSA EM VEÍCULOS AUTOMOTORES	8
DOCUMENTOSCOPIA	4
TOTAL DE HORAS	590
ÁREA TEMÁTICA IX - ESPECIFICIDADE	
CH	
AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS E DO DOCENTE	8
MANUAL DO ALUNO - CONCEITOS DE CONDUTA	12
NUMERO DE CADASTRO INDIVIDUAL - NCI	4
BRIEFING E DEBRIEFING	12
SIMULADOR	8
RAPEL TÁTICO	18
PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PROVA	12
TCC I - METODOLOGIA CIENTÍFICA	8
TCC II - PESQUISA	8
TCC III – OBJETIVOS	8
TCC IV - COLETA DE DADOS	8
TCC III – QUESTIONÁRIOS	8
TCC II CONCLUSÃO	12
TCC _ NORMAS DA ABNT	12
TCC VI – AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS	8
TCC – ESTATÍSTICA APLICADA	8
SEMINÁRIOS DE PESQUISA PARA PRODUÇÃO DE ARTIGO	2
SEMINÁRIOS DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DISCENTES	2
TOTAL DE HORAS	158
ÁREA TEMÁTICA X - COMPLEMENTARES	
CH	

EXAMES, TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS – IML	8
AVALIAÇÃO DO CURSO (CPA)	8
INTRODUÇÃO AO SISTEMA INFORMATIZADO DA PC	12
E-PROTOCOLO	18
DRONES	12
SISTEMA DE MONITORAMENTO	32
FINANÇAS PESSOAIS	24
TOTAL DE HORAS	114
TOTAL DE HORAS DA MATRIZ CURRICULAR	3216

Fonte: Elaborado pelo autor

7.24. EMENTAS DO CURSO DE FORMAÇÃO

As ementas do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais, foram baseadas em raros documentos da ESPC, que continham ementas, e divididas de modo a capacitar o policial judiciário, tanto em técnicas investigativas, quanto em conhecimentos administrativos.

O quadro abaixo, lista todas as disciplinas do Curso de Formação.

Quadro 30 - Ementas das Disciplinas do Curso Superior em Segurança Pública e Ciências Policiais.

DISCIPLINAS
INTRODUÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
EMENTA: Processo Administrativo; Investigação Preliminar; Sindicância; Inquérito Policial por desvio de conduta na Polícia Judiciária; Notificação; Defesa Prévia; Coleta de provas e fases do Indiciamento; Fase de Citação; Defesa e relatório final; Prazos.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
ANTITERRORISMO E CONTRA TERRORISMO
EMENTA: Definição; Mentalidade de agente; Cenário global do terrorismo; Fundamentos de combate ao terror; Terrorismo no Brasil; Antiterrorismo; Unidades táticas de contraterrorismo; Como são articulados os ataques; Prevenir e monitorar; Como são articulados os ataques; Prevenir e monitorar; Defesas contra atirador ativo; Modus operandi dos terroristas; O que fazer em caso de atentado suicida; Situações de execução e reféns; Operacionais sob estresse; Conflito; Intifada; Homens bomba; Lavagem cerebral; Facções terroristas: estado

islâmico (EIIS); AL-QAEDA (ALCAIDA); TALIBÃ; AL SHABAB; BOKO HARAM; HAMAS; ETA; IRA; FARC, HEZBOLLAH; 11 de setembro; Reconstituição dos voos; Passaportes; Segurança em aeroportos; Passageiros hostis; Polícia federal e polícia civil; Equipe de segurança do aeroporto; Identificação de passageiro suspeito; Ciclo de planejamento de ataque terrorista; Técnicas de vigilância e observação; Detecção de vigilância hostil; Segurança eletrônica; Contra vigilância eletrônica; Vigilância de veículos; Alvo fácil x alvo difícil; Transporte de ferido em combate; Avaliação de ameaças; Objeto abandonado como proceder; Teste de reação; Preparação mental; SOP - procedimentos operacionais padrão; Coleta de informações; Alfabeto fonético internacional; Técnicas de RECON; Seleção de rotas; Formações a pé; Célula de segurança; Comboios; Equipe de contra-ataque; Veículo blindado; Observação memorização e descrição; Uso de câmeras para identificar ameaças; Segurança 360°; Mediadas antissequestro; SAFE HOUSE; Sinais que precedem um atentado; Antissequestro; Redes de apoio; Rotas de fuga.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SIGMA E SINARM - NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

EMENTA:

Legislação sobre o tema; Sistema nacional de armas (SINARM); Polícia federal; Porte de arma comum e porte de trânsito; CR, CRAF e GT; Decreto 10.030/2019; CAC; Aquisição; Emissão do registro; Pessoa física; Pessoa jurídica; Formulário de requerimento de aquisição de arma de fogo; Sistema de gerenciamento militar de armas (SIGMA); Exército Brasileiro; Diferenças entre SIGMA e SINARM; Calibres Permitidos; Calibre Restrito; nascimento, vida e morte da Arma de fogo; Transferência de arma de fogo do SIGMA para SINARM e do SINARM para SIGMA; DEAM – Delegacias de armas de munições.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO A ODONTOLOGIA LEGAL

EMENTA:

Introdução à odontologia legal; Introdução à perícia em odontologia; Laudos periciais; Exame policial em local de crime; Estudo dos dentes: estimativa do sexo, idade, estatura e identificação humana; Radiografias ante e post-mortem; Anomalias dentárias de interesse policial; Identificação pelos arcos dentários; Rugoscopia palatina; Mecanismo de ação das marcas de mordidas; processo de identificação das impressões dentárias.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

RESPONSABILIDADE CIVIL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EMENTA:

Conceito de responsabilidade civil; Origem do instituto e pressupostos gerais; Evolução histórica; Atividade policial e a responsabilidade civil; Espécies; Responsabilidade civil subjetiva e objetiva; Teoria adotada; Causas excludentes; Estado de necessidade; Legítima defesa; Estrito cumprimento do dever legal; Exercício regular e o abuso de direito; Indenização; Responsabilidade civil contratual e extracontratual; Conduta; Dano; Nexo de causalidade; Culpa; Irresponsabilidade total do estado; Responsabilidade do Estado pela conduta do policial civil; Princípio da responsabilidade da administração pública; ação regressiva; Responsabilidade civil e segurança pública.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

EMENTA:

Novo cidadão, novas exigências; Papel do servidor atendente na unidade policial; Ética na unidade Policial; Atendimento ao público na Unidade Policial; Perfil do policial do plantão e ou expediente; Postura do profissional policial; Apresentação pessoal; Postura; Regras para falar corretamente; Comunicação e os tipos de linguagem; Como prestar um atendimento de qualidade; Organização no ambiente de trabalho; A importância da comunicação; Atendimento ao telefone; Público interno e externo; Como tratar o cidadão irritado ou nervoso; O que irrita um cidadão; Tipos de cidadão e como lidar com eles; Diagnósticos de problemas de atendimento ao público; Garantindo a satisfação do cidadão; Excelência no atendimento; Trabalho em equipe; Relacionamento interpessoal; Estereótipo/preconceito; Dress code; Empatia; Atendimento a pessoa com deficiência; Uso do celular durante o atendimento.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

FUNDAMENTOS DA GESTÃO INTEGRADA E COMUNITÁRIA: POLÍCIA COMUNITÁRIA

EMENTA:

Conceito; Os problemas da sociedade atual; Segurança como necessidade básica; Comunidade; Segurança; Diferenças básicas da polícia tradicional com a polícia comunitária; Os princípios da polícia comunitária; Polícia comunitária e sociedade; O que não é policiamento comunitário; Relação com a comunidade; As três polícias; Implantação do modelo de polícia comunitária: condições básicas; Princípios da polícia moderna; Os princípios orientadores da segurança pública; O que são os CONSEGS; Mobilização social e estruturação dos conselhos comunitários; Reunião dos líderes dos grupos relevantes; Diretrizes para a integração com a comunidade; identificação das áreas de aceitação comum e das áreas de discordância; Coleta de informações; a identificação da liderança; A identificação dos problemas sociais locais; Proação, prevenção e repressão; Os problemas sociais da violência na sociedade moderna; Protegendo a vida, patrimônio e a comunidade; Crimes violentos; Depois do crime; Mediação de conflitos teórico; Gestão pela qualidade na segurança pública; Relações interpessoais e formas de intervenção; Identificação dos grupos relevantes; análise da comunidade; O relacionamento social durante a atividade de policiamento; A importância da polícia; O ideal da instituição policial; A polícia na satisfação das necessidades de segurança; A prioridade das políticas públicas de prevenção à violência; Segurança pública no município; Bairro como unidade urbana; A guarda municipal; A intervenção municipal na esfera da segurança; Problemática das drogas; A redução da idade de imputabilidade penal e o ECA; A violência contra as minorias; Desarmamento e controle de armas de fogo no Brasil; Exigências para a elaboração de uma política de segurança pública; A experiência internacional.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA POLÍCIA CIVIL

EMENTA:

Estrutura da Polícia Civil; Nível de direção: delegado geral, delegado geral adjunto; corregedor geral da polícia civil, conselho da polícia civil; Nível de Assessoramento: Secretaria Executiva, Agência de Inteligência da Polícia Civil, Assessoria de Planejamento Operacional, Assessoria Jurídica, Núcleo Auxiliar de Controle Interno; Nível Instrumental: Coordenação de Informática, Divisão de Infraestrutura, Escola Superior de Polícia Civil; Grupos Auxiliares: Grupo Auxiliar Financeiro, Grupo Auxiliar de Planejamento, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos; Nível de Execução: Divisão de Polícia Especializada, Divisão Policial da Capital, Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, Instituto de Identificação do Paraná, Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, Divisão Policial do Interior, Divisão Policial do Interior, Divisão de Polícia Metropolitana, Divisão de Investigações Criminais, Divisão Estadual de Narcóticos, Centro de Operações Policiais Especiais – COPE, Tático Integrado de Grupo de Repressão – TIGRE; Instituto de Criminalística; Instituto de Identificação; Instituto Médico Legal.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: HISTÓRIA DA POLÍCIA

EMENTA:

Fundamento do Sistema Criminológico; Crime e Criminologia; Sistema de Justiça Criminal no Brasil; A modernização Conservadora de Polícia; A Criminologia Aplicada a Atividade Policial; Criminologia Ambiental; Novas temáticas e Estatística Policial.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

GESTÃO DA UNIDADE POLICIAL

EMENTA:

Fundamento do Sistema Criminológico; Crime e Criminologia; Sistema de Justiça Criminal no Brasil; A modernização Conservadora de Polícia; A Criminologia Aplicada a Atividade Policial; Criminologia Ambiental; Novas temáticas e Estatística Policial.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES

EMENTA:

Como construir equipe; União de pontos fortes e fracos; Vantagens do team Building; Desenvolver aspectos que mantenha o grupo envolvido; Motivação para buscar recursos para aperfeiçoar a dinâmica de trabalho; Contemplar técnicas de maior envolvimento e cumplicidade no atingimento de melhores resultados organizacionais e na conquista de um clima favorável e positivo para seus integrantes; Formação; Conflito; Acordo; Desempenho; Dispersão; Problemas na construção de equipes na PCPR; Equipes Especializadas; Equipes não-especializadas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO AO FUNDO ROTATIVO E FUNESP**EMENTA:**

Devido ao sistema ser RESTRITO e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ORGANIZAÇÃO E ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ**EMENTA:**

Legislações pertinentes a PCPR; Lei Complementar 14/82; Identificação do regime constitucional dos servidores públicos; Classificação; Direitos e deveres; Estatuto da Polícia Civil versus CF/88; Anteprojeto; Entidades de classe; Estatuto da polícia civil do Paraná versus outros estatutos; ADI 2904 e outras ações no STF.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INDICADORES DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO NA CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA**EMENTA:**

Conceito de indicador de avaliação de desempenho; A importância dos indicadores de desempenho na PCPR; Como definir os indicadores de desempenho; Indicadores: desempenho, de qualidade, de capacidade, de produtividade; de eficiência, estratégicos; O desempenho das polícias judiciárias brasileiras; Desempenho da PCPR; OKR (objetivos e resultados-chave); Diferenças entre métricas, metas e indicadores; O uso de indicadores para avaliação de desempenho da segurança pública no Paraná; Fundamentos para a construção de indicadores de desempenho na segurança pública; Fontes de informação: as polícias estaduais, guarda municipal, SENASP; Reorganização institucional; Formação e valorização profissional; Responsabilidade corporativa. Ferramentas para uma gestão responsável; Conhecimento de resultados.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

LAVAGEM DE CAPITAIS NO CRIME ORGANIZADO**EMENTA:**

Conceito; Legislação; Jurisprudência; Lavagem de Capitais; Fraude; Corrupção; prevenção, detecção, apuração; GRI; Direito italiano; Direto europeu; stakeholders; Investigações; Serviços de Inteligência; Softwares; Crime organizado; Ferramentas: PDCA, SWOT, BSC ISO 31000 E COSO; Delação premiada; O terrorismo Islâmico; Apreensão de bens preventiva; Órgãos de fiscalização tributária; Recuperação de ativos; GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CIÊNCIA PAPILOSCÓPICA**EMENTA:**

Conceito; Legislação; Ramos da papiloscopia; Impressão digital; Classificação de Vucetich; Ficha Datiloscópica; Registro de Identidade Civil – RIC; Fórmula fundamental; Âmbito civil; Âmbito Criminal; Fisiologia da impressão digital; Anomalias; Sistema AFIS; Confronto Papiloscópico; Coleta de Impressões Digitais; Estruturas secretoras da pele; Métodos; vapor de ciano acrilato; vapor de iodo; violeta genciana; técnica do pó; Laudo Papiloscópico; evidências papiloscópicas; confrontos; impressões papilares; classificação e arquivamento; Local de crime; Prova material.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

FUNDAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA

EMENTA:

Conceitos; Legislação; Impressões digitais; Sistema de Vucetich; História da papiloscopia; Divisões da papiloscopia; Perito criminal x papiloscopista; Papiloscopia policial; Papiloscopia e necropapiloscopia; Perícias em locais de crime; Nova Lei da Identificação Criminal; A finalidade do processo de identificação humana; Os fundamentos legais sobre o uso da papiloscopia; Técnicas de Perícia Papiloscópica; Estrutura da pele; Anatomia: pele e papilas; Tipos de impressões em locais de crime; Prática em identificação; Conhecendo uma impressão digital; Pontos característicos adotados pelo INI; Lei nº 12.037/2009; Lei nº 9.454/1997; Lei nº 7.116/1983; Gênero, raça, idade, estatura, malformações, sinais profissionais, sinais individuais, tatuagens; Identidade policial e judiciária; Bertiolagem; Retrato falado; Fotografia sinalética; O processo de identificação; Conceito de identificação; Datiloscopia; Impressões plantares e palmares. Classificação das impressões digitais e arquivamento; Outros sistemas de identificação; Composição química das impressões digitais; As papilas dérmicas, o suor humano; Técnicas básicas de revelações e seus princípios fundamentais (GONÇALVES, MOREIRA, 2021)

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES**EMENTA:**

Processo Administrativo; Investigação Preliminar; Sindicância; Inquérito Policial por desvio de conduta na Polícia Judiciária; Notificação; Defesa Prévia; Coleta de provas e fases do Indiciamento; Fase de Citação; Defesa e relatório final; Prazos.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

LIDERANÇA DE EQUIPES**EMENTA:**

A constituição e o delegado de polícia civil; Teorias de liderança: traço pessoal, estilo de líder, contingencial, centrada na figura do liderado; Liderança transformacional x liderança transacional; Características de um bom líder; Tipos de Líder na PCPR; Líderes específicos para os diferentes setores e unidades da PCPR.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

GESTÃO DE EQUIPES DE TRABALHO**EMENTA:**

Os grupos na Polícia Civil; A formação de equipes; Fases do trabalho em equipe; Razões para trabalhar em equipe; Eficácia e eficiência do trabalho em equipe; Barreiras ao trabalho em equipe; Vantagens e desvantagens do trabalho em equipe; Gestão de equipes; Motivação; Competências para trabalhar em equipe; Componentes da comunicação; Barreiras à comunicação.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

COMPLIANCE CRIMINAL**EMENTA:**

Conceito de compliance; Obrigações de compliance; Sistema de gestão de compliance; Estrutura de compliance; Vertentes de desenvolvimento de compliance; Compliance criminal; Código de ética e de conduta Policiais, procedimentos e controles internos; Investigações corporativas; Previsibilidade penal; Teoria geral do delito; Presunção de autoria; Compliance Anticorrupção e os Reflexos no Âmbito Criminal; Teoria das Provas e Meios de Obtenção; Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória; Crimes em Espécie; Direitos Humanos e Segurança Pública; Direito Penal e Direito Processual Penal Contemporâneo; Investigação Criminal; Criminologia da Macrodelinquência; Investigação Defensiva de Pessoas Físicas e Jurídicas; Direito Premial (Acordos de Não Persecução, delação e colaboração Premiada); Processo Judicial Eletrônico; Responsabilização administrativa; ISO 19600; Gestão de riscos e de conflitos; Análise de risco. (GRANCURSOS, PUCRS, 2022)

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

FINANÇAS PARA GESTORES**EMENTA:**

Conceitos Gerais de Finanças para Delegados; Gestor financeiro: funções e responsabilidades do Delegado;

Fundamentos financeiros do fundo rotativo; Estrutura básica do Fundo Rotativo; Valor do Fundo Rotativo; Distribuição do Fundo Rotativo; Lista de produtos permitidos pelo Fundo Rotativo; Grupo Auxiliar Financeiro; Fiscalização e controle externo e interno dos orçamentos; classificação, receitas originárias e receitas derivadas; Importância da contabilidade para a Unidade Policial; Conhecimento sobre fundamentos contábeis (balanço e DRE) e matemática financeira aplicada a finanças das Unidades Policiais; Habilidade para analisar a viabilidade financeira do fundo rotativo, utilizando práticas de cálculo VPL, payback, entre outras.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

RELATÓRIOS E ESTATÍSTICAS CRIMINAIS

EMENTA:

Conceitos; Mapeamento Criminal; Sistemas de Informação Geográfica; Tipos e produção de mapas; Funções e o uso do Mapeamento na Análise Criminal; Estatística; Séries; Regressão; Frequências; Probabilidade; Amostragem; Estimção; Medidas de tendência; Dispersão; Representações gráficas; Apresentação dos dados - as formas pelas quais as informações podem ser apresentadas estatisticamente; Ferramentas de análise criminal; O Sistema de Informações Geográficas – SIG.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

EMENTA:

O Direito Disciplinar e sua relação com os demais ramos do Direito; Legislação fundamental; Processo x Procedimento; Ato administrativo: competência, finalidade, forma, objetivo e objeto; Atributos do ato administrativo; Regime disciplinar: deveres, proibições e casos de demissão; Atos de improbidade administrativa; Das responsabilidades civil, penal e administrativa do servidor; Isenção de responsabilidade; Responsabilidade disciplinar: abrangência objetiva e subjetiva; Antecedentes do processo: do dever de representar e de apurar irregularidades; Princípios constitucionais; Princípios norteadores do processo administrativo disciplinar; Hipóteses de perda do cargo público; Abandono de cargo e a inassiduidade habitual; Condenação em PAD - Processo Administrativo Disciplinar; A condenação em processo criminal e a pena acessória; A omissão e a condescendência criminosa; Denúncia e representação; A determinação do fato objeto da apuração; O juízo de admissibilidade; A análise dos fatos e a escolha do procedimento adequado; Tipificação provável da irregularidade; Espécie de sanção aplicável; Estudo das prescrições administrativa e penal; Sistema de repressão disciplinar: meios apuratórios; Sindicância investigativa, acusatória, contraditória ou punitiva: objetivos e peculiaridades; Sindicância patrimonial: características; O TAC – Termo de Ajuste de Conduta; Fases da sindicância acusatória: do acolhimento da denúncia ou representação ao julgamento; O PAD - Processo Administrativo Disciplinar: due process of law; PAD, de rito sumário, e de rito ordinário; Natureza, objeto e cabimento; Falhas formais, irregularidades, ilegalidades e crimes; Fases do processo disciplinar: instauração, inquérito e julgamento; A comissão processante: impedimentos, suspeições, autonomia, independência, imparcialidade, sigilo, reuniões, autuação de peças, análise atenta dos fatos, indicição do acusado, expedição do mandado de citação e termo de indicição; Funções dos membros da comissão; Afastamento preventivo do servidor: natureza, finalidade, duração, remuneração, competência e motivação do pedido; O prazo de conclusão dos trabalhos apuratórios; A produção de provas; A orientação jurisprudencial; O importante papel das testemunhas; A defesa, a análise dos documentos, o relatório final e o julgamento; Penalidades decorrentes do PAD - Processo Administrativo Disciplinar; O contraditório e a ampla defesa. Garantias constitucionais de natureza penal; A 5ª Súmula Vinculante do STF; Acúmulo ilícito de cargos, empregos ou funções públicas; A jornada de trabalho permitida para o acúmulo lícito, de acordo com a orientação do STJ; Julgamento do processo pela autoridade competente. (IDEMP, 2022)

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CADEIA DE CUSTÓDIA

EMENTA:

Conceito; Legislação; Softwares; Verifact; Acondicionamento; Delegacias de polícia; Instituto de criminalista; Local de Crime; Técnicas; Lacre; Tramitação; Vestígios; Transporte; Recebimento; Processamento; Descarte; Contágio da Prova; Polícia Judiciária; Polícia Administrativa; Erros Comuns.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

FONÉTICA FORENSE

EMENTA:

Conceito; Ciências Forenses; Legislação; Gravação; Interceptação telefônica; Cadeia de Custódia; Transcrição de Áudios; Textualização de Áudios; Laudos, pareceres e relatórios técnicos; Fonética e Fonologia; Prosopografia; Identificação humana por sons; Instrumentos; Métodos aplicáveis à área; Linguística Forense; Morfologia; Fonética; Complexidade sintática; Ambiguidade léxico-gramatical, Coleta de evidências; Cadeia de custódia; Ferramentas tecnológicas; Interpretação de textos legais; Coleta de depoimentos; Falso testemunho; Falsa confissão; Trademark linguistics; Transcrição forense.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS GRUPOS VULNERÁVEIS

EMENTA:

Conceito; Grupos vulneráveis; Minorias; Pessoas idosas; Centros integrados de comando e controle; Atendimento policial as pessoas com deficiência; Atendimento a crianças e adolescentes; Lideranças; Polícia comunitária.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

FOTOGRAFIA APLICADA À IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA

EMENTA:

Conceito; Legislação; Tipos de fotografias; Fotografia de Bertillon; Fotografia judicial; Fotografia métrica; Fotografia em locais de crimes com e sem impressões digitais; Fotografia oficial; Fotografia pericial; Fotografia das impressões papilares; Fotografia dos poros; Comprovação de fatos e evidências; Identificação de indiciados e réus; Processos criminais.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

EMENTA:

Instituto de identificação do Paraná; Diretoria; Subdivisão administrativa; Subdivisão de processos e gestão documental; Subdivisão técnica; Subdivisão de operações e perícias; Subdivisão de identificação do interior; Subdivisão de identificação da capital, região metropolitana e litoral; Recursos humanos; Setor de informática.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

EMENTA:

Apresentação do regimento interno.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ABORDAGEM HISTÓRICA, SOCIAL E PSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA

EMENTA:

Ciências Humanas e Sociais e sua compreensão interdisciplinar acerca do fenômeno do crime e da violência; principais contribuições para uma compreensão mais aprofundada desses fenômenos; Fatores causais que levam a violência e o crime a modular a ação coletiva, os processos sociais e as disputas culturais das sociedades ocidentais; Conexões entre violência, crime e vida econômica, social e cultural.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

VIOLÊNCIA SEXUAL - COMPREENSÃO, IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO

EMENTA:

Fundamentos teóricos do estudo da violência sexual; Caracterização da violência sexual, violência de gênero e violência doméstica; Gênero, sexualidade, raça e classe; Gênero e violência na formação da sociedade brasileira; Segurança, Justiça, comunidade e rede ampliada de atendimento; A evolução da Legislação; Aspectos importantes no direito das vítimas; Garantias processuais; Violência sexual contra mulheres,

crianças, adolescentes e de gênero; Identificação da violência sexual em mulheres, crianças e adolescentes; O fenômeno psicológico na violência; Subjetividade, identidade e contexto social; Aspectos legais e éticos; Redes de atendimento e proteção às vítimas, familiares e agressores; Sinais do abuso; Família incestogênica; Tipos de abusadores; Padrões de atuação do pedófilo e do abusador; A violência sexual no âmbito da violência de gênero; Identidade de gênero, orientação sexual, diversidade de gênero e violência sexual; O ciclo da violência no casal; Abordagem policial e a escuta da vítima nos casos de violência sexual; A abordagem psicológica da violência sexual e o trabalho interdisciplinar; Consequências psíquicas da violência sexual; A escuta da vítima e da família; Revitimização; Atendimento não revitimizante; Instituições, organizações e a polícia civil; Delegacia da Mulher; NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes; Ação comunitária; A família nuclear e a violência doméstica; Considerações sobre o cenário brasileiro; A Violência e a violência doméstica; A política de atenção à criança e ao adolescente; A atividade da polícia civil na intervenção de crimes violentos; Violência e indicadores; Violência doméstica, sexual e psicológica; Direitos humanos das mulheres; Abordagem histórica sobre a atuação dos movimentos de mulheres; Representatividade feminina; Gênero e movimentos sociais; Feminicídios: as mortes violentas de mulheres em razão de gênero; Relações de gênero; Violência de gênero; Violência doméstica: conceito, ciclo da violência; Aspectos legais da violência doméstica; Lei Maria da Penha; As medidas protetivas em termos de cuidado/atenção à mulher; Delegacia da Mulher; Direitos, Políticas públicas e a rede de serviços; O papel da polícia e da sociedade civil; O atendimento ao Agressor.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ÉTICA, CIDADANIA, HIERARQUIA E DISCIPLINA

EMENTA:

Base filosófica e epistemológica; Valores organizacionais, sociais e pessoais; Papel do profissional da segurança pública na construção do Estado Democrático de Direito; Código de conduta para os encarregados da aplicação da lei (ONU); Códigos de ética e/ou regimento disciplinar; Artigo 5º da Constituição Federal; A polícia e o uso da força.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO AS DROGAS ILÍCITAS

EMENTA:

Classificação e efeitos no organismo; História; Legislação Brasileira; Dependência de substâncias de abuso; Gravidade da Dependência; Abordagens Psicossociais; Drogas Lícitas; Síndrome de abstinência; Álcool; Experimentação, uso, abuso; Dependência de drogas; Uso de drogas psicotrópicas; Aspectos socioculturais; Novas formas de pensar e enfrentar o problema as drogas; Meios de comunicação; Redução de danos; Políticas públicas; Legislações e políticas de saúde; Política nacional sobre drogas; Benzodiazepínicos; Overdose; Solventes e Inalantes; Nicotina; Drogas Ilícitas; Anfetamínicos; Anabolizantes.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ANÁLISE E MAPEAMENTO DE CENÁRIOS E RISCOS

EMENTA:

Análise de cenários e identificação de riscos; Pensamento estratégico; Ferramentas; Risco Operacional; identificação, avaliação, controle e revisão de riscos; Intervenção do profissional de Segurança Pública na análise de risco; Importância da análise de riscos; Cenários prospectivos na área de Segurança Pública; Vulnerabilidades, ameaças e riscos; Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças; Análise Preliminar de Riscos (APR); Análise dos Modos de Falhas e Efeitos (AMFE); Gerenciado os riscos; Tomada de decisão; planos de ação; Causas e efeitos; Matriz GUT; A metodologia 5W2H; Evento adverso; Papel da equipe.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

EMENTA:

Definições de investigação criminal; Criminalística e investigação criminal; Competência para investigação criminal; Equipamentos usados para investigações criminal; A Lógica da investigação criminal; O papel da medicina legal na investigação criminal; O papel dos peritos criminais na investigação criminal; O papel do instituto de identificação na investigação criminal; A produção de provas como elementos de informação;

Investigação na cena do crime; A preservação da cena do crime; Examinando a cena do crime; Fotografando local do crime; Provas e evidências da cena do crime; Análise do local do crime: Análise em espiral interna; Análise em espiral externa; Análise paralela; Análise em grade; Análise por zona (ou região); Coleta de DNA; Impressões digitais; “CAMPANA” nas investigações criminais; Estudo da vida pregressa de criminosos; Observação; Psicologia x sociopatias; Psicologia e psiquiatria; Crime isolado x crime serial; Cadeia de Markov e teoria bayesiana; Introdução a investigação de cyberbullying, pornografia infantil e suicídio induzido; Geoprocessamento; Espectroscopia de som; Investigação de dispositivos burros; Direito na internet x moral e ética; Análise de equipamentos automáticos e programáveis; A investigação criminal defensiva, Provimento nº 188/2018; Gerenciamento de áreas de risco; Investigação de crimes contra a vida, crimes cibernéticos, crimes financeiros, crimes contra o patrimônio, crimes de furtos e roubos de veículos; crimes de furtos e roubos; crimes de lavagem de dinheiro; crime de tráfico de drogas; crimes de desvio de cargas; crimes de colarinho branco; crimes de estelionato.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

DIREITOS HUMANOS (EAD)

Fundamento dos direitos humanos; Princípios e história dos direitos humanos; Os direitos Fundamentais e a CF/88; Os direitos à segurança pública e a educação; Tratados internacionais; Características dos direitos fundamentais; Cláusulas pétreas; Direitos e garantias individuais; Direito à vida; Princípio da isonomia; Noções e internacionalização dos direitos humanos; Percurso histórico; A criação da ONU; A Declaração Universal; Direitos Humanos no Brasil; Direitos humanos: definição; Livre manifestação do pensamento e direito de expressão; Direitos da personalidade; Direito de propriedade; Direito a segurança; Devido processo legal e contraditório e ampla defesa; Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada; Direitos civis; Os direitos civis e a Declaração Universal; Os direitos políticos e a Declaração Universal; Os direitos políticos; O Direito à Liberdade; Os direitos civis e a Constituição Federal; Os direitos políticos e a Constituição Federal; Direitos econômicos, sociais e culturais; Direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos; DHESCAS; DHESCAS e a Constituição Federal; Liberdade de crença e de religião; Princípios de interpretação; Destinatário dos direitos fundamentais; O papel do poder judiciário; O papel da polícia civil; Policiais civis; Princípio da proporcionalidade; Direito a democracia e ao desenvolvimento; Direitos humanos de solidariedade; Declaração de Viena de 1993; Direitos das mulheres; Direitos dos povos indígenas; Exercício dos direitos humanos; Políticas públicas de direitos humanos; Enfrentamento ao trabalho escravo e à tortura; Políticas para o registro civil de nascimento; Plano nacional de educação em direitos humanos; Promoção dos direitos da população em situação de rua; Liberdade de reunião e de associação; A pessoa jurídica como destinatária; Reserva do possível; Eutanásia; Abandono afetivo; Transfusão de sangue e testemunha de Jeová; Direitos humanos e segurança pública; Polícia e os direitos humanos; Os aspectos históricos da segurança pública em direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SEGURANÇA PÚBLICA (EAD)

EMENTA:

Sociologia e Aspectos da Segurança Pública; Teoria do Crime; Ciência jurídica e segurança pública; Introdução ao Estudo do Direito Penal; Aspectos Processuais Penais; Crimes contra a Incolumidade, Paz e Fé Pública; Crimes contra a Administração da Justiça; Introdução ao Direito Constitucional; Fundamentos Essenciais de Direito Administrativo; Crimes contra a Administração Pública; Abuso de Autoridade; Terrorismo; Tortura; Hediondez; Técnicas modernas de investigação; Emprego de algemas e uso da força; Teoria dos Jogos e Segurança Pública; Produção qualificada de provas na fase policial; Investigação de autoridades com foro especial; Investigação Defensiva; Direitos Humanos e Segurança Pública; Segurança Pública e Tratados Internacionais; Segurança Pública e Controle de Constitucionalidade; Teoria dos jogos na investigação criminal; Ciências Criminais e Atividade Policial; Estudos da violência e da criminalidade; Modelos e instituições de segurança pública; Técnicas e procedimentos operacionais; Dados criminais na gestão da segurança pública; Gestão e mapeamento de risco; Políticas de segurança pública; Justiça negociada: acordo de não persecução penal; Provas na persecução criminal; Crimes contra a ordem tributária; Políticas públicas de enfrentamento à micro e macrocriminalidade organizada e criminalidade estrutural;

Defesa na investigação criminal; Prisões; Judiciário e Polícias no combate à criminalidade; Modelo brasileiro de segurança pública; Tutela difusa da segurança pública; Investigação de Crimes de Colarinho Branco; Cooperação internacional; Integração policial.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INQUÉRITOS POLÍCIAS

EMENTA:

Legislação pertinente; Procedimento; Definição e conceitos do inquérito policial; A Polícia Judiciária; As infrações penais no cerne do inquérito policial; Poder de Polícia: elemento imprescindível na investigação criminal; Notitia criminis, delatio criminis e queixa crime; Métodos que iniciam o inquérito policial; A efetividade do inquérito policial na apuração de infrações de menor potencial ofensivo; Características do inquérito policial; Valor probatório do inquérito; A finalidade do inquérito policial; Investigações criminais conduzidas por integrantes do ministério público; Natureza jurídica e finalidades; Presidência do inquérito policial; Suspeição e Circunscrição da Autoridade Policial; Identificação Criminal; Indiciamento; Sujeito passivo; Desindiciamento e prazo; Técnicas de elaboração do inquérito policial; Técnicas para requisitar: perícias, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos; Técnicas de como requerer ao juiz interceptação telefônica e captações ambientais; Como representar pela prisão preventiva e temporária; Como representar pelo sequestro de bens oriundos de infrações penais; Medidas cautelares no âmbito do inquérito policial; Relatório; Providências do MP e Arquivamento.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

IDENTIFICAÇÃO DE VÍTIMAS DE DESASTRES

EMENTA:

Desastres; Eventos catastróficos; Odontologia legal; Instituto de identificação; Perícia necropapiloscópica; Lógica da identificação de corpos; Técnicas e Protocolos; Vestígios; Identidade e Identificação das vítimas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA, APREENSÃO E PRISÃO - PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E PÓS- EXECUÇÃO

EMENTA:

Legislação; Jurisprudência; Requisitos jurídicos; Limites objetivo e subjetivo; Horários; Abuso de autoridade; Execução dos mandados de prisão e busca e apreensão; Briefing; Planejamento prévio ao cumprimento dos mandados; Mapeamento da área; Endereços do alvo; Perfil dos alvos; Riscos da operação; Operacionalidade do cumprimento dos mandados; Formação das equipes; Uso de códigos entre agentes; Controle da área ao redor do imóvel; Tipo de mandado e de alvos; O alvo; Uso de força física; Uso de algemas; IML; Objetos de busca; Acondicionamento de matérias coletados; Testemunhas; Materiais apreendidos; Fechamento dos malotes; Coleta de material de informática; Equipamentos eletrônicos e senhas de acesso; Debriefing pós operação; Documentação da operação e relatório final.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE CRISES

EMENTA:

Legislação Federal; Legislação Estadual; Característica da crise; Conceito de gerenciamento de crise; Princípios Básicos; Critérios de ação; Importância do estudo e treinamento em gerenciamento de crises; Gerenciamento de Crises; Objetivos do Gerenciamento de Crises; Competência Legal para o Gerenciamento de Crises; Instância Política no Gerenciamento de Crise; Fases do Gerenciamento de Crises; Elementos Essenciais que Integram o Gerenciamento de Crises; Não-Adoção das Técnicas de Gerenciamento de Crises; Classificação dos Graus de Risco ou Ameaça; Imprevisibilidade; Compreensão de tempo (urgência); Ameaça de vida; Necessidade de postura organizacional não-rotineira; Necessidade de planejamento analítico especial; Preservar vidas; Aplicar a Lei; Validade do Risco; Níveis de Respostas; Elementos Essenciais de Informações; Elementos de Apoio; Elementos de Assessoria; Fontes de informações; Tipologia dos causadores de eventos críticos; Criminoso Profissional; O Emocionalmente Perturbado; Os Fanáticos; A fase da confrontação: pré-confrontação (ou preparo); Resposta Imediata; Conter; Isolar; Negociar (Estabilizar); Plano específico; A resolução com a execução do plano específico; Estratégia de Negociação; Estratégia Tática; Síndrome de

Estocolmo; A Negociação; A Negociação como Opção Tática; O negociador e seu papel; ; Características e utilização tática do negociador; O Negociador não-Policial; O negociador improvisado; A substituição do negociador; Resolução; Organização do posto de comando; Comandante da Cena de Ação; Comandante do Teatro de Operações e Negociador; Grupo de Ação Direta; Grupo Tático; Grupo de Negociação; Grupo de Vigilância Técnica; Grupo de Inteligência; Estudos de Casos; O Gerenciamento; Ações Desfavoráveis; Posicionamento dos Atiradores de Precisão; A Personalidade do Criminoso; Isolamento do Polígono do Evento; Perímetros táticos; Estrutura da equipe de resposta às crises; As ações operacionais essenciais; Assalto com tomada de reféns; Sequestro de pessoas; Rebelião em presídios; Assalto a banco com reféns; Ameaça de bombas; Atos terroristas; Sequestro de aeronaves; O ritual de rendição.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE DESASTRES

EMENTA:

Gestão de desastres; O que é um desastre; Gestão integrada de desastres; Desastres como situações críticas; Princípios da gestão dos desastres; A primeira resposta e o período inicial; Chegada ao local do incidente; Assumir e estabelecer o Comando; Avaliar a situação; Estabelecer um perímetro de segurança; Estabelecer os objetivos; Determinar as estratégias; Determinar recursos e instalações; Preparar as informações para transferir o comando; Terminologia Comum; Plano de Ação do Incidente; Cadeia de Comando; Comando Unificado; Comandante do Incidente; Planejamento; Os eixos alinhadores da gestão dos desastres; O sistema integrado de informações sobre desastres - S2ID; Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD; Sistema Comando de Operações – SCO; Alerta e alarme para a comunidade; Informar constantemente sobre o evento; Acolher e socorrer a população vulnerável.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

EMENTA:

Conceituar conflito e resolução pacífica de conflitos; Identificar situações de conflito e buscar alternativas conjuntas de solução; Caracterizar as ADRs: arbitragem, negociação, conciliação e mediação; Mediação de conflito em conjunto com a comunidade; Reconhecer que as ADRs contribuem para a cidadania; Transformação e contenção da escalada dos conflitos; Conflitos interpessoais e sua origem; Ecloração em episódios de violência e de crime; Profissionais da área de Segurança Pública; Importância dos policiais nas ações de prevenção, mediação e resolução de conflito.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

COMBATE A INCÊNDIO

EMENTA:

Conceito; Legislação; NR23 E NBR; Teoria do fogo; Classes; Técnicas extintoras; Policial na prevenção e combate a incêndios nas unidades; Equipamentos fixos e móveis de combate ao incêndio; Elaboração de projetos; Identificar saídas de emergência; Reserva técnica de incêndio.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTERVENÇÕES EM AMBIENTES CARCERÁRIOS

EMENTA:

Conceito; Legislação; Gerenciamento de crises em estabelecimentos de privação de liberdade; Primeira intervenção; Princípios; Uso de força; Avaliação de cenário; Fases; Evento crítico; Medidas adotadas: ante e pós; Fase analítica; Equipamentos necessários; Formação de equipe; Negociação.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

REBELIÕES EM DELEGACIAS

EMENTA:

Crerios de ação; Planejamento; Legislação; Combate em recinto fechado; Uso de escudo; Técnicas de contenção; Granadas de efeito; Planejamento; Invasão tática; Perigo imediato; Postura; Controle de área; verbalização; varreduras; entradas; feridos; Resgate; Intervenção policial; Cerco; Negociação.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

COMBATE DESARMADO	
<p>EMENTA: Conceito; Legislação; Retenção de arma; Ataques: frontal, latera, por trás; Desarmamento; Algemação; Condução; Prevenção da ameaça; Antecipação da ameaça; Técnicas de lutas; Técnicas de imobilização.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>	
COMBATE DESARMADO EM AMBIENTE CARCERÁRIO	
<p>EMENTA: Conceito; Revisão da Legislação; Uso de escudo; Planejamento; Observação do ambiente; Pontos cegos; Condutas no ambiente carcerário; Código de ética dos presos; Facções; Prevenção da ameaça; Antecipação da ameaça; Técnicas de lutas; Técnicas de imobilização.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>	
COMBATE DESARMADO EM RECINTO FECHADO	
<p>EMENTA: Conceito; Revisão da Legislação; Anatomia dos pontos fracos; Técnicas de soco; Técnicas de chute; Técnicas de imobilização; Uso progressivo da força; uso de objetos para controlar a situação; Algemamento.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>	
COMBATE EM RECINTOS FECHADOS E EM BAIXA LUMINOSIDADE	
<p>EMENTA: Conceito; Revisão da Legislação; Anatomia dos pontos fracos; Uso de lanterna; Técnicas de soco; Técnicas de chute; Técnicas de imobilização; Uso progressivo da força; uso de objetos para controlar a situação; Algemamento.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>	
INTRODUÇÃO AO LEVANTAMENTO DE LOCAL DE CRIME	
<p>EMENTA: Conceito; Legislação; Locais de crime; Indícios materiais; Vestígios; Marcas e impressões; Fragmentos de pele; Manchas de sangue; sinais de luta; Ferramentas; Relatórios.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>	
ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME	
<p>EMENTA: Conceito; Técnicas de isolamento; Matérias usados; Acionamento da Perícia; Croqui; Fotografias; Relatório.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>	
PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PROVA	
<p>EMENTA: Conceito; Legislação; Processo criminal; Provas materiais; Provas subjetivas; Técnicas de isolamento de locais de crime; Procedimentos; Coleta; Manuseio; Preservação das provas; relatórios.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>	
MAPEAMENTO DE CENÁRIOS	
<p>EMENTA: Conceito; Legislação; Análise de Cenários; Análise de Cenários da polícia civil; Análise de Cenários e análise SWOT; Planejamento estratégico da organização; Planejamento estratégico da unidade; Equipes multidisciplinares; Os Cenários Futuros; Influências Políticas, Ambientais, Sociais, Tecnológicas, Econômicas e Legais; Nomear Cenários; Elaboração de Cenários: polícia civil e polícia militar; Elaboração de Cenários: polícia civil e guarda municipal; Cenários improváveis; Monitoramento.</p>	

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

MAPEAMENTO DE CENÁRIOS II - POLÍCIA CIVIL

EMENTA:

Revisão; Identificação; Diagnóstico; Medidas: proativas, pré-ativas, reativas; Cenários Prospectivos; Indicadores; Alinhamento Estratégico; Tipos de abordagens; Método Grumbach; Interpretação de Cenários; Parcerias Estratégicas; Teoria dos Jogos; Cenário Alvo; Inteligência Estratégica; Priorização; Orçamento; Plano Estratégico: revisão, atualização; Mapa Estratégico (Balanced Scorecard – BSC); Ciclo de Inteligência.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PROVA

EMENTA:

Conceito; Legislação; Processo criminal; Provas materiais; Provas subjetivas; Técnicas de isolamento de locais de crime; Procedimentos; Coleta; Manuseio; Preservação das provas; relatórios.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

GENÉTICA MOLECULAR FORENSE

EMENTA:

Conceito; Legislação; Como realizar a coleta quando não há perito; Investigação por exames de DNA; DNA forense; Perfil do DNA; Principais áreas de investigação da genética forense; Rede integrada de banco de perfis genéticos (RIBPG); Banco nacional de perfis genéticos (BNPG); Marcadores e técnicas moleculares utilizados na área forense; Softwares e análises estatísticas aplicadas à genotipagem; Como solicitar os quesitos de investigação; Relatório realizado pela polícia civil.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ACIDENTES DE TRÂNSITO

EMENTA:

Legislação; Jurisprudência; Histórico e conceitos da hipnose; Hipnose forense; Possíveis riscos; Benefícios; Aplicação da hipnose forense pelo instituto de criminalística do Paraná; Hipnose forense como meio de prova; Provas obtidas: provas lícitas, ilícitas, derivada, parcial e pericial; A legalidade da prova testemunhal; Hipnose e seus reflexos na investigação criminal; Princípios do direito penal e processual penal aplicado na hipnose forense.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO A GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA

EMENTA:

A liderança; Motivação; Conflitos; A comunicação; Negociação; O histórico das relações de trabalho e contexto atual; O perfil do gestor de pessoas; Subsistemas de gestão de pessoas: aplicação, colocação, desenvolvimento, manutenção e controle, benefícios; Qualidade de vida no trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

DEFESA PESSOAL POLICIAL

EMENTA:

Introdução a Legislação; Legítima defesa própria e de terceiros; Pontos vulneráveis: Corpo humano; Bases e golpes traumáticos; Tipos de bases; Deslocamentos e voltas; Formas de ataque e técnica de golpes traumáticos; Educativos de quedas; Técnicas de projeções; Técnicas de estrangulamentos, forçamentos de articulações e de domínio; Defesa contra agressões a mãos livres; Defesa contra agressões a mão armada: Defesa contra adversários armados com faca, defesa contra ataques com objetos na cabeça, Defesa contra saque de arma, Defesa contra arma apontada para o corpo; defesa contra armas brancas, Defesa de estrangulamento; Defesa contra múltiplos agressores; Técnicas especiais: Uso de objetos comuns na defesa pessoal, Uso da Faca, Uso do Bastão, Uso de Bastão Retrátil, Uso de Spray, Uso de Kubaton, Uso de Push Dagger; Técnicas de Combate: Técnicas de ataque e defesa, imobilizações em pé, imobilização no chão; Técnicas de comportamento diante a situação de agressão; Combate desarmado; Noções de confronto com lâminas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

NUTRIÇÃO APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA

EMENTA:

Princípios da alimentação e nutrição; Necessidades dietéticas recomendadas para policiais plantonistas, que fazem expediente, ou policiais saudáveis, esportistas ou atletas; Diretrizes para uma alimentação adequada de acordo com a carga horária policial; Princípios nutritivos na alimentação e nutrição humana; Alimentos e suplementos alimentares em atividades físicas. Estado nutricional e capacidade física; Dietas e atividade física; Patologias nutricionais em policiais.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PRIMEIROS SOCORROS

EMENTA:

Primeiros Socorros: caracterização, funções, aspectos fundamentais; Acidentes: características e tipologia; Emergências: gravidade da lesão e condição da vítima; cuidados gerais e preliminares; Hemorragias; Ferimentos: superficiais e profundos na cabeça; fraturas e luxações; Métodos de Respiração; Parada Respiratória; Massagem Cardíaca; Envenenamentos; Corpos estranhos; Picadas de Insetos e de Cobras; Lesões na Coluna Vertebral; Estado de Choque; Queimaduras; Transporte de Acidentados; Ressuscitação cardiopulmonar(RCP) adulto e pediátrico; Atendimento inicial a vítima - mecanismo de trauma; infarto agudo do miocárdio.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TREINAMENTO FÍSICO

EMENTA:

Conceitos e características gerais do treinamento físico policial; Princípios do treinamento desportivo; Flexibilidade e Força; Resistência aeróbia e anaeróbia; Coordenação e Equilíbrio; Agilidade e Velocidade; Qualidades físicas intervenientes na performance e na saúde; Métodos de treinamento; Avaliação da carga de treino, Planejamento do treinamento; Periodização do treinamento. Exercícios aeróbicos e suas variações. Exercícios funcionais diversos. A biotipologia.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CICLO DE PALESTRAS: DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS

EMENTA:

Conceito; Tipos de doenças; Doenças mais comuns nas delegacias; Formas de evitar o contágio; Vírus; Bactérias; Fungos; Parasitas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CICLO DE PALESTRAS: SUICÍDIO

EMENTA:

Definido pelo palestrante.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CICLO DE PALESTRAS: BURNOUT EM POLICIAIS

EMENTA:

Definido pelo palestrante.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CRIMES SEXUAIS

EMENTA:

Conceito; Legislação; Tipos de crime; Primeiro Atendimento; Boletim de Ocorrência; Revitimização.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

VIOLÊNCIA SEXUAL

EMENTA:

Conceito; Legislação; Violência sexual; Redes de atendimento; Proteção às vítimas; Proteção aos familiares; Sinais do abuso: crianças, adolescentes, mulheres, idosos; identidade de gênero; Tipos de violência; Tipos de abusadores; Relacionamento agressor-vítima; Psicopatologia; Escuta especializada; Violência de gênero; Identidade de gênero; Orientação sexual; Diversidade de gênero e violência sexual.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TÉCNICAS DE IMOBILIZAÇÃO

EMENTA:

Saber cair; Trocar em pé; Reter a guarda; Defender finalizações; Sair de finalizações mal encaixadas; Imobilizar; finalizar; Hara gatame, Ude garami, Kanunki gatame, Ashi garami, Ashi gatame, Juji gatame; Imobilizações com armas; Domínio das articulações; Técnicas de Algemamento; Uso progressivo da força.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TÉCNICAS DE ALGEMAMENTO E CONDUÇÃO

EMENTA:

Conceito; Legislação; Técnicas de condução: individual e em dupla; Técnicas de uso de algemas; Condução; Imobilização individual; Imobilização em dupla; Técnicas de transporte em viaturas; Técnicas de imobilização usando veículos.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CICLO DE PALESTRA - TÁTICAS DE NEUTRALIZAÇÃO

EMENTA:

Definido pelo palestrante.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

DNA - ABORDAGEM NA INVESTIGAÇÃO

EMENTA:

Conceito; Legislação; Uso do DNA como prova; Como coletar; Armazenado; Banco de DNA; Solicitação de inclusão.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ROTEIRO DE AUDIÊNCIAS

EMENTA:

Conceito; Legislação; Condução do custodiado; Sala de audiências; Videoconferência; Apresentação da autoridade policial; Direito de permanecer em silêncio; Advogados; Fluxogramas; Perguntas: réu, condutor, vítima; OBS.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E MÍDIA

EMENTA:

Compreender o histórico da comunicação organizacional; Surgimento e desenvolvimento; Entender melhor as principais características dos meios de comunicação interna e externa; Conhecer como funciona a imprensa, desde a pauta até a notícia ir ao ar ou ser publicada; O funcionamento dos veículos de comunicação; Discutir a internet e as redes sociais; Oportunidades e riscos; Como administrar a comunicação na era de Fake News; Estudar um projeto real de comunicação organizacional; Mídias sociais; Impacto das mídias sociais na polícia.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SIGILO

EMENTA:

Legislação; Normativas da PCPR; Sistema que possuem sigilo; Sigilo nas investigações e no inquérito

policial; Corregedoria e sigilo; Sigilo funcional.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

IDENTIFICAÇÃO DE MOEDA

EMENTA:

Código penal; Classificação doutrinária; Objetos jurídico e material; Sujeito do delito; Polícia civil e Polícia federal; Elementos de segurança da nota de papel; Elementos de segurança da nota de plástico; Marca-d'Água; Fio de Segurança; Alto-Relevo; Quebra-Cabeça; Número Escondido; Elementos Fluorescentes; Faixa Holográfica; Primeira e segunda família do Real; Procedimentos em caso de nota ou moeda suspeita de falsificação; Falsificação de moedas estrangeiras em circulação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

EMENTA:

Lei 12.850/13; Diferenças entre organização criminosa e associação criminosa; Tipo penal de organização criminosa; Meios de obtenção de prova; Crimes em espécie; Marco Legal das Organizações Criminosas; Noções históricas; Conceito; Características das organizações criminosas; Delitos praticados pelas Organizações Criminosas; Distinção dos conceitos de organização criminosa; Associações criminosas e coautoria; Jurisprudências; Máfias; Facções Criminosas; Lavagem de Valores; Conceito e principais aspectos; Etapas da lavagem de dinheiro; Lei nº 9.613/98; Principais tipologias; A relação entre o crime antecedente e o crime de lavagem de dinheiro; Princípio da autonomia das instruções; Princípio da acessoriedade material limitada; Sequestro e confisco de bens; Recuperação de Ativos; Principais Meios de investigação criminal; Infiltração de agentes; Interceptação telefônica e ambiental; Interceptação telefônica e telemática; Interceptação ambiental; Colaboração Premiada e Proteção de Vítimas e Testemunhas; Colaboração premiada principais aspectos e questões polêmicas; Modelo de Termo de Acordo; Proteção de vítimas e testemunhas; Quebra de sigilo fiscal e bancário; Ação Controlada e Acesso a Dados e Registros (MPSP, 2022).

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PLANEJAMENTO TÁTICO OPERACIONAL E ESTRATÉGICO

EMENTA:

Definição; Direito e segurança pública; Diagnósticos; Planejamento estratégico; Planejamento operacional; Planejamento tático; Policiamento orientado para a solução de problemas (POSP); Policiamento orientado para o problema (POP); S.A.R.A; Polícia civil e o patrulhamento tático; Análise de riscos; Antecipar os problemas; matriz SWOT; Polícia civil do Paraná: pontos fortes, pontos fracos; Ameaças e riscos a PCPR; Implementação; Controle e avaliação.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INFORMÁTICA FORENSE

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO AO SISTEMA INFORMATIZADO DE ATIVIDADES CARTORÁRIAS

EMENTA:

Conceito; Legislação; SESP-intranet; Projudi; Sistema de polícia judiciária; outros sistemas; Medidas Protetivas de Urgência.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PRÁTICA DE UTILIZAÇÃO DO AUDIOVISUAL

EMENTA:

Conceito; Legislação; Equipamentos; Softwares; Oitivas: ofendido, testemunha, acusado; Flagrantes; Montagem de sala de audiovisual; Princípios; Erros comuns; Delegado; Investigador; Escrivã; Situações diversas; Compactação de vídeos; Divisão de vídeos; backup; anexação no sistema de polícia judiciária; Grupos especiais: crianças, idosos, violência doméstica.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TÉCNICAS DE VIDEOCONFERÊNCIA NA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ**EMENTA:**

Conceito; Tecnologias; Trabalho remoto; Reuniões virtuais; Ferramentas; Plataformas: Zoom; Meetings; Skype; Meet; Microsoft Teams; webconferência Celepar, WhatsApp; Planejamento; Depoimentos; Polícia civil e judiciário.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

WEBMAIL EXPRESSO**EMENTA:**

Introdução; Utilizando o Expresso: ler mensagens, apagar mensagens, mensagem lida/não lida, mensagem importante/Normal; Ocultar destinatários; Assinaturas; Imprimir mensagens; Filtros; Regras; Manipular pastas; Workflow; Calendário; Lista de Contatos; Login; Expresso mail; Agenda; Catalogo; Messenger.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

VERIFACT**EMENTA:**

Apresentação; Legislação; Validade Jurídica; Metadados; Relatórios; Cadeia de custódia; Validação; Fraudes; Coleta; Preservação; Perícia posterior; ISO 27037:2013; Efetividade; Acondicionamento; Provas digitais.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ANÁLISE GEOCRIMINAL (CAPEGEO)**EMENTA:**

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ANÁLISE GEOCRIMINAL (BI)**EMENTA:**

Conceito de BI; análise geocriminal; Análise de múltiplas fontes; Excel; CSV; Google analytics; CRM; Sincronização automática; Painéis dinâmicos; Fundamentos; Tratamento de dados; Mineração de dados; Estatísticas; BI orientado para Polícia civil; BI orientado para Unidade policial; Monitoramento de resultados; Performance operacional da Unidade; Performance estratégica na Unidade; Formulas DAX; Análise de métricas; Avaliação de desempenho; Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e BrOffice); Dashboard.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

GESTÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**EMENTA:**

Conceito; Legislação; Princípios; Conceitos norteadores; Proteção de dados; Proteção de conhecimento; Compartilhamento; Compartimentalização; Utilização de tecnologias; Técnicas de busca; Armazenamento; Coleta; Extração; Processamento; Delimitação; Mapeamento; Formulação de relatórios; Consulta e análise de dados; Mudanças sociais; Atividade policial; Vantagens e desvantagens; Open source; segurança da informação no mundo da segurança pública; Vulnerabilidades; Riscos; Ameaças; Ataques virtuais; Acesso à informação; Códigos criptografados; Integridade das informações; Computação em nuvem; Políticas de Segurança da Informação.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA

EMENTA: Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
TCIP E BOLETIM CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA/AUTO DE APREENSÃO EM FLAGRANTE POR ATO INFRACIONAL
EMENTA: Conceito; Legislação; Audiovisual; Sistemas; Ferramentas; Procedimentos; Delegacias especializadas; Delegacias comum; Defensoria; Promotoria; Juizado.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
INTRODUÇÃO DO GERENCIAMENTO DE PRESOS
EMENTA: Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
SISTEMAS INFORMATIZADOS
EMENTA: Histórico da tecnologia da informação; Tecnologia da informação versus sistemas informatizados; Dados, informação; Conhecimento; Redes de computadores; Sistemas de informação aplicados à segurança pública; Sistemas de informações: conceito e tipologia; Inserção; Consultas de dados; Sistemas nacionais; Sistemas estaduais; Produção de conhecimento a partir dos dados consultados; Integração de sistemas; Gerenciamento dos serviços de tecnologia; Conceitos básicos; Sistema computacional: hardware, software e peopleware; Internet e intranet; Sesp-Intranet.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
INTRODUÇÃO AO LINUX
EMENTA: Introdução ao Linux; Introdução ao sistema da Polícia Civil; Coordenação de Informática; Evolução do Linux no serviço público; Principais aplicativos de código aberto usados pela PCPR; Software de código aberto e licenciamento na PCPR; Noções básicas de linha de comando; Usando a linha de comando para obter ajuda; Usando diretórios e arquivos de listagem; Criando, movendo e excluindo arquivos; O poder da linha de comando; Arquivando arquivos na linha de comando; Pesquisando e Extraindo Dados de Arquivos; Segurança e permissões de arquivo; Segurança Básica e Identificação de Tipos de Usuário; Como o Linux trabalha com permissões; Resolvendo problemas.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
SISTEMA DE INTRANET
EMENTA: Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
DEEP/DARK WEB

EMENTA:

Conceitos gerais; Protocolo de Internet; Conceito de Surface Web, Deep Web, DarkWeb e Redes Ponto a Ponto; Diferença entre: Surface Web, Deep Web, DarkWeb e Redes Ponto a Ponto; Principais redes da Deep Web; A Rede Tor: conceito, estrutura e funcionamento; Tor Browser: instalação, funcionamento e configuração; Principais tráfegos de dados ilegais na rede TOR; Coleta de dados na rede Tor; Outras redes: I2P, Freenet e Zerone; Encontrar Links e Navegar de Maneira Segura na Deep Web; Entender o Protocolo Onion; Aprenda a pesquisar anonimamente na Deep Web.; Comece a usar o sistema operacional Tails; Configurar o Tor com uma VPN ou Tor Bridges; Envie comunicação através do Tails usando criptografia OpenPGP; Tumblers; Exit nodes; Mercados de drogas, terrorismo, crimes financeiros, Processo passo a passo; Rastreadores Tor; Mantendo sua identidade segura e protegida.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

VÍRUS**EMENTA:**

Conceito; História; Computação forense; Vírus de Boot; Worm; Botnets; Deface; Hijacker; Rootkit; Sniffer; Backdoor; Hoax; Keylogger; Vírus de windows; Vírus de linux; Análise; criação; Ferramentas de detecção.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

FERRAMENTAS INVESTIGATIVAS LINUX**EMENTA:**

Devido ao caráter desses sistemas, e por serem utilizados pela PCPR para resolução de crimes, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO AS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO**EMENTA:**

Aspectos conceituais; Princípios fundamentais; Fundamentos legais da Investigação Criminal; A lógica aplicada à investigação criminal; Perfil Profissional do Investigador; Valorização da prova; Custódia da prova; Subjetividade; Planejamento da investigação criminal; Coleta e análise de dados; Elaboração do relatório de investigação; Encadeamento lógico dentro do Inquérito Policial.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TÉCNICAS DE ENTREVISTA**EMENTA:**

Devido ao caráter, e por serem utilizados pela PCPR para resolução de crimes, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS**EMENTA:**

Conceito; Normativas; Estrutura; Normal culta; Norma Jurídica; Tipos de relatórios; Relatório Técnico; Relatório de investigação; Relatório de análise de vídeos e imagens; Relatório de buscas e apreensões; Relatórios policiais, Relatórios de fotografias de local de crime; Relatórios de ocorrências/ Relatórios de plantão.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA**EMENTA:**

Conceito; Legislação; Coleta de Provas; Interceptação com meio de prova; Contaminação da prova; Interceptação: telefônica, telemática e de informática; Técnicas; Ferramentas; Softwares; Interceptação de aplicativos; Interceptação de comunicadores; Provedores de internet; Interceptação de e-mails; Plataformas de

mídia; Coleta de dados; Análise de dados de dispositivos móveis; Dados em nuvem; Criptografia ponta a ponta; Transcrição; Relatórios.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTELIGÊNCIA POLICIAL

EMENTA:

Devido ao caráter dos sistemas, e por serem utilizados pela PCPR para resolução de crimes, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA - ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

EMENTA:

Conceito; Português Instrumental; Elementos: pré-textuais, textuais e pós-textuais; Técnicas de escrita; Relatórios de atividades; Relatórios de investigação; Relatórios de plantão; Destinatário.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ATENDIMENTO A IMPRENSA

EMENTA:

Comunicação integrada; Planejamento de comunicação; Relacionamento com a mídia; Propaganda institucional; Gestão de conteúdo nas mídias sociais; Identidade, imagem e reputação do delegado; Ferramentas de apoio na comunicação com a imprensa; Relacionamento com a imprensa; Entrevistas Coletivas e Individuais; Identificação da instituição PCPR nas coletivas; Media Training; Fortalecimento da confiabilidade, reputação e credibilidade; Dicas e técnicas para uma boa entrevista na TV; Palavras-chaves para uma melhor performance.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SISTEMAS INFORMATIZADOS - DELEGADOS

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - APRESENTADA PELO DOCENTE

SISTEMA DE PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA ELETRÔNICO

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

OITIVA POR VIDEOCONFERÊNCIA

EMENTA:

Legislação; Definição; Função da Autoridade Policial nos flagrantes por videoconferência; Oitivas digitais na Unidade Policial; Ritos e procedimentos do delegado na autuação do flagrante por videoconferência; Sistema de Procedimentos de Polícia Judiciária Eletrônico; Projudi; Equipamentos utilizados para videoconferência; Como montar uma sala de audiência na Unidade policial; Equipamentos de gravação: Avers; Webcams e outros; OBS Studio e outros softwares de gravação.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INFORMÁTICA FORENSE

EMENTA:

Conceito; Legislação; Mandado de Busca e apreensão; Análise e Gerenciamento de Redes; Arquitetura de computadores; Ataques cibernéticos; Atividades Complementares; Centros de Segurança Cibernética e Equipes de Resposta ao Incidente; Ciberespaço; Conceitos de Administração e Gestão aplicados à Defesa Cibernética; Criptografia e Engenharia Reversa; Direito, Ética e Política aplicados à Defesa Cibernética; Eletroeletrônica Aplicada; Engenharia de Sistemas de Segurança e Aplicações de Inteligência Artificial; Estatística Aplicada; Estrutura e Equipamentos de Redes; Gerenciamento e Aplicações de Bancos de Dados; Guerra Eletrônica e Guerra Cibernética; Integração ao ambiente EAD e metodologia de estudos; Interpretação

de normas técnicas e redação técnica e científica; Laboratório de Humanidades – Cultura, Sociedade e Questões Ambientais; Laboratório de Humanidades – Direitos Humanos e Questões Étnico-raciais; Lógica de programação; Metodologia Forense aplicada às provas digitais; Novas Tecnologias e suas Aplicações; Operação de datacenters e Governança de TI; Optativa; Projetos Integradores; Telecomunicações e Inteligência de sinais; Virtualização de Tecnologias.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SISTEMAS DE INVESTIGAÇÕES

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SIGEP

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SARID - SERVIÇO DE ANÁLISE, REGULARIZAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

EMENTA:

Apresentação do setor; Atribuições do setor; Princípios; Competências; Organização do setor; Orientação; Coordenação; Supervisão; Análise documental; Regularização e Investigação Documental.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

EMISSÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE

EMENTA:

Conceito; Legislação; Solicitação; Sistemas informatizados do IIPR; Fotografia; Coleta de impressões.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ATIVIDADES CARTORÁRIAS

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PRÁTICA CARTORÁRIA

EMENTA:

Conceituar os termos utilizados em estatística como: população, amostra, amostragem, variáveis, etc. Ler e analisar os resultados estatísticos na área de Segurança Pública. Estabelecer relações entre os dados coletados como: números, frequências, índices, regressão linear, intervalos de confiança, etc. Organizar os dados em tabelas e gráficos, buscando indicadores como: média, moda, mediana, desvio padrão, etc. Reconhecer a importância do estudo estatístico para o melhor conhecimento da realidade e tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

FUNDAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA

EMENTA:

Conceitos; Legislação; Impressões digitais; Sistema de Vucetich; História da papiloscopia; Divisões da papiloscopia; Perito criminal x papiloscopista; Papiloscopia policial; Papiloscopia e necropapiloscopia; Perícias em locais de crime; Nova Lei da Identificação Criminal; A finalidade do processo de identificação humana; Os fundamentos legais sobre o uso da papiloscopia; Técnicas de Perícia Papiloscópica; Estrutura da pele; Anatomia: pele e papilas; Tipos de impressões em locais de crime; Prática em identificação; Conhecendo uma impressão digital; Pontos característicos adotados pelo INI; Lei nº 12.037/2009; Lei nº 9.454/1997; Lei nº 7.116/1983; Gênero, raça, idade, estatura, malformações, sinais profissionais, sinais individuais, tatuagens; Identidade policial e judiciária; Bertiolagem; Retrato falado; Fotografia sinalética; O processo de identificação; Conceito de identificação; Datiloscopia; Impressões plantares e palmares. Classificação das impressões digitais e arquivamento; Outros sistemas de identificação; Composição química das impressões digitais; As papilas dérmicas, o suor humano; Técnicas básicas de revelações e seus princípios fundamentais.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ENGENHARIA LEGAL**EMENTA:**

Compreender o processo criminal; Fase inicial na cena do crime; Utilização das provas materiais; Utilização de provas subjetivas; Fase final: Poder Judiciário; Utilizar técnicas de isolamento de locais de crime; Procedimentos requeridos para uma correta preservação das provas; Produção de provas; Garantia dos Direitos Individuais; Proteção dos Direitos Humanos; Combate à impunidade; Conduta cena do crime.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

A POLÍCIA CIVIL E AS COMUNIDADES VULNERÁVEIS**EMENTA:**

Conhecer a percepção de lideranças; Política de aproximação; Segurança Pública e usuários; Aspectos etimológicos; Migração do conceito de vulnerabilidade entre áreas de saber; Usos do conceito de vulnerabilidade na área de estudos; Vulnerabilidade nas questões de inclusão/exclusão social; Herança da filantropia ao estado de bem-estar social.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

HISTÓRIA DA POLÍCIA CIVIL**EMENTA:**

Compreensão; Apresentação; Resgate histórico; História da Polícia no Brasil; Polícia Civil no Brasil; Polícia Civil do Paraná; Escola Superior de Polícia Civil; Fases da ESPC; Organograma da PCPR; Lista de delegados gerais; Organograma da ESPC; Legislação para criação da PCPR; Estatuto da Polícia Civil.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SÍMBOLOS OFICIAIS**EMENTA:**

Estimular a sensibilidade dos alunos; Aprendizagem musical; Canto; Promover convivência saudável entre os alunos; Disciplina integradora e interdisciplinar no ambiente da ESPC; Normas e condutas; O aluno-cidadão; Procurar internalizar uma cultura de civismo.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

DEONTOLOGIA, ÉTICA E CULTURA ANTICORRUPÇÃO**EMENTA:**

A corrupção; Enfoques jurídico-normativo da corrupção; Sociologia e a corrupção; Corrupção no Brasil; Corrupção na Segurança Pública; Atos de corrupção: Vantagem indevida, Pagamento para facilitações, Tráfico de influência, Combate à lavagem de dinheiro; Compliance como forma de redução dos riscos advindos da corrupção; Lei nº 12.846/2013; Responsabilidade civil: subjetiva e objetiva; Programa de integridade dentro da PCPR; Comprometimento da instituição; Controles internos; Risk assessment; Código de conduta; Ética e política internas da PCPR; Canais de denúncia; Investigações internas feitas pela PCPR; Medidas disciplinares aplicadas; Monitoramento e auditoria; Compliance no PCPR; Compliance como instrumento para promoção de uma cultura corporativa ética na PCPR.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

OPERAÇÕES VEICULARES I – DIREÇÃO TÁTICA

EMENTA:

Conceito; Legislação; Conhecendo o veículo; Rodovias; Vias urbanas; Objetivos; Manutenção de primeiro escalão; Riscos e perigos no trânsito; Forças que atuam sobre o veículo; Distância de Seguimento; P.I.E.V. (Percepção, Identificação, Decisão e Ação); Cinto de Segurança; Freios ABS; Pneus; Saída do veículo; Tombamento; Capotamento; parada emergencial e ABS; ergonomia; dirigibilidade defensiva e ofensiva; técnicas de visão periférica; Violência Urbana; Estado do veículo; Estado emocional e físico do condutor; Manutenção de primeiro escalão; Riscos e perigos no trânsito; Fases: percepção, reação; Cinto de Segurança; Freios ABS; Pneus; Riscos na perseguição de veículos relacionados à criminalidade; Ergonomia; Desembarque; Técnica de ergonomia; Dirigibilidade: defensiva, ofensiva e evasiva; Conduzir em marcha a ré; Reverso em marcha a ré; Reverso frontal; Dirigibilidade: defensiva, ofensiva e evasiva; Visão periférica; Reflexo; Raciocínio; Poder de decisão.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

OPERAÇÕES VEICULARES II – TIRO EMBARCADO

EMENTA:

Reconhecimento dos diversos tipos de veículos utilizados pela unidade; Regras Básicas de Segurança; Técnicas de saque; Tiro embarcado; Saque; Posição de Tiro; Embarque; Desembarque de Viatura; Precisão; Recarga; Tiro Dentro e em volta de Veículos; Tiro Embarcado Solo e em Dupla; Contra Emboscada Veicular; Extração de Operador Ferido Embarcado; Tiro embarcado frontal e lateral com 4 operadores; utilização de veículos no resgate de reféns; Abordagem Veicular; Tiro Embarcado com veículo em movimento; Deslocamentos em Áreas Urbanas; procedimentos de APH.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

OPERAÇÕES VEICULARES III – ESCOLTA E COMBOIO

EMENTA:

Conceito; Legislação; Planejamentos; Embarque; Desembarque; Noções de combate veicular; Tipos de comboios; Formação de comboios; Planejamento de escoltas; Contraemboscada; Emboscada Deliberada; Emboscada Inopinada; Escolta policial; Escolta de pessoas; Escoltas de presos; Escoltas de dignitários; Classificação das escoltas; Coleta de informações; Análise dos recursos humanos; Análise de materiais; Terreno; Planejamento.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

OPERAÇÕES VEICULARES IV – ABORDAGEM X PROGRESSÃO EM AUTOS

EMENTA:

Conceito; Revisão; Legislação; Direção defensiva; Técnicas de direção defensiva; Manobras de direção defensiva.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

OPERAÇÕES VEICULARES V – PERSEGUIÇÃO X ACOMPANHAMENTO TÁTICO

EMENTA:

Conceito; Revisão; Legislação; Procedimento; Técnicas de perseguição e contenção (TPC); A manobra PIT; Fundada suspeita; Dever de perseguir; Regras de Trânsito; Procedimentos policiais; Uso de armas de fogo.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

OPERAÇÕES VEICULARES VI – DESLOCAMENTO TÁTICO E GEOMETRIA DE COMBATE

EMENTA:

Evolução do Conflitos de 3º e 4º Geração; Armamento e Proteções; Táticas e Técnicas coletivas do Conflitos de 3º e 4º Geração; Definição de Deslocamento Tático de Geometria de Combate; Equipamentos Táticos e seus usos; Técnicas individuais; Tática coletiva mínima (dois operadores); Tática coletiva média (quatro operadores); Tática coletiva grande (seis a oito operadores); Combate Veicular; Deslocamentos Táticos gerais

urbanos e rurais.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

EMENTA:

Conceito; Tipologia de Reconhecimentos; Fases; Análise de Reconhecimento: missão, alvo, ambiente operacional e obtenção de dados; Desenvolvimento da missão de reconhecimento; Finalidade e planejamento; Dados básicos; Localização exata do alvo; Características; Usuários e frequentadores; Vias de acesso e fuga; Relatório de Reconhecimento (RECON); Elaboração de Plano de ação; Levantamento de local (in situ); Briefing; Debriefing; Analisar as legislações; Códigos de conduta; Doutrinas; Tipos de abordagem policial; Abordagem de pessoas; Rotina, atitude suspeita e infratores da lei; Abordagem de veículos; Abordagem em edificações; Princípios; Fundamentos; Contato e verbalização; Técnicas de entrevista.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO A PRÁTICA CARTORÁRIA

EMENTA:

Conceito; Legislação; Inquérito policial; Registro nos sistemas; Peças componentes de um inquérito; Montagem de um inquérito; Peças processuais; Atos privativos do escrivão ad-hoc: Fé pública, certidões; Carimbos; Cotas junto ao Ministério Público; Apreensão de bens e destinação; Alvará de soltura; Fiança; Mandado de prisão; Cumprimento de medidas protetivas; Protocolos de documentos; Procedimentos especiais: Legislação extravagante.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

FRASEOLOGIA POLICIAL

EMENTA:

Devido ao tipo de conteúdo ser de uso confidencial e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

FONÉTICA FORENSE

EMENTA:

Conceito; Ciências Forenses; Legislação; Gravação; Interceptação telefônica; Cadeia de Custódia; Transcrição de Áudios; Textualização de Áudios; Laudos, pareceres e relatórios técnicos; Fonética e Fonologia; Prosopografia; Identificação humana por sons; Instrumentos; Métodos aplicáveis à área; Linguística Forense; Morfologia; Fonética; Complexidade sintática; Ambiguidade léxico-gramatical, Coleta de evidências; Cadeia de custódia; Ferramentas tecnológicas; Interpretação de textos legais; Coleta de depoimentos; Falso testemunho; Falsa confissão; Trademark linguistics; Transcrição forense.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TÉCNICAS DE PRESERVAÇÃO E ISOLAMENTO EM LOCAL DE CRIME

Conceito; Legislação; Técnica de Local de crime; Técnicas para execução do Croqui; Técnica de Preservação; Técnicas de Isolamento; Erros no isolamento; Primeira equipe no local; Autoridade Policial; Contaminação; Classificação do Local de Crime; Técnica para coleta de vestígios; Técnica para coleta de Evidência; Indícios.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INSTRUMENTOS INVESTIGATÓRIOS

EMENTA:

Devido ao tipo de conteúdo ser de uso confidencial e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

EMENTA:

Revedo os conceitos; Atualização da Legislação; Introdução a Análise Criminal; Análise de Ameaças; Análise de Riscos; Análise de Vulnerabilidades; Técnicas Investigavas; Dados em Segurança; Cenários Prospectivos; Contraineligência; Crimes Cibernéticos; Inteligência Policial; Operações de Inteligência; Relatórios.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

GRAFOTECNIA E DOCUMENTOSCOPIA**EMENTA:**

Conceito; Legislação; Documentoscopia; Falsificações e adulterações; Engenharia Social; Prática de cartória de Documentoscopia; Análise de Assinaturas; Termos gráficos; Gramas Circulares; Peso na escrita; Formas do grama; Gramas retos; Gramas circulares; Eixo axial; Traço de ligação; Falsificação de assinaturas; Análise e termos periciais; Relatórios.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO A PAPILOSCOPIA**EMENTA:**

Legislação; Dimensões técnicas; Provas datiloscópicas; identificar os processos de produção de provas no Sistema de Justiça criminal; Compreender a importância do isolamento, preservação e cadeia de custódia dos vestígios de local de na produção de colheita de provas; Compreender o processo criminal; Utilização das provas materiais e subjetivas; Utilizar técnicas de isolamento de locais de crime; Correta preservação das provas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ATIVIDADE POLICIAL**EMENTA:**

Conceito; Fundamentos históricos; Polícia versus poder de polícia; Poderes da administração pública; Discricionariedade; Autoexecutoriedade; Coercibilidade; Sistemática de funcionamento do “poder de polícia”. Polícia administrativa; Segurança pública; Conceito de “segurança”; Segurança individual; Segurança coletiva; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias civis; Polícias militares; Corpo de bombeiros militares; Guardas municipais; Segurança privada; Polícia judiciária; Sistema policial brasileiro; Código de Processo Penal de 1941; Ciclo completo de polícia; Ciclo incompleto de polícia; Grupos especiais; Polícia científica; Polícia legislativa; Principais polícias do mundo; Ciências Policiais.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CONCEITO E ANÁLISE DE PROJÉTEIS E MATERIAIS**EMENTA:**

Conceitos de balística; Balística terminal; Munições e projéteis; Propelentes; Mecânicas da penetração: vidro, metal, outros materiais; Balística na investigação criminal; Armas de Fogo; Velocidades e energia cinética dos projéteis; Balística dos efeitos; Efeitos na lataria e vidros das viaturas; Orifícios de entrada e de saída; Velocidade e rotação dos projéteis, ante e pós atravessamento; Perda de velocidade; Alteração de Trajetórias; Deformação, perda de massa e fragmentação dos projéteis; Energia cinética.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

NECROPSIA FORENSE**EMENTA:**

Definição; Causa e Circunstância da Morte; Aspectos legais; Tanatognose; Cronotanatognose; Técnicas para estimar o tempo de morte; Rigidez cadavérica; Manchas cadavéricas; Fase gasosa; Coliquação; Esqueletização; Identificação do cadáver; Causa da morte, Efeitos e Causas da Morte; Corpo Putrefeito, Ossada; Corpo Queimado; Relatório investigativo.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

HIPNOSE FORENSE

EMENTA:

Legislação; Jurisprudência; Histórico e conceitos da hipnose; Hipnose forense; Possíveis riscos; Benefícios; Aplicação da hipnose forense pelo instituto de criminalística do Paraná; Hipnose forense como meio de prova; Provas obtidas: provas lícitas, ilícitas, derivada, parcial e pericial; A legalidade da prova testemunhal; Hipnose e seus reflexos na investigação criminal; Princípios do direito penal e processual penal aplicado na hipnose forense.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

USO LEGAL DA ARMA DE FOGO I

EMENTA:

Revisão do Conceito; Classificação das Armas de Fogo; Origem e Evolução; Características Fundamentais; Armas de fogo quanto à alma de seu cano; Calibre das armas de alma raiada; Calibre das armas de alma lisa; Armas e artefatos de uso proibido, restrito e permitido; Funcionamentos mecânicos básicos das armas de fogo; Apresentação das Armas usadas pela PCPR; Regras Básicas de segurança e seus respectivos dispositivos de segurança; Munição; Munição especial; Projéteis múltiplos de arma de fogo; Equipamento de Proteção Individual; Partes do cartucho de munição; Nomenclatura de peças II; Tipos de pane e como solucionar; Noções e tipos de Recarga de Munição; Tipos de empunhadura; Fundamentos; Leitura de cenário; Noções de Balística interna, externa e terminal.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

USO LEGAL DA ARMA DE FOGO II - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

EMENTA:

Legislação; Legislação sobre armas brancas; Legislação sobre armas de fogo; A Lei 10.826/03; Decreto nº 9.493/18.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

USO LEGAL DA ARMA DE FOGO III - NOMENCLATURA

EMENTA:

Armas de Fogo; Tipos de arma de fogo usadas pela PCPR; Nomenclatura de peças.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

USO LEGAL DA ARMA DE FOGO IV - MANUTENÇÃO

EMENTA:

Normas e regras de segurança para manutenção de arma de fogo; Conservação e Limpeza e Manutenção de Armas de Fogo: Pistola, fuzil, calibre .12, metralhadora e submetralhadora; Desmontagem e montagem de diversas armas atuais; Manutenção Preventiva de Primeiro Escalão; Manutenção Preventiva de Segundo Escalão; Produtos utilizados na limpeza e conservação de armas de fogo em geral; Princípios de montagem e desmontagem de armamentos; Munições específicas para o armamento.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

USO LEGAL DA ARMA DE FOGO V - ESTANDE

EMENTA:

Apresentação dos armamentos utilizados na Instituição; Conceito de tiro policial; Procedimentos teóricos e técnicos; Revólver; Pistola; Fuzil; Arma Longa; Carabina; Espingarda; Sub-metralhadora; Munições; Técnicas de segurança; Saque; Posições de Tiro; Empunhadura; Visada; Precisão; Saque lento; Saque rápido; Recarga; Recarga Tática; Mão forte e fraca; Solução de Panes.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TIRO TÁTICO I - PISTOLA

EMENTA:

Revisão dos Fundamentos; Solução de Panes; Técnicas de recarga: Emergencial, Tática, Rápida e Administrativa; Mão forte e fraca; Passo lateral; Giros estacionários; Tiros múltiplos; Técnicas de varredura;

Uso de Coberturas; Posições não ortodoxas; Leitura de cenário; Técnicas de deslocamento; Múltiplas ameaças; Técnicas de confronto à curta distância; Tiro em Movimento; Tiro de Precisão; Tiro de Precisão; Técnicas Avançadas do Tiro de Combate; Técnicas Avançadas de Saque e Recarga utilizando coldres velados; Tiro em pé, joelhos e deitado; Recarga tática, rápida; Tiro barricado à direita; Tiro barricado à esquerda; Recarga Emergencial saindo do “X”; Recargas; Tiro com uso de Coberturas; Barricadas; Disparos múltiplos; Tiro em Retenção; O Triângulo do tiro; Empunhadura, Postura e Gatilho; Como manter o controle; Disparar em alta velocidade; A mecânica do tiro; Análise do disparo; Aumentar habilidades; Conceitos visuais; Saque rápido; Técnicas de saque (porte velado e ostensivo); Transição de arma curta/longa.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TIRO TÁTICO II - COMBATE A CURTA DISTÂNCIA

EMENTA:

Retenção de arma; Pronto Baixo; Pronto Alto; Tiro em Movimento; Múltiplos Oponentes; Técnicas de saque ostensivo e dissimulado.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TIRO TÁTICO III - COMBATE DE PORTE VELADO

EMENTA:

Saque de arma velada; Combate com o porte velado; Técnicas de saque velado em multidões; Saque e tiro à retaguarda; Múltiplas ameaças; Defesa de tentativa de desarme; Evasão para um local seguro; Lidando com desarme; Speed Rock; Saque e tiro à retaguarda; Embate corpo a corpo com tiro de combate; Diversos cenários envolvendo ameaças múltiplas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TIRO TÁTICO IV - BAIXA LUMINOSIDADE

EMENTA:

As condições de luminosidade; Fundamentos do tiro tático em baixa luminosidade; Princípios básicos; Técnicas de deslocamento: dupla, trio, mais de quatro policiais, progressão em área urbana e rural; Buscas varreduras e identificação de situação de iminente perigo; Uso de armas em baixa luminosidade: pistola, fuzil e calibre .12; Ciclo O.O.D.A (observar, orientar, decidir e agir); Lanterna tática; Técnicas para segurar a lanterna com o uso de pistolas; Erros comuns; Problemas psicológicos e fisiológicos; Técnicas para situações de retro iluminação; Técnicas para situações de escuridão total; Aplicações de luz no interior; Controlando o suspeito; Técnicas de tiro com a lanterna; Exercícios práticos com simulações. Realização de pista de aplicação.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TIRO TÁTICO V - TRANSIÇÃO

EMENTA:

Revisão dos Fundamentos; Posições de Tiro; Precisão; Recarga; Tiros em movimento; Coberturas; Transição de Armas: Espingarda para pistola, fuzil para pistola, metralhadora para pistola, submetralhadora para pistola; Técnicas de transição de armas; Transição administrativa; Transição tática; Bandoleira; Solução de Panes diversas; Transição de armas e técnicas de recarga: emergencial, tática, rápida e administrativa; Passo lateral; Voltas estacionárias; Tiros múltiplos; Posições não ortodoxas; Leitura de cenário; Técnicas de deslocamento.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TIRO TÁTICO VI - OPERADOR DE CALIBRE .12

EMENTA:

Revisão dos Fundamentos; Condutas no estande; Inspeção de arma; Posições de Tiro; Manejo do armamento; Manejo da espingarda calibre .12; Posições de tiro; Municionar arma; Desmunicionar a espingarda calibre 12; Acionamento da telha; Alavanca liberadora da telha; Visada; Disparos em deslocamento; Alvo unitário; Alvo múltiplo; Transição de arma; Bandoleira; Posições de tiro: de pé, ajoelhado, deitado, barricado, em movimento; Disparos em visão primária; Disparos rápidos; Disparos avançando e recuando; Disparos em deslocamento em alvos unitário e múltiplos; Empunhadura; Visada; Precisão; Recarga; Solução de panes; Carregar e descarregar com mão fraca, uma mão; Tiro com mão fraca; Tiro barricado com coronha por cima

do ombro; Transição de Arma longa para curta; Transição administrativa; Retenção; Tiro de precisão.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TIRO TÁTICO VII - OPERADOR DE FUZIL

EMENTA:

Revisão dos Fundamentos para fuzil; Manuseio específico; Lado forte; Lado fraco; Solução de Panes; Posições de tiro; Posições não ortodoxas; Técnicas de recarga: tática, rápida e emergencial; Técnicas de Deslocamento; Tiros Múltiplos; Alvos múltiplos; Giros estacionários; Técnicas de varredura; Coberturas e barricadas; Baixa luminosidade.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TIRO TÁTICO VIII - OPERADOR DE CARABINA E SUBMETRALHADORA

EMENTA:

Revisão dos Fundamentos para Carabina e Submetralhadora; Manuseio específico; Lado forte; Lado fraco; Solução de Panes; Posições de tiro; Posições não ortodoxas; Técnicas de recarga: tática, rápida e emergencial; Técnicas de Deslocamento; Tiros Múltiplos; Alvos múltiplos; Giros estacionários; Técnicas de varredura; Coberturas e barricadas; Baixa luminosidade; Empunhadura; Visada; Precisão; Recarga; Solução de panes.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TIRO TÁTICO IX - OPERADOR AVANÇADO

EMENTA:

Revisão dos Fundamentos; Regras de Segurança; Técnicas aprimorada de recarga; Resolução de Panes em transição; Exercícios de Saque; Saque rápido; Giros Estacionários; Posições de Tiros não Ortodoxas; Recarga em situação extremas; Simulação de ferimento; Uso da mão fraca; Técnicas avançadas de varredura; Exercícios de Fogo de Cobertura e em Deslocamento; Transição de arma curta/longa; Transição de Fuzil para pistola e pistola para fuzil; Transição de arma de fogo para arma branca; Técnicas de reação imediata em face de ameaça de alvo singular ou alvos múltiplos; Avaliações dos tiros quando operando sob estresse (velocidade, precisão, aproveitamento, uso de barricadas, exposição, tempo de reação); Exercícios e simulações de diversas situações e cenários usando arma curta e arma longa; Tiro barricado; Tiro a curta distância; Proteção do corpo; Tiro à média distância; Tiro em formação; Tiro embarcado; Ataques diversos; Tiro em Movimento; controle de gatilho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ABORDAGEM POLICIAL I

EMENTA:

Conceito; Tipologia de Reconhecimentos; Fases; Análise de Reconhecimento: missão, alvo, ambiente operacional e obtenção de dados; Desenvolvimento da missão de reconhecimento; Finalidade e planejamento; Dados básicos; Localização exata do alvo; Características; Usuários e frequentadores; Vias de acesso e fuga; Relatório de Reconhecimento (RECON); Elaboração de Plano de ação; Levantamento de local (in situ); Briefing; Debriefing; Analisar as legislações; Códigos de conduta; Doutrinas; Tipos de abordagem policial; Abordagem de pessoas; Rotina, atitude suspeita e infratores da lei; Abordagem de veículos; Abordagem em edificações; Princípios; Fundamentos; Contato e verbalização; Técnicas de entrevista.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ABORDAGEM POLICIAL II - IMOBILIZAÇÃO TÁTICA - ALGEMAS

EMENTA:

Conceito; Legislação; Técnicas de imobilização; Técnicas de condução: individual e em dupla; Técnicas de uso de algemas; Técnicas de algemamento para frente; Técnicas de algemamento para trás; Técnicas de levantamento do imobilizado: individual, em duplas, em equipe; Busca pessoal em indivíduo imobilizado; Articulações superiores e inferiores; Condução; Imobilização individual; Imobilização em dupla; Técnicas de transporte em viaturas: banco de trás, banco do passageiro; camburão; Uso da força na imobilização; Técnicas de imobilização em ambientes confinados; área comercial, área residencial, em baixa luminosidade; em grande multidão; Técnicas de imobilização usando veículos.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ABORDAGEM POLICIAL III - SPARKZ

EMENTA:

Conceito; Legislação; Equipamento; Mecanismo de funcionamento; Fundamentos teóricos; Sparkz versus Taser; Restrições; Transições; Operador e Atirador; Saque na mão fraca; Sintomas; Marco-passo.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ABORDAGEM POLICIAL IV - OPERADOR DE BASTÃO RETRÁTIL

EMENTA:

Conceito; Legislação; Uso do bastão; Tipos de Bastão; Nomenclatura do bastão; Bastão x Tonfa; Empunhadura do Bastão; Bases; Posturas; Saque do bastão; Técnicas de ataque; Defesa com bastão retrátil; Técnicas de imobilização com bastão; Técnicas de retenção de bastão; Chaves de punho; Condução; Chave de axila; Zonas de Ataque; Pontos de Ataque; Tipos de Golpes; Situações de Risco; Vantagens; Abordagem; Uso Progressivo da Força.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ABORDAGEM POLICIAL V - INDIVÍDUO HOSTIL BARRICADO

EMENTA:

Conceito; Planejamento; Reféns; Técnicas de negociação; Análise de cenário; Prisão; Policial Hostil barricado; Transtornos; Síndromes psíquicas; Morte do refém; Morte do indivíduo barricado; Erros comuns; Equipe tática; Combate em ambientes fechados; Tipos de barricadas; Múltiplos cenários; Técnicas de neutralização da ameaça; Debriefing.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

COMBATE EM RECINTO FECHADO (CRF)

EMENTA:

Conceito; Legislação; Fundamentos; Princípios; Ambiente confinado; Recarga tática; Entradas táticas dinâmicas; Técnicas de entradas silenciosas; Buscas; Progressões em corredores, residências, escadas; Técnica de controle, submissão e algemar; Situações de emboscada.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PROTOCOLO MARC 1

EMENTA:

Controle de hemorragia; Choque; Acidentes com objetos pontiagudos; Aplicação de torniquete; Preenchimento de feridas; Tamponamento por bandagem israelense; Situações táticas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ATENDIMENTO TÁTICO PRÉ-HOSPITALAR

EMENTA:

Conceito; Legislação; Diferença entre APH Tático e Civil; Operações Táticas; Acidentes; Simulação; Material; Combate Militar; Combate Policial; Primeiros Socorros.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

FUNDAMENTOS DE MEDICINA LEGAL

EMENTA:

Introdução, Apresentação e histórica da medicina legal; conhecer e desenvolver conhecimentos básicos sobre medicina legal, exames, transporte e proteção de materiais, toxicologia e tanatologia; Perícias e peritos; Documentos médico-legal; antropologia forense; traumatologia forense; sexologia forense; psicologia forense;

infortunistica; tanatologia forense; criminalística; bioética.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ARMAMENTO MENOS LETAL I

EMENTA:

Conceito; Legislação; Armas não-letais; Equipamentos não-letais; Técnicas não-letais.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ARMAMENTO MENOS LETAL II

EMENTA:

Conceito; Legislação; Armas não-letais; Equipamentos não-letais; Técnicas não-letais.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ARMAMENTO MENOS LETAL III

EMENTA:

Conceito; Legislação; Armas não-letais; Equipamentos não-letais; Técnicas não-letais.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ANÁLISE DAS FACÇÕES BRASILEIRAS E O CRIME ORGANIZADO

EMENTA:

Conceito; Legislação; Leis de execução penal; Encarcerado; Facções Prisionais; Antes e depois das facções; Políticas de segurança pública; Tráfico de drogas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

EMENTA:

Conceito; Legislação; Tipos de combustíveis; Análise de combustível; relatório.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INVESTIGAÇÃO POLICIAL: PERÍCIAS E PRODUÇÃO DE PROVAS

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA E LAVAGEM DE DINHEIRO

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INVESTIGAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INVESTIGAÇÃO DE SEGUIMENTO

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INVESTIGAÇÃO DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INVESTIGAÇÃO DE CRIMES NO COMBATE À CORRUPÇÃO
<p>EMENTA: Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>
MÉTODO E TÉCNICA DE ENTREVISTA
<p>EMENTA: Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>
TEORIA E PRÁTICA DE ACOMPANHAMENTO VELADO
<p>EMENTA: Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>
GRAFOTECNIA
<p>EMENTA: Conceito; Grafocinetismo; O grama; Teoria geral dos movimentos em grafoscopia; Idades gráficas; Métodos periciais; Tipos de falsificações; Conceitos grafotécnicos; Pressão e evolução; Comportamento de pauta; Comportamento de base; Hábitos gráficos; Calibre; Inclinação axial; Espaçamento; Valores angulares e curvilíneas (CONPEJ, 2022).</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>
INTRODUÇÃO A IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS
<p>EMENTAS: Conceito; Legislação; Certificado de registro e licenciamento de veículos (CRLV); Carteira nacional de habilitação (CNH); Aspectos técnicos; Princípios de identificação; Categorias; Identificação veicular: chassi, etiquetas de identificação, placas; fraude documental; Fraude veicular; Tipos de fraude; Procedimentos técnicos de identificação de fraude, Investigação policial; Classificação geral dos veículos; Identificação veicular externa e interna; Equipamentos obrigatórios; Adulteração veicular; Vistoria veicular; Documentos; Sistemas.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>
INTRODUÇÃO A BUSCA MINUCIOSA EM VEÍCULOS AUTOMOTORES
<p>EMENTAS: Conceito; Legislação; Verificação inicial; Planejamento; Localização; Veículo a ser abordado; Posicionamento da viatura; Procedimentos; Contato visual com o abordado; Contato visual com a equipe; Abordagem de veículos; carro; caminhões, ônibus, moto; Tamanho dos veículos; Posição de abordagem na lateral do veículo utilizando o mesmo como anteparo; Varredura no interior do veículo; Conceitos aplicáveis à área de abordagem; Distribuição de funções; Avaliação dos riscos: avaliar, classificar; Analisar as vulnerabilidades; Quando ocorre; Táticas de aproximação.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>
PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO
<p>EMENTA: Conceito; Legislação; Psicologia do testemunho; Prova testemunhal; Reconhecimento pessoal; Memória humana; Técnicas de entrevista com a testemunha; Jurisprudência brasileira sobre a produção da prova testemunhal e reconhecimento pessoal (FESMPDFT, 2022).</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente</p>
DOCUMENTOSCOPIA
<p>EMENTA: Conceito; Legislação; Documentoscopia; Falsificações e adulterações; Engenharia Social; Técnicas de Investigação de Documentoscopia; Relatórios.</p>

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CIÊNCIA PAPILOSCÓPICA

EMENTA:

Conceito; Legislação; Ramos da papiloscopia; Impressão digital; Classificação de Vucetich; Ficha Datiloscópica; Registro de Identidade Civil – RIC; Fórmula fundamental; Âmbito civil; Âmbito Criminal; Fisiologia da impressão digital; Anomalias; Sistema AFIS; Confronto Papiloscópico; Coleta de Impressões Digitais; Estruturas secretoras da pele; Métodos; vapor de ciano acrilato; vapor de iodo; violeta genciana; técnica do pó; Laudo Papiloscópico; evidências papiloscópicas; confrontos; impressões papilares; classificação e arquivamento; Local de crime; Prova material.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CONFEÇÃO DE LAUDOS PAPILOSCÓPICOS

EMENTA:

Conceito; Legislação; Prova Técnica; Pontos característicos; Elaboração do Laudo: título, subtítulo, preâmbulo, material Examinado, objetivo, exames realizados, conclusão, resposta aos quesitos, encerramento, anexos.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CONFRONTO PAPILOSCÓPICO

Conceito; Resoluções; Avaliação do Fragmento de Impressão Papilar; analisando as cristas papilares; impressões digitais; Confronto Papiloscópico; papilogramas; tipo fundamental; tendência; Orientação das linhas; Características das cristas; Configuração do delta; Linhas albotilares; Cicatrizes; Poros; Regra dos 12 Pontos.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

EXAMES NECROPAPILOSCÓPICOS

EMENTA:

Conceito; Legislação; Identidade; Finalidades; Aplicações; Biossegurança; Identificação; individualização; Identificação de cadáveres; Morte recente; Morte em condições especiais; Identificação de vítimas de desastres; Morfologia e fisiologia; Procedimentos; Protocolo da Interpol; corpos carbonizados; Corpos em adiantado estado transformativo; Métodos empregados na identificação; Elaboração de laudos periciais necropapiloscópicos; identificação de pessoas desaparecidas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

ESTRANGEIROS

EMENTA:

Conceito; Técnica de análise documental; Identificação de estrangeiros.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

GENÉTICA MOLECULAR FORENSE

EMENTA:

Legislação; A importância da genética forense na investigação de crimes; Introdução à genética molecular forense; Polícia civil e perito criminal; Como realizar a coleta quando não há perito; Investigação por exames de DNA; DNA forense; Perfil do DNA; Principais áreas de investigação da genética forense; Rede integrada de banco de perfis genéticos (RIBPG); Banco nacional de perfis genéticos (BNPG); Coleta em local de crime; Preparação de amostras; Marcadores e técnicas moleculares utilizados na área forense; Softwares e análises estatísticas aplicadas à genotipagem; Como solicitar os quesitos de investigação; Relatório realizado pela polícia civil.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PERÍCIA LABORATORIAL PAPILOSCÓPICA

EMENTA: Conceito; Técnicas; Princípios; Erros comuns; Procedimentos de análise; Evidências papiloscópicas; Objetos e materiais coletados em locais de crime.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
QUIROSCOPIA
EMENTA: Conceito; Topografia da palma da mão; Elementos morfológicos; Áreas anatômicas; Dobras: maiores, menores e secundárias; Análise do Fluxo das cristas; Impressões digitais versus impressões palmares; Sistemas de busca; Metodologia ACE-V.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
SETOR CRIMINAL
EMENTA: Conceito; Direito Processual Penal; Coleta; Cena do crime; Boletim de identificação criminal (BIC); Laudo; Confronto; Registro de identificação civil criminal; Análise documental; Prova pericial; Terminologia;
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
PERÍCIA PAPILOSCÓPICA EM LOCAL DE CRIME
EMENTA: Conceito; Legislação; Introdução à perícia; Locais de crime: conceituação, classificação, isolamento e preservação de local de crime; Peritos papiloscópicos; Criminalística; Ciências forenses; Perícia Criminal; Vestígios; Evidências; Índícios; Prova técnica; Coleta de vestígios; Cadeia de Custódia: Conceitos, Etapas, Fase Interna, Fase Externa e Rastreabilidade; Laudo Pericial; Prazo para elaboração; Local de crime; Responsabilidade do perito; Contaminação da prova; Devido processo legal; Perito papiloscópico Estadual e Federal; Cena de crime; Levantamento Papiloscópico; Levantamento em local de crime; Noções de balística forense; Microvestígios; Balística aplicada a Perícia de Locais de Crime; Identificação Humana; Locais de Crime Contra a Vida; Locais de Crime Contra o Patrimônio; identificação de vítimas em situações de desastre; Perícia em acidente de trânsito; Procedimentos de Coleta.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA
EMENTA: Conceito; Legislação; Técnicas; Retrato falado; Programas de edição de imagens; softwares de identificação; Projeção de disfarces; Prosopografia; Projeção de envelhecimento; Anatomia facial; Reconstituição Facial; Reconhecimento facial.
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
IIPR E GESTÃO DA INFORMAÇÃO PAPILOSCÓPICA
EMENTA: Conceito; Legislação; Identificação Papiloscópica Civil e Crimina; Identificação Humana; Perícias DPC/IIPR; Dimensões técnicas; Provas datiloscópicas; Práticas e teóricas; Identificação dos processos; Processos de produção de provas; Sistema de justiça criminal; Importância do isolamento; Preservação; Cadeia de custódia; Vestígios; Local de provas; Produção de colheita de provas;
BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente
ODONTOLOGIA LEGAL
EMENTA: Introdução à odontologia legal; Introdução à perícia em odontologia; Laudos periciais; Exame policial em local de crime; Armazenamento, transporte e coleta de materiais na Cena do Crime; Fotografia da cena do crime; Introdução à identificação humana; Noções de identificação policial; Introdução à antropologia e identificação antropológica; Estudo dos dentes: estimativa do sexo, idade, estatura e identificação humana; Radiografias ante e post-mortem; Anomalias dentárias de interesse policial; Identificação pelos arcos

dentários; Rugoscopia palatina; traumatologia forense; perícias odontológicas nas lesões no aparelho estomatognático; mecanismo de ação das marcas de mordidas; processo de identificação das impressões dentárias.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

REVISÃO E INSPEÇÃO DOCUMENTAL

EMENTA:

Conceito; Técnicas de análise documental; Revisão de identificação.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

BUSCA MINUCIOSA I - VEÍCULOS AUTOMOTORES

EMENTA:

Conceito; Legislação; Verificação inicial; Planejamento; Localização; Veículo a ser abordado; Posicionamento da viatura; Procedimentos; Contato visual com o abordado; Contato visual com a equipe; Abordagem de veículos; carro; caminhões, ônibus, moto; Tamanho dos veículos; Posição de abordagem na lateral do veículo utilizando o mesmo como anteparo; Varredura no interior do veículo; Conceitos aplicáveis à área de abordagem; Distribuição de funções; Avaliação dos riscos: avaliar, classificar; Analisar as vulnerabilidades; Quando ocorre; Táticas de aproximação.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

BUSCA MINUCIOSA II - IDENTIFICAÇÃO VEICULAR

EMENTA:

Conceito; Legislação; Certificado de registro e licenciamento de veículos (CRLV); Carteira nacional de habilitação (CNH); Aspectos técnicos; Princípios de identificação; Categorias; Identificação veicular: chassi, etiquetas de identificação, placas; fraude documental; Fraude veicular; Tipos de fraude; Procedimentos técnicos de identificação de fraude, Investigação policial; Classificação geral dos veículos; Identificação veicular externa e interna; Equipamentos obrigatórios; Adulteração veicular; Vistoria veicular; Documentos; Sistemas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

BUSCA MINUCIOSA III - PESSOAS

EMENTA:

Conceito; legislação; busca pessoal preventiva; busca processual; busca pessoal preliminar; busca pessoal minuciosa; busca pessoal individual; busca pessoal coletiva; “revista privada”; busca pessoal direta; busca pessoal indireta; lei de abuso de autoridade (4.898/65); O poder de polícia; Uso da força; Conduta ética.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

EMENTA:

Conceito; Histórico; Legislação; Técnicas de investigação; Sistema de segurança pública no Brasil; Técnica de entrevista; Técnica de interrogatório; Negociação; Pensamento e Estratégico; Tomada de decisão; Informática Forense; Ética Profissional; Fotografia Aplicada; Informática Forense; Perícia Forense; Medicina Legal; Contabilidade Aplicada; Perícia Forense; Balística; Psicologia Forense; Perícia Forense; Medicina Legal; Contabilidade Aplicada; Perícia Forense; Documentoscopia; Psicologia Forense.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

TÉCNICA DE INTERROGATÓRIO

EMENTA:

Conceito; Legislação; Rapport; Tipos de interrogatório: estruturado, semiestruturado, misto e cognitivo; comunicação verbal e não-verbal; Técnicas de entrevista e interrogatório; Objetivos da entrevista; Preparação da entrevista; Local apropriado; Obstáculos; Controles.; Elaboração de perguntas; Verificação; Indicadores de mentira; Comunicação não-verbal; O interrogatório; Atributos do interrogador; As etapas do interrogatório; Elementos do interrogatório; Técnicas do interrogatório; Confissão lícita; Falsas confissões.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

EMENTA:

Conceito; Legislação; Atividade de Inteligência; Histórico; Importância da mesma para a Segurança Pública; Inteligência; Investigação; Sistema Brasileiro de Inteligência; Inteligência e Segurança Pública; Metodologia de Produção do Conhecimento; Técnica de Avaliação de Dados; Contraineligência; Segurança Orgânica e Ativa; Técnicas operacionais de Inteligência; Definição; Histórico; Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP); Fundamentos jurídicos; Legislação referente à atividade de Inteligência na Polícia Civil do Paraná; Ramos da atividade de inteligência de Segurança Pública.; Metodologia de Produção do conhecimento (MPC); Técnica de Avaliação de Dados (TAD).

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL

EMENTA:

Revisão dos Conceitos; Investigação de crimes cibernéticos: O crime e os recursos tecnológicos; Legislação de informática e crimes digitais; Internet e serviços de redes; Investigação em fontes abertas; A preservação da prova digital. A investigação de fraudes com serviços digitais; investigação de crimes financeiros: Tipologia; Rotinas investigativas nos crimes financeiros; Técnicas investigativas; Bancos de dados; Elaboração do relatório; investigação de crimes contra a vida: A investigação criminal no Código de Processo Penal; O modelo teórico ideal da investigação contra a vida; A investigação preliminar; O local de crime e os levantamentos iniciais; Investigação de seguimento; investigação de crimes contra o patrimônio: As rotinas investigativas nos crimes contra o patrimônio; Técnicas investigativas nos diferentes crimes contra o patrimônio; Os bancos de dados; A elaboração do relatório de investigação; Investigação de seguimento: Conceito; Linhas de investigação; Os procedimentos cartorários; A Concatenação lógica dentro do inquérito policial; O princípio da continuidade na investigação; A elaboração de relatório parcial e conclusivo de investigação; Investigação de furtos e roubos de veículos: Técnicas de investigação de furtos e roubos de veículos; Análise espacial dos crimes de furtos e roubos de veículos; Desmanches e ferros velhos; Análise veicular; Abordagem veicular; Análise dos documentos veiculares; Análise documental de veículos de cargas; Investigação financeira e lavagem de dinheiro; Investigação do tráfico de drogas; Investigação de furtos e roubos.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

RECONHECIMENTO DE SUSPEITO

EMENTA:

Conceito, Legislação, Técnicas; Reconhecimento facial no inquérito; como montar álbum de reconhecimento; Erros comuns; Técnicas de fotografia; Reconhecimento; Nulidade; Racismo estrutural; Fotos de mídias sociais; Relatórios.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO AS TÉCNICAS DE INTERROGATÓRIO

EMENTA:

Conceitos; Legislação; interrogador; Interrogado; Elaboração de perguntas; Indicadores de mentira; Comunicação não-verbal; As etapas do interrogatório; Elementos do interrogatório; Técnicas de interrogatório; Confissão lícita; Confissão ilícita.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PRÁTICA DE INQUÉRITO POLICIAL

EMENTA:

Conceito; Legislação; Dos atos de cartório; Do indiciamento; Do interrogatório no inquérito policial; Da oitiva de testemunhas; Da produção de provas durante o inquérito; Requerimentos probatórios; A presidência do IP; Realização de diligências; Inquérito conduzido pela Polícia civil; inquérito conduzido pelo Ministério

Público; O papel do delegado e do escrivão no inquérito policial, relatório final.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

CADEIA DE CUSTÓDIA

EMENTA:

Conceito; Legislação; Elementos; Técnicas; Erros comuns; Vícios; Polícia Judiciária; Polícia Administrativa; Vestígios; Reconhecimento; isolamento; fixação; coleta; acondicionamento; transporte; recebimento; processamento; armazenamento; descarte; Coleta; Lacre; Nulidades; Central de Custódia.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PROVA

EMENTA:

Revisão de conceito; técnicas de isolamento de locais de crime; correta preservação das provas; Processo criminal; Processo penal; provas materiais; Provas de audiovisual; Provas de crimes cibernéticos; Provas de balísticas; Provas de crimes contra a vida; engenharia legal; Genética molecular forense; Grafotecnica e documentoscopia; identificação de veículos; perícia contábeis e crimes contra o patrimônio; química legal e drogas; prova de trânsito.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

SIMULADOR

EMENTA:

Apresentação; Simulação de tiro fixo; Simulação de tiro móvel; Armas; Um atirador; Dois atiradores; múltiplos cenários.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

RAPEL TÁTICO

EMENTA:

História do Rapel; Legislação; Rapel tático e esportivo; Equipamentos; Descida; Ascensão; Ancoragem; Identificação dos equipamentos; Guarda e manutenção; Técnicas de nós e ancoragens especiais; Pontos de ancoragem (ponto bomba); Ancoragens improvisadas; Utilização de trava; Técnicas de segurança operacional de solo; Técnicas de descida: tradicional, aranha (invertido) e tático (rapel australiano); Técnicas inbound para invasão; Técnicas de troca de mãos e cordas em alturas; Prevenção de acidentes; A Dinâmica da queda; Descida de frente; Resgate; Transposição de cordas; Postura de combate; Controle de cano; Movimentação em equipe; Invasão em CQB; Descida sob stress.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS E DO DOCENTE

Fundamentação; Importância do Feedback para melhoria do Curso; Aplicação de questionários para avaliar as disciplinas; Aplicação de questionários para avaliar os professores; Aplicação de questionários para avaliar o Curso e a ESPC; Aplicação de questionários para avaliar as ementas.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

MANUAL DO ALUNO - CONCEITOS DE CONDUTA

Apresentação do currículo; Matriz curricular; Código de disciplina; Disciplinas comuns; Disciplinas online; Trabalho de conclusão de curso (tcc); Estágio supervisionado; Diploma de graduação; Manual do aluno.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

NÚMERO DE CADASTRO INDIVIDUAL - NCI

EMENTA:

Legislação; Instituto de identificação do Paraná; Registro Geral (RG); Número do Cadastro Individual (NCI); Como e quem pode solicitar o NCI; Acionamento do IIPR; Obrigatoriedade do RG ou NCI para procedimentos investigatórios; NCI e adolescentes infratores; Identificação criminal e NCI; Identificação

cadavérica e NCI.

BIBLIOGRAFIA: - Apresentada pelo Docente

BRIEFING E DEBRIEFING

EMENTA:

Conceitos de Briefing e Debriefing; Brief e Debriefing Checklists; Briefing operacional; Quando realizar um briefing; Quem pode usar a técnica de briefing; Por que você deve dar um briefing operacional; Formatos; Informações; Intenção; Métodos; Administração; Avaliação de risco; Comunicação; Informando os servidores sobre os riscos; Responsabilidades; Policiais envolvidos; Policial no comando; Supervisão; Planejando um briefing; Conduzindo um briefing; Registro de investigação; Armazenando ordens operacionais; Tipos de debriefing; Benefícios do debriefing; Processo de debriefing; Debrief geral; Estrutura sugerida para debrief; Registro de resultados e aprendizagem policial.

BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente

COLETA E ARMAZENAMENTO

EMENTA:

Fundamentação legal, Definição, Análise, Manuseio, Preservação, Exame, Aquisição, Etiquetas, Extração, Recuperação, Identificação, Coleta. Apresentação ao Judiciário, Relatório.

BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente

ORIENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

EMENTA:

Fundamentação legal, Definição, Avaliação de desempenho; Comissões de Acompanhamento do Estágio Probatório; Avaliado; Avaliadores; Avaliação; Formulários; Etapas da Avaliação e seus prazos; Fatores de Desempenho; Recursos e prazos; Homologação do Resultado; Estágio probatório e progressão funcional.

BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente

GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA

EMENTA:

O que é liderança; Diferenças entre Líder e Chefe; Motivação de servidores; Resolvendo conflitos na Unidade; A comunicação na Unidade Policial; A Negociação; O histórico das relações de trabalho nas unidades policiais e o contexto atual; O perfil do gestor de pessoas; Os subsistemas de gestão de pessoas: aplicação, colocação, desenvolvimento, manutenção e controle, benefícios; Qualidade de vida no trabalho; Contexto para liderar; Habilidades comportamentais de liderança; Habilidades técnicas para liderar; Autoconsciência e gerenciamento de emoções; Transição de colaborador para gestor; Transição de líder de pessoas para líder de líderes; Gestão de pessoas e seus principais processos; Feedback e conversas significativas; Gestão de desempenho e sucessão; Gestão de engajamento e experiência; Gestão de relacionamento e network Mudanças de Liderança; Liderança e mentalidade estratégica; O líder e a cultura organizacional; Liderando iniciativas de DEI (Difusão de Inovação, Estratégia e a Inovação); Liderando equipes remotas e trabalho híbrido.

BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente

PLANEJAMENTO EM OPERAÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE

EMENTA:

Definição; Finalidade; Princípios; Diretrizes; Comando e Controle; Ciclos de Planejamento operacional; Ações Preliminares e Preparatórias que antecedem as operações policiais; Briefing; Levantamento preliminar dos riscos envolvidos na operação; Elaboração de planos de ação; Organização da operação; Nível de Criticidade Georreferenciamento no preparo para as operações policiais; Ciclo de Execução; Início do ciclo operacional; Coordenação e monitoramento da operação; Monitoramento e avaliação; Término do ciclo operacional; Avaliação da operação; Envio dos formulários de avaliação; Recebimento e análise dos dados; Elaboração de relatórios; Debriefing geral da operação; Elaboração do relatório geral da operação.

BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente

INTRODUÇÃO A FOTOGRAFIA
<p>EMENTA: Conceito; Legislação (Lei 10.054/00 e 96/02); Técnicas de fotografia; Fotografia em local de crime; Fotografia de presos; Tatuagens; Fatos e evidências; Inquérito policial; Smartphones; Câmeras; Métodos de fotografia para o sistema de gestão de presos.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente</p>
REVISÃO E INSPEÇÃO DOCUMENTAL
<p>EMENTA: Conceito; Legislação; Técnicas; Erros comuns; Análise documental; Relatório.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente</p>
EXAMES, TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS – IML
<p>EMENTA: Legislação; Objetivo da coleta para a polícia civil; Campo de aplicação na polícia civil; Definições/siglas; Cuidados preliminares no acondicionamento e no transporte; Procedimentos de biossegurança; Documentos necessários; Coleta de material; Acondicionamento e conservação das amostras; Transporte; Critérios para rejeição das amostras.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente</p>
AVALIAÇÃO DO CURSO (CPA)
<p>EMENTA: Aplicação de questionários para avaliar a ESPC; Aplicação de questionários para avaliar o Curso de Formação.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente</p>
INTRODUÇÃO AO SISTEMA INFORMATIZADO DA PC
<p>Histórico da tecnologia da informação; Tecnologia da informação versus sistemas informatizados; Dados, informação; Conhecimento; Redes de computadores; Sistemas de informação aplicados à segurança pública; Sistemas de informações: conceito e tipologia; Inserção; Consultas de dados; Sistemas nacionais; Sistemas estaduais; Produção de conhecimento a partir dos dados consultados; Integração de sistemas; Gerenciamento dos serviços de tecnologia; Conceitos básicos; Sistema computacional: hardware, software e peopeware; Internet e intranet; Sesp-Intranet.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente</p>
E-PROTOCOLO
<p>EMENTA: Conceito; Ferramentas; Capacitação dos servidores; Técnicas; Procedimentos; Sisdoc e eprotocolo; Trâmites dos documentos e processos; Registro; Cadastro de documentos oficiais; Despachos.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente</p>
INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA
<p>EMENTA: Conceito; Legislação; Coleta de Provas; Interceptação com meio de prova; Contaminação da prova; Interceptação: telefônica, telemática e de informática; Técnicas; Ferramentas; Softwares; Interceptação de aplicativos; Interceptação de comunicadores; Provedores de internet; Interceptação de e-mails; Plataformas de mídia; Coleta de dados; Análise de dados de dispositivos móveis; Dados em nuvem; Criptografia ponta a ponta; Transcrição; Relatórios.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente</p>
DRONES
<p>EMENTA: Introdução a Tecnologia RPAS. Modelos de RPAS. Aplicações RPAS na Polícia Judiciária. Regulamentação RPAS. Teoria de Voo. Fotografia local de crime. Filmagem local de crime. Fotogrametria. Manutenção Básica de RPAS. Programação Básica de RPAS aplicadas ao voo. Princípios do Voo. Fotografia; Vídeos;</p>

Configurações do Drone. Configurações de filmagem e foto. Geoposicionamento. Voo com contato visual. Voo com obstáculos. Voo em Espiral.

BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente

SISTEMA DE MONITORAMENTO

EMENTA:

Devido ao sistema ser Restrito e exclusivo da PCPR, a ementa não será publicada nesse trabalho.

BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente

FINANÇAS PESSOAIS

Conceito; Situação Financeira; Ativos; Passivos; Planilhas Financeiras; Patrimônio Líquido; Dívidas; Orçamento e Controle de Gastos; Educação Financeira; Investimentos; Planejamento; Operações de Crédito; Cartões de crédito; Endividamento; Consumo consciente; Poupança; Serviços de proteção; ao crédito; Riscos e imprevistos; Gerenciando suas Dívidas.

BIBLIOGRAFIA: Apresentada pelo Docente

Fonte: Elaborado pelo autor

AGUIAR, Victor Rafael; MEDEIROS, Claudio. Entrevistas na pesquisa social: o relato de um grupo de foco nas licenciaturas. Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 9; Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 3. Anais [...], out. 2009.

ALMEIDA, Franklin Epiphanyo Gomes. A avaliação do processo ensino-aprendizagem na concepção dos professores do curso de formação de oficiais da academia de polícia militar costa verde. RHM - Vol 16 nº 03 – Jul/Dez 2016.

AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos. MENGATO, Angela Pereira de Farias. STROPARO, Eliane Maria. ASSIS, Telma Terezinha Stresser. Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

ANÍBAL, Fellipe. Sem formação e sem arma, policiais “Pokémons” quebram galho no Paraná. Gazeta do Povo, Paraná, 15 de jun. de 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/sem-formacao-e-sem-arma-policiais-pokemons-quebram-galho-no-parana-duptd393n2xdee0roy607ffl9/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. São Paulo em Perspectiva [online]. 1999, v. 13, n. 4

BERNARDO, Valdeni Manoel et al. Atividade física de policiais: uma revisão sistemática. Rev Cub Med Mil, Ciudad de la Habana, v. 45, n. 2, p. 206-214, jun. 2016.

BRASIL, G. M. LOPES, E. B., MIRANDA, A.K.P. Direitos humanos e formação policial: reflexões sobre limites e possibilidade. Público e Privado. Revista semestral. UECE, N.18 - Jul./dez. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

_____. Lei nº 13675-2018. Brasília. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Disponível em: < [https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/gestao-e-ensino/fundo-a-fundo/lei-no-13675-2018-institui-o-pnspds-e-o-susp.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/gestao-e-ensino/fundo-a-fundo/lei-no-13675-2018-institui-o-pnspds-e-o-susp.pdf/@@download/file/lei-no-13675-2018-institui-o-pnspds-e-o-susp.pdf)>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

_____. Decreto 2.315, de 4 de setembro de 1997. Altera dispositivos do Decreto nº 1.796, de 24 de janeiro de 1996, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/d2315.htm>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

_____. Decreto Nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências. Brasília, 27 dez. 2018.

_____. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

_____. Ministério da Educação. Consulta sobre a inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil. Parecer normativo, 945/2019. Relator: Luiz Roberto Liza Curis. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/132881-pces945-19/file>>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

_____. Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842. Regula a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261 de 3 de Dezembro de 1841. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/regulamentos/r120.htm>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

_____. Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim261.htm>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

_____. SENASP. Matriz Curricular Nacional. Brasília, 2019, p.11. Disponível em: <https://justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. 2014. p.14

_____. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública. Brasília, 2007. p. 11

_____. Comitê de Ética em Pesquisa. Disponível em: < <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/hfa/ensino-e-pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa-cep-hfa-1>>. Acesso em: 21 maio. 2022

_____. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata de pesquisas e testes em seres humanos. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 21 maio. 2022

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. *A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas*. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, junho 2013.

CARVALHO, Marcos Antônio Xavier. Metade dos homicídios no Brasil não é esclarecida. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de out. de 2021. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,metade-dos-homicidios-no-brasil-nao-sao-esclarecidos-so-4-estados-tem-alta-eficacia-de-apuracao,70003866756/>>. Acesso em: 03 de jun. de 2022.

CHAER, G; DINIZ, R; &RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. Revista Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

CONPEJ. Conselho Nacional dos Peritos Judiciais da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<https://conpej.org.br/cursos/curso-de-pericia-grafotecnica/>>. Acesso em: 02 de jan. de 2022.

CORRÊA, Edison José; VASCONCELOS, Mara; SOUZA, Maria Suzana de Lemos . Iniciação à metodologia: trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2018.

CORDEIRO, Bernadete e GIMENEZ, Rose Mary. As Contribuições da Professora Valdemarina na concepção teórico-metodológica da Matriz Curricular Nacional e a proposta de atualização. Revista Segurança Justiça e Cidadania. Vol 7, 2014.

CORTE, A.C.D; LEMKE, C.K. O estágio Supervisionado e sua importância para formação docente frente aos novos desafios de ensinar. In:EDUCERE CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XII, 2015, Curitiba. Anais... Curitiba, PR: PUC, 2015.

CUNHA, Neiva Vieira da. Como se fabrica um policial: considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. Comum (FACHA), Rio de Janeiro, v. 9, n.22, p. 198-207, 2004.

CURITIBA. A história da Guarda Civil do Paraná (1911-1970). Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/a-historia-da-guarda-civil-do-parana-1911-1970>>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

DANTAS, O.M.A.N.A.; FRANCO, M.V.A. Pesquisa exploratória: aplicando instrumentos de geração de dados - observação, questionário e entrevista. In: EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8. 2017.

ESTEACHE, Cristina. Com falta de escrivães, Polícia Civil possui mais de 2 mil inquéritos em trâmite. Rede Sul de Notícias, Paraná, 13 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://redesuldenoticias.com.br/noticias/com-defasagem-de-escrivaes-policia-civil-possui-mais-de-2-mil-inqueritos-em-tramite/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021.

FAEC. Segurança Pública-UniFcv. Disponível em: <<https://www.unifaec.com.br/cursos/graduacao-ead/seguranca-publica-unifcv>>. Acesso em: 05 de jun. de 2021.

FERREIRA, Antônio José. ARAÚJO, Edna Rodrigues. Treinamento de tiro para o policial a paisana. REBESP v. 11, n.1 2018.

FESMPDFT. A Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Disponível em: <<https://escolamp.org.br/curso/curso-sobre-psicologia-testemunho-e-prova-penal-novos-desafios>> Acesso em: 28 de maio. de 2022.

FRANÇA, Cecília. Paraná é o segundo estado com menor número de policiais civis por habitante. LUME, Paraná, 05 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://redelume.com.br/2021/02/25/parana-e-o-segundo-estado-com-menor-numero-de-policiais-civis-por-habitante/>>. Acesso em: 03 de jan. de 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). *Métodos de Pesquisa*. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.33

GONÇALVES, Fabrício Campos. CARVALHO, Semíramis Regina Moreira. O papiloscopista policial do estado de São Paulo como perito oficial e seus efeitos no processo penal. Revista Intraciência. Faculdade de Guarujá. Edição 22 – nov/dez 2021

GUAREZI, R. C. M.; MATOS, M. M. Educação a distância sem segredos. Curitiba: Ibpx., 2009. INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

GÜNTHER, H. (2003). **Como elaborar um questionário**. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003 (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, nº 01). p. 7-8

IDEMP - Educação Corporativa e Desenvolvimento Humano. Procedimentos Disciplinares. Disponível em: <<https://idemp-edu.com.br/cursos/47>>. Acesso em: 21 Maio. 2022

LARA, Matheus. Faltam Delegados na Civil do Paraná. Página UM News, Paraná, 05 de nov. de 2021. Disponível em: < <https://p1news.com.br/seguranca/faltam-delegados-na-civil-do-parana/>>. Acesso em: 03 de jan. de 2022.

LEMKE, Cibele Krause e IENKE, Ana Camila Gaspar. O processo de formação docente a partir da análise de relatórios de estágio supervisionado em língua espanhola. Revista Escrita. Vol. 5, 2014.

LIMA, Renato Sérgio de, Bueno, Samira e Mingardi, Guaracy. *Estado, polícias e segurança pública no Brasil*. Revista Direito GV [online]. 2016, v. 12, n. 1 , pp. 56.

LOCATELLI, P. A. P. C.; BRUNETTA, N.; OLIVEIRA, L. Y. N.; PICCININI, V.M.. Mulheres na Polícia Civil: um olhar sobre as relações de gênero e identidade. Gestão Contemporânea, n. 14, p. 9-34, jul./dez. 2013.

MARTIN, Manuel. TORRENTE, Diego. A reforma da Polícia na Europa: Desafios, debates e alternativas. Desafios [online]. 2016, vol.28, n.2, pp.113-144.

MENA, Fernanda. Com taxas explosivas, país naufraga em ineficiência e descoordenação. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 de abr. de 2018. Disponível em: <

<https://www.google.com/search?q=Policiais+civis+esbarram+na+baixa+capacidade+t%C3%A9cnica%2C+que+impede+esclarecimento+de+assassinatos&oq=Policiais+civis+esbarram+na+baixa+capacidade+t%C3%A9cnica%2C+que+impede+esclarecimento+de+assassinatos&aqs=chrome.69i59.645j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8#:~:text=Com%20taxas%20explosivas%2C%20pa%C3%ADs%20naufraga%20em%20inefici%C3%A4ncia%20e/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. *Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação*. Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 3, n. 1, p. 67-76, jul./dez. 2008.

MONTEIRO, Rodrigo Maia. *Polícia, prisão e circulação de ideias criminológicas: O Boletim Policial e a consolidação da Escrita Policial no Rio de Janeiro (1907-1918)*. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

MORAIS, Maria do Socorro e SOUSA, Reginaldo Canuto de. *POLÍCIA E SOCIEDADE: uma análise da história da segurança pública brasileira*. 2009. V jornada internacional de Políticas Públicas.

NOBRE, Maria Teresa. *Formação policial e práticas institucionais das Delegacias da Mulher em Sergipe: entre a capacitação e a educação continuada*. Ministério da Justiça. 2006. p.11

NUNES SCARDUELI, M. C. *Formação policial: considerações preliminares sobre o papel da leitura*. Travessias, Cascavel, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/6200>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

OLIVEIRA, M. R. 'Sherlock Holmes no Brasil': Elysio de Carvalho e o Primeiro Convênio Policial Brasileiro (1912). *Claves. Revista de história*, v. 4, p. 9-37, 2018.

LIVEIRA, Elisandra Brizolla. SANTOS, Franklin Noel dos. *Pressupostos e definições em interdisciplinaridade: diálogo com alguns autores*. Interdisc., São Paulo, no . 11, pp. 01-151, out. 2017.

O'NEILL, John & O'Neill, Dawn & Weed, Katelyn & Hartman, Mark & Spence, William & Lewinski, William. (2018). *Police Academy Training, Performance, and Learning. Behavior Analysis in Practice*.

PARANÁ. Escola Superior de Polícia Civil. *História da Escola da Polícia Civil do Paraná*. Paraná, 2019. Disponível em: <<http://www.escolasuperiorpoliciacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3/>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. Diário Oficial do Paraná. *Ano IV nº999*. Paraná, 2019. Disponível em: <<http://www.escolasuperiorpoliciacivil.pr.gov.br/arquivos/File/DocsHistoricos/CRIACAODAESCOLA.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. Lei Complementar Estatuto da Polícia Civil Do Paraná, Capítulo VI – **Do Estágio Probatório**, Art. 37. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=7724&codItemAto=70739>. Acesso em: 3 de Jul. 2021.

_____. Estatuto da Polícia Civil Do Paraná. Art. 22 Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=7724&codItemAto=70739>. Acesso em: 3 de Jul. 2021.

_____. Escola Superior de Polícia Civil. PROJETO 010/2018. Curso de Pós-Graduação em gestão em segurança pública orientado para formação de delegados de polícia civil. Curitiba. 2018.

_____. Escola Superior de Polícia Civil. PROJETO Nº 681 F.1.1.01/2008. Curso de formação técnico profissional de delegado de polícia. Curitiba. 2008.

_____. Escola Superior de Polícia Civil. PROJETO 026/2019. Curso de Pós-Graduação em gestão em segurança pública orientado para formação de escrivães de polícia civil. Curitiba. 2020.

PEREIRA, Benôni. JÚNIOR, José. A formação policial para além da técnica profissional: reflexões sobre uma formação humana. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 2012

PEREIRA, Maria de Fatima. MORAES, Raquel de A. TERUYA, T. K.. Educação a distância (EaD): reflexões críticas e práticas.. 1. ed. Uberlândia: Editora Navegando, 2017.

PINC, Tânia Maria. *Treinamento policial: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua*. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do rio de janeiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez. 2005.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil, *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano 1 Edição 1 2007.

PRADO, Lucas. Escala Likert: entenda o que é e como utilizá-la.

Disponível em: < <https://www.voitto.com.br/blog/artigo/escala-likert>>. Acesso em: 17 Jul. 2021

PRETI, O.. *Fundamentos e Políticas em Educação a Distância*. Curitiba: IBPEX, 2002.

RESENDE, Narley. Governo não dá conta de demanda por carteiras de identidade. UOL, Paraná, 12 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/cidades/governo-nao-da-conta-de-demanda-por-carteiras-de-identidade/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

RIBEIRO, Diego. Falta de escrivães no Paraná faz delegacias ficarem abarrotadas de inquéritos parados. *Gazeta do Povo*, Paraná, 14 de fev. de 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/falta-de-escrivaes-no-parana-faz-delegacias-ficarem-abarrotadas-de-inqueritos-parados-7vdm8goi2vazry2i1tl8qc6b4/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

RIO DE JANEIRO. Instrução Normativa Seseg N° 01. Estabelece diretrizes com vistas ao aprimoramento dos atos normativos das polícias civil e militar, referentes aos protocolos operacionais e procedimentos adotados para operações em áreas sensíveis, de 17 de ago. de 2017. Disponível em: <

http://p-web01.mp.rj.gov.br/Informativos/4_cao/2017/03_Julho_Agosto_Setembro/5_ATOS_PUBLICADOS_NA_IMPRENSA_OFICIAL/9_INSTRUCAO_NORMATIVA_SESEG_N_01.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

ROLIM, Marcos. Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 1, nº 1. 2007, p.3

SABERES. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/saberes/>>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. & GUINDANI, J. P. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I, n. I, jul. 2009. p.2

SANDES, Wilquerson Felizardo. Uso não-letal da força na ação policial: formação, tecnologia e intervenção governamental. Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 1 Edição 2 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares. Dilemas do Ensino Policial: das heranças às pistas inovadoras, Segurança, Justiça e Cidadania, Brasília, n. 7 (Educação Policial), p. 12, 2014

SANTOS, Sidcley da Silva. BEM, Arim Soares. Entre a tradição e a inovação: A Matriz Curricular Nacional e a formação policial em Alagoas. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol.9 – no 3 – SET-DEZ 2016 – pp. 481-504

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. & GUINDANI, J. P. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I, n. I, jul. 2009. p.2

SCALABRI, Izabel Cristina; MOLINARI Adriana Maria Corder. Importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. Revistaunar. 2013, V. 7, N. Científica ONLINE.

SENA, Getúlio Neves. ABRANCHES, Ana de Fátima Pereira de Sousa. A matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública e o currículo do curso de formação de oficiais bombeiro militar: quais as relações possíveis?. XII EDUCERE - Congresso Nacional de Educação. 2015.

SILVA, L.; DAMACENO, A.; MARTINS, M. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. Congresso Nacional de Educação –EDUCERE. Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUC: PR. 2009, p. 4556.

SIMÕES, Fabrício Carlos Pichite dos Santos. *Atuação investigativa da polícia judiciária militar estadual em ocorrência de intervenção policial com resultado de óbito de civil em Salvador*. (MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA) - UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, Salvador, 2017.

SOARES, Andrea Vieira. ANDRADE, George Albin Rodrigues de. Gestão por Competências – Uma Questão de Sobrevivência em um Ambiente Empresarial Incerto.

SOUZA, Lorena Francisco, ARAÚJO, Ivanildo Roque. Segurança pública, direitos humanos e currículo: o corpo de bombeiros do estado de goiás e os desafios no combate ao racismo institucional. Revista Temporis. v 20 | n 1 | jan/jun | 2020

SOUSA, Reginaldo Canuto de; MORAIS, Maria do Socorro Almeida de. In: V Jornada internacional de políticas públicas, São Luís, e.5, ago. 2011

SPANIOL, M. I. & RODRIGUES, C. R. G. (2018). Formação policial contemporânea: avanços e desafios da segurança pública para aliar saberes, práticas e atuação em democracia. Anais do 9º Congresso internacional de ciências criminais da PUCRS. <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congressointernacional-de-ciencias-criminais/assets/edicoes/2018/comp-list-docs.html>

STRAUBE, Ernani Costa. Polícia Civil do Paraná: 150 anos, história. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005

TAVARES, Elisângela Aparecida. O aumento da criminalidade no Brasil: uma relação direta com o IDH brasileiro. *SynThesis Revista Digital FAPAM, Pará de Minas*, v.7, n.7, 229-239, dez. 2016.

TEES BRAZIL - Tactical Explosive Entry School. Especialista em Negociação e Gerenciamento de Crises. Disponível em: < <https://www.teesbrazil.com.br/>>. Acesso em: 21 Maio. 2022

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 39 set./dez. 2008. p. 548.

TURMA. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/turma/>>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

UNISSELVI. Segurança Pública. Disponível em: < <https://portal.uniasselvi.com.br/lista-cursos-graduacao/mt/sinop/cursos/seguranca-publica/ead>>. Acesso em: 05 de jun. de 2021.

VICENTE, Marcos Xavier. Por que há anos é tão difícil tirar RG no Paraná? *Gazeta do Povo*, Paraná, 26 de ago. de 2021. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/por-que-ha-anos-e-tao-dificil-obter-rg-no-parana/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

Com falta de servidores, Nucleia tem mais de mil inqueritos parados em Londrina. *G1*, Londrina, 05 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2020/03/05/com-falta-de-servidores-nucleia-tem-mais-de-1000-inqueritos-parados-em-londrina.ghtml>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

Com falta de servidores, Nucleia tem mais de mil inqueritos parados em Londrina. *Agência de Notícias Paraná*, Londrina, 05 de mar. de 2020. Disponível em: < <https://www.agenciadanoticia.com.br/parana/noticias/exibir.asp?id=87490¬icia=com-falta-de-servidores-nucleia-tem-mais-de-1000-inqueritos-parados-em-londrina>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

Falta de investimento agrava situação da polícia civil no paraná. FEIPOL-SUL, Federa o Interestadual dos Trabalhadores Policiais C vils da Região Sul. Disponível em: <<https://feipol-sul.org.br/noticias/630-falta-de-investimento-agrava-situa%C3%A7%C3%A3o-da-pol%C3%ADcia-civil-no-paran%C3%A1.html>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

Moradores relatam dificuldades para agendar emissão do RG, no Paraná. G1, Londrina, 22 de set. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2021/09/22/moradores-relatam-dificuldades-para-agendar-emissao-do-rg-no-parana.ghtml>>. Acesso em: 03 de jan. de 2022.

Por falta de efetivo, Polícia Civil nomeia homem para chefiar Delegacia da Mulher de Maringá. G1 Paraná, Maringá, 05 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2021/06/09/por-falta-de-efetivo-policia-civil-nomeia-homem-para-chefiar-delegacia-da-mulher-de-maringa.ghtml>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.